

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

**PARA UMA SOCIOLINGÜÍSTICA HISTÓRICA
DO PORTUGUÊS NO BRASIL**

**EDIÇÃO FILOLÓGICA E ANÁLISE LINGÜÍSTICA DE CARTAS PARTICULARES DO
RECÔNCAVO DA BAHIA, SÉCULO XIX**

volume II

Tânia Conceição Freire Lobo

São Paulo/2001

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

**PARA UMA SOCIOLINGÜÍSTICA HISTÓRICA
DO PORTUGUÊS NO BRASIL**

**EDIÇÃO FILOLÓGICA E ANÁLISE LINGÜÍSTICA DE CARTAS PARTICULARES
DO RECÔNCAVO DA BAHIA, SÉCULO XIX**

Tânia Conceição Freire Lobo

Tese de Doutorado em Filologia e
Língua Portuguesa apresentada à
Coordenação dos Cursos de Pós-
Graduação da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São
Paulo

Orientador: Prof. Dr. Ataliba
Teixeira de Castilho

São Paulo/2001

SUMÁRIO

Apresentação

Volume I **A Sócio-História Lingüística do Brasil:** **O Estado da Questão**

Introdução

1. Periodização

1.1. Propostas existentes

1.2. Elementos para uma nova proposta

1.2.1. De país generalizadamente multilíngüe a país generalizadamente unilíngüe

1.2.2. De país rural a país urbano

1.2.3. De país analfabeto a país parcialmente alfabetizado

2. Formação sócio-histórica do português brasileiro

2.1. A transplantação do português para o Brasil

2.2. Estratificação sociolingüística e contato lingüístico

2.2.1. Panoramas isolados

2.2.1.1. Línguas indígenas

2.2.1.2. Línguas negro-africanas

2.2.2. História demográfica e correlatos lingüísticos

2.3. Agentes promotores da hegemonia e da estandarização lingüística

2.3.1. Políticas lingüísticas

2.3.2. Escolarização

3. Hipóteses explicativas sobre a formação do português brasileiro

3.1. Histórico do debate

3.1.1. Século XIX: antecedentes

3.1.2. Século XX: o debate

3.1.2.1. Primeira fase

3.1.2.2. Segunda fase

Conclusão

Volume II

Apresentação do *Corpus*

Introdução

1. Descrição do *Corpus*

1.1. Considerações preliminares

1.1.1. Sobre a necessidade de constituição de *corpora* lingüísticos para o estudo da história da língua portuguesa no Brasil

1.1.2. Sobre a natureza de um *corpus* lingüístico diacrônico

1.1.2.1. *Corpus* escrito

1.1.2.2. Gêneros de textos

1.1.2.3. Tratamento filológico

1.1.2.4. Um *corpus* geral diacrônico para o estudo da formação histórica do português brasileiro

1.2. O *corpus*: a sua especificidade

1.2.1. O *corpus*: quadro geral

1.2.1.1. Onde estão preservados os documentos

1.2.1.2. Caracterização temático-estilística dos documentos

1.2.1.3. Onde foram escritos os documentos

1.2.1.4. Quando foram escritos os documentos

1.2.1.5. Por quem foram escritos os documentos

1.2.1.5.1. Sobre a identificação dos remetentes das cartas

1.2.1.5.2. Cartas autógrafas e cartas apógrafas

1.2.1.5.3. Nacionalidade *versus* profissão, escolaridade e outros índices sócio-culturais

1.2.1.5.3.1. Remetentes portugueses

1.2.1.5.3.2. Remetentes brasileiros

1.2.1.5.3.2.1. Mulheres

1.2.1.5.3.2.2. Homens

1.2.1.5.3.3. Remetentes de nacionalidade não identificada

1.2.1.6. Para quem foram escritos os documentos

Anexos: I. Fichas de identificação dos remetentes; II. Árvores genealógicas.

Volume III
Edição do *Corpus*:
Cartas Particulares do Recôncavo da Bahia, Século XIX

1. Apresentação da edição
 2. Cartas particulares do Recôncavo da Bahia, século XIX
- Anexos: I. Fac-símiles das cartas de Frutuoso de Azevedo Pereira (R. 16)
II. Quadro 3: Localização dos documentos no Arquivo do Convento de Santa Clara do Desterro (ACSCD)

Volume IV
Sintaxe Portuguesa e Sintaxe Brasileira
na Bahia do Século XIX

Introdução

1. A sintaxe dos clíticos: motivações para a escolha do tema
 - 1.1. Divergências entre o português europeu e o português brasileiro
 - 1.2. Divergências entre a norma vernácula e a norma oral culta brasileiras
 - 1.3. Divergências entre a norma oral culta e a norma padrão brasileiras
2. A sintaxe dos clíticos: mudanças estruturais na história da língua portuguesa
 - 2.1. Da sintaxe medieval à sintaxe clássica dos clíticos
 - 2.1.1. Orações não-dependentes
 - 2.1.2. Orações dependentes
 - 2.1.2.1. Finitas
 - 2.1.2.2. Não-finitas
 - 2.1.2.2.1. Infinitivas não regidas por preposição
 - 2.1.2.2.2. Infinitivas regidas por preposição
 - 2.1.2.2.3. Gerundivas não regidas por preposição
 - 2.1.3. Interpolação
 - 2.1.4. Conclusão
 - 2.2. Da formação das sintaxes brasileira e européia modernas
 - 2.2.1. Bases empíricas das análises sobre o tema
 - 2.2.2. Mudanças estruturais, datação, hipóteses explicativas
 - 2.2.3. Mudanças estruturais e gramáticas do português europeu
3. A sintaxe dos clíticos: portugueses e brasileiros
 - 3.1. Portugueses

3.1.1. Caracterização do contingente de imigrantes portugueses na Bahia no século XIX

3.1.1.1. Profissão

3.1.1.2. Local de origem

3.1.1.3. Faixa etária

3.1.1.4. Sexo

3.1.1.5. Estado civil

3.1.1.6. Síntese

3.1.2. Análise lingüística

3.1.2.1. Verbos simples

3.1.2.1.1. Orações não-dependentes

3.1.2.1.1.1. Contextos de ordem fixa

3.1.2.1.1.2. Contextos de ordem variável

3.1.2.1.2. Orações dependentes

3.1.2.1.2.1. Finitas

3.1.2.1.2.1.1. Completivas

3.1.2.1.2.1.2. Relativas

3.1.2.1.2.1.3. Adverbiais

3.1.2.1.2.1.4. Clivadas

3.1.2.1.2.2. Não-finitas

3.1.2.2. Grupos verbais

3.1.2.3. Interpolação

3.1.2.4. Conclusão

3.2. Brasileiros

3.2.1. Caracterização da estratificação social na Bahia no século XIX: a posição dos remetentes portugueses e dos remetentes brasileiros

3.2.2. Análise lingüística

3.2.2.1. Verbos simples

3.2.2.1.1. Orações não-dependentes

3.2.2.1.2. Orações dependentes

3.2.2.1.2.1. Finitas

3.2.2.1.2.1.1. Completivas

3.2.2.1.2.1.2. Relativas

3.2.2.1.2.1.3. Adverbiais

3.2.2.1.2.1.4. Clivadas

3.2.2.1.2.2. Não-finitas

3.2.2.2. Grupos verbais

3.2.2.3. Interpolação

3.2.2.4. Conclusão

3.3. Últimas considerações

APRESENTAÇÃO DO *CORPUS*

VOLUME II

3.1. Caracterização do conteúdo de textos portugueses no século XIX

3.1.1. Prefácio

3.1.2. Local de origem

3.1.3. País de origem

3.1.4. Sexo

3.1.5. Estado civil

3.1.6. Síntese

3.2. Análise linguística

3.2.1. Verbo simples

3.2.1.1. Grupos não-dependentes

3.2.1.1.1. Grupos de ordem fixa

3.2.1.1.2. Grupos de ordem variável

3.2.1.2. Grupos dependentes

3.2.1.2.1. Fintas

3.2.1.2.1.1. Completivas

3.2.1.2.1.2. Relativas

3.2.1.2.1.3. Advérbias

3.2.1.2.1.4. Clivadas

3.2.1.2.2. Não-fintas

3.2.1.2.3. Grupos verbais

3.2.1.2.3.1. Intropostos

3.2.1.2.3.2. Conclusão

3.2.1.2.3.3. Síntese

3.2.1.2.3.3.1. Caracterização de enunciados verbais no século XIX: a análise dos enunciados verbais e dos recursos prosódicos

3.2.2. Análise linguística

3.2.2.1. Verbo simples

3.2.2.1.1. Grupos não-dependentes

3.2.2.1.2. Grupos dependentes

3.2.2.1.2.1. Fintas

3.2.2.1.2.1.1. Completivas

3.2.2.1.2.1.2. Relativas

3.2.2.1.2.1.3. Advérbias

3.2.2.1.2.1.4. Clivadas

3.2.2.1.2.2. Não-fintas

3.2.2.1.2.3. Grupos verbais

3.2.2.1.2.3.1. Intropostos

3.2.2.1.2.3.2. Conclusão

3.2.2.1.2.3.3. Síntese

APRESENTAÇÃO DO *CORPUS*

INTRODUÇÃO

Na conclusão do Volume I, apontou-se para a necessidade de superação da perspectiva generalizante que quase sempre norteou as investigações sobre a sócio-história lingüística do Brasil. Neste Volume e nos subseqüentes, visa-se a dar uma contribuição específica no sentido da construção de uma sociolingüística histórica do português no Brasil, abordando-se aspectos particulares da realidade lingüística do Recôncavo da Bahia, no século XIX.

Divide-se este Volume em duas partes. Na primeira, tecem-se algumas considerações preliminares sobre a necessidade de constituição de *corpora* lingüísticos para o estudo da história da língua portuguesa no Brasil, considerações, efetivamente, sobre a necessidade de construção de uma filologia de textos escritos no Brasil, e também algumas considerações preliminares sobre a natureza de um *corpus* lingüístico diacrônico, destacando-se, dentre os itens abordados, o que apresenta uma proposta de definição de um *corpus* geral diacrônico para o estudo da formação histórica do português brasileiro. Na segunda parte, faz-se a apresentação do *corpus* lingüístico editado no Volume III, uma amostra de cartas particulares, de grande valor para a realização de estudos dentro uma perspectiva sociolingüística, na medida em que foi possível determinar, na ampla maioria dos casos, onde, quando, por quem e para quem os textos foram escritos. Na apresentação dessa amostra, graças, sobretudo, a investigação histórica realizada para este fim, enfatizam-se os aspectos relacionados à posição social dos remetentes das cartas, os quais permitiram reconstruir aspectos da estrutura social da comunidade, relevantes para a análise lingüística.

1 DESCRIÇÃO DO CORPUS

1.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

1.1.1 SOBRE A NECESSIDADE DE CONSTITUIÇÃO DE CORPORA LINGÜÍSTICOS PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

Em 1957¹, Serafim da Silva Neto – para muitos, a maior autoridade em assuntos lingüísticos no Brasil da primeira metade do século XX – publica *História da Língua Portuguesa*.

Em 1970, treze anos após a primeira edição e por ocasião do décimo aniversário de morte do autor, faz-se uma segunda edição da obra. Na *Apresentação* da edição de 1970, Celso Cunha, sem deixar de ressaltar os altos méritos do livro, caracteriza-o como apresentando um texto de redação “desigual” e assim o justifica (1979:06):

Os capítulos referentes aos séculos XVII, XVIII e XIX foram escritos, penosamente², com a finalidade de não prejudicar por mais tempo, com o trabalho inconcluso, o benemérito editor, seu fraterno amigo Antônio Pedro Martins Rodrigues.

Decorridos, hoje, mais de quarenta anos desde a data da publicação da primeira *História da Língua Portuguesa*, outras histórias da língua vieram à luz, dentre as quais se enumeram, em ordem cronológica, as seguintes:

- *História e estrutura da língua portuguesa*, de J. Mattoso Câmara Jr., publicada pela primeira vez em inglês, em 1972, a partir de tradução de Anthony Naro, e com primeira edição em português em 1976;

¹ A *História da Língua Portuguesa* de Serafim da Silva Neto foi publicada parceladamente entre 1952 e 1957.

² O destaque foi acrescido.

- *História da língua portuguesa*, de Paul Teyssier, publicada pela primeira vez em francês, em 1980, e com primeira edição em português em 1982, a partir de tradução de Celso Cunha;
- *História da língua portuguesa*, livro que integra seis volumes organizados por Segismundo Spina, publicados a partir da década de 80;
- *Tempos lingüísticos - itinerário histórico da língua portuguesa*, de Fernando Tarallo, do ano de 1990;
- *Curso de história da língua portuguesa*, da autoria de Ivo Castro, com a colaboração de Rita Marquilhas e J. León Acosta, datado de 1991.

O tempo decorrido e as obras publicadas não parecem ter tido, porém, o condão de suprir as deficiências apontadas por Celso Cunha na obra de Serafim da Silva Neto. É o que se pode depreender das palavras do autor da última história da língua portuguesa, anteriormente referida. Diz Ivo Castro (1996: 136-137):

Em relação ao português clássico, em especial dos séculos XVII e XVIII (para não falar do desconhecidíssimo XIX), quem o quiser estudar tem de se resignar a fazer de cabouqueiro³, desenterrando penosamente os seus documentos, peneirando os dados, organizando uma taxinomia inexistente e, se ainda tiver coragem e tempo de vida, formulando hipóteses interpretativas que ficarão à espera de um debate crítico só possível se outros investigadores se transviarem pelos mesmos terrenos. Dito de outro modo, tem de começar num ponto do itinerário de pesquisa que se situa muito antes do cais de embarque dos estudiosos que privilegiam outras épocas históricas ou que, pura e simplesmente, privilegiam outras lingüísticas, porventura menos dependentes de corpora textuais laboriosamente constituídos.

Ainda segundo esse autor, o que se verifica, no conjunto da produção relevante, é um acentuado interesse pela fase arcaica do português, atestado não apenas nas histórias da língua, como também nas gramáticas históricas

³ O destaque foi acrescido.

– por exemplo a de Huber, a de Nunes e a de Williams – e nas grandes teses acadêmicas recentes – por exemplo, a de Clarinda Maia Azevedo Ferreira (1986) e a de Rosa Virgínia Mattos e Silva (1989). No que tange à abordagem de fases posteriores à medieval, destaca, porém, o trabalho de Paul Teyssier, pela “novidade e a riqueza do tratamento que dispensa ao português mais recente tanto europeu como extra-europeu” (1996:135), e ainda trabalhos de autores como Epifânio Dias, Leite de Vasconcellos, Thomas Hart e Révah, dentre outros, cujas obras são apontadas como “utilíssimos marcos sugerentes da pesquisa a fazer” (1996:137).

Historiadores da língua – mais particularmente, historiadores da língua interessados na historiografia lingüística – são, portanto, unânimes em afirmar que hoje muito se conhece da história presente, bem como da história medieval do português, sendo, todavia, o século XVI e, progressivamente, os séculos XVII, XVIII e XIX um hiato a ser preenchido, já agora, a partir do chamado ciclo imperial da língua, considerando-se desenvolvimentos particulares – o do português na Europa, o do português no Brasil e ainda em todas as outras partes para as quais a língua portuguesa foi transplantada.

No Brasil – como bem caracteriza Mattos e Silva (1995:74) –, coube a Serafim da Silva Neto empreender a cruzada dialetológica, e a Anthony Naro, a cruzada sociolingüística. Já outra cruzada, no sentido de revelar o passado do português brasileiro, só recentemente, a partir da década de 80, começou a ser empreendida, de forma sistemática, por Fernando Tarallo e por outros sob sua inspiração⁴.

As pesquisas realizadas ou motivadas por Fernando Tarallo – as quais não se vão aqui enumerar, referindo-se apenas, como exemplo, o livro-coletânea *Português brasileiro: uma viagem diacrônica* (1993),

⁴ São também significativos os trabalhos desenvolvidos Carlos Alberto Faraco, Marco Antônio de Oliveira, Anthony Naro.

organizado por Ian Roberts e Mary Kato –, constituem um marco significativo nos estudos diacrônicos do português brasileiro, por várias razões:

- a. Em primeiro lugar, justamente, por não se aterem à história presente da língua portuguesa no Brasil e partirem do presente para iluminar o passado; pode-se dizer, assim, que, com as referidas pesquisas, alguns passos extremamente significativos já foram dados no sentido de se cobrir a lacuna apontada por Celso Cunha na obra de Serafim da Silva Neto, bem como por Ivo Castro no conjunto da literatura sobre a história da língua portuguesa;
- b. Em segundo lugar, por elegerem como central o estudo da mudança sintática ou morfossintática, fugindo, assim, à tradição da lingüística histórica, cujo desenvolvimento esteve quase sempre apoiado em pesquisas prioritariamente voltadas para os níveis fonético-fonológico e lexical das línguas;
- c. Em terceiro lugar, por inaugurarem uma nova e profícua perspectiva teórico-metodológica em trabalhos diacrônicos, a chamada Sociolingüística Paramétrica. De acordo com Roberts (1993:410), a chamada Sociolingüística Paramétrica reflete, no Brasil, “uma ênfase cada vez maior na relevância de análises quantitativas aos estudos enquadrados nos termos do sistema de ‘Princípios e Parâmetros’”, linha de investigação pioneiramente explorada em trabalhos de autores como Kroch e Santorini, e característica também da revista *Language variation and change*.

Em trabalho publicado em 1992 – *El español de América* –, a lingüista argentina Maria Beatriz Fontanella de Weinberg chama a atenção para o fato de não existir até aquele momento uma obra de conjunto sobre a

história do espanhol na América. Contudo, a partir dos trabalhos já realizados, esta autora esboça um breve panorama, a partir do qual propõe uma divisão dos estudos sobre o tema em três etapas:

- a. Primeira Etapa – Até a década de 60: Caracterizada pela discussão de teorias sobre a origem dos fenômenos mais característicos do espanhol americano: Teoria do Influxo do Substrato das Línguas Indígenas; Teoria do Influxo Andaluz; Teoria Poligenética⁵;
- b. Segunda Etapa – De finais da década de 60 ao início da década de 80: Caracterizada pela elaboração de estudos monográficos a partir de documentos produzidos na América;
- c. Terceira Etapa – A partir da década de 80: Caracterizada por trabalhos mais amplos: estudos de conjunto sobre a mudança lingüística, estudos globais por regiões, como *Orígenes y desarrollo del español en Puerto Rico (Siglos XVI y XVII)*, de M. Álvarez Nazario, *Evolución histórica del español en Tucumán entre los siglos XVI y XIX*, de E. Rojas e *El español bonaerense. Cuatro siglos de evolución lingüística (1580 -1980)*, de M. B. Fontanella de Weinberg.

Traçando-se um paralelo com as investigações realizadas sobre a história do espanhol americano, pode-se dizer que os estudos sobre a história (interna) do português brasileiro se encontram numa fase ainda bastante inicial da etapa caracterizada pela elaboração de estudos monográficos a partir de documentos produzidos no Brasil – a segunda etapa, pois, na divisão de Weinberg. Assim, é tarefa atual e, de certa forma, preliminar, dos investigadores da história da língua portuguesa no Brasil a

⁵ Segundo M. B Fontanella de Weinberg (1992: 21-22), os defensores da Teoria Poligenética atribuem os traços mais destacados do espanhol americano a um desenvolvimento independente tanto do influxo das línguas indígenas como do dialeto andaluz, sustentando que as similitudes entre o espanhol do Sul peninsular e o do Novo Mundo se devem a desenvolvimentos paralelos.

identificação e a edição dos documentos relevantes para a construção de tal história.

1.1.2 SOBRE A NATUREZA DE UM *CORPUS* LINGÜÍSTICO DIACRÔNICO

Considerando o conjunto de estudos monográficos até o presente realizados e pensando nos desenvolvimentos futuros dos estudos sobre a história (interna) da língua portuguesa no Brasil, quatro questões – todas elas diretamente relacionadas a problemas referentes à documentação que possa servir de base para as investigações – suscitam, no momento atual, uma discussão mais detalhada. São elas:

- a. O entendimento do que seja um *corpus* escrito;
- b. O gênero dos textos escritos que integram um *corpus* lingüístico diacrônico, se literário ou não-literário;
- c. O tratamento filológico a textos integrantes de um *corpus* lingüístico diacrônico;
- d. A constituição de um *corpus* lingüístico diacrônico para o estudo da formação histórica do português brasileiro.

1.1.2.1 *CORPUS* ESCRITO

É sabido que, durante as décadas de 60 e 70, a lingüística diacrônica não ocupou o centro dos interesses das principais instituições dedicadas à pesquisa lingüística do Brasil. O predomínio da lingüística sincrônica se deu, nesse período, sobre os alicerces de dois modelos teóricos hegemônicos – a sociolingüística laboviana e a gramática gerativa. Além disso, para os que condicionavam as suas investigações a uma sistemática verificação empírica, em virtude das novas orientações teórico-metodológicas da sociolingüística quantitativa, colocou-se a necessidade de

uma recolha ampla e sistemática de dados de língua falada, dando-se, então, início a uma fase de constituição de diversos *corpora* de língua falada, dos quais, hoje, o *corpus* do *Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta - Projeto NURC* é ainda um dos mais representativos, não apenas por sua extensão. Em uma avaliação dos acervos de língua portuguesa existentes no Brasil, Castilho, Silva e Lucchesi (1995:148) puderam constatar que 74.5% correspondem a acervos de língua falada, 20%, a acervos de língua escrita e 5.5%, a acervos mistos; esses números são, pois, um claro reflexo dos caminhos recentes da história da lingüística no Brasil.

A renovação do interesse pela lingüística diacrônica, que se verifica de forma crescente, no Brasil, a partir da década de 80, dando-se também sob o influxo dos já referidos modelos teóricos, cujo desenvolvimento inicial se fez a partir de análises sobre dados sincrônicos da fala, vem exigir, por um lado, a constituição de *corpora* diacrônicos de língua escrita e, por outro, a explicitação do que se entende por um *corpus* escrito, ou melhor dizendo, do que se entende quanto à própria natureza do código escrito. E, a esse respeito, no âmbito da Sociolingüística, ao menos duas posições antagônicas podem ser identificadas na atualidade.

A primeira, hegemônica, e da qual William Labov é um dos principais partidários – no que tem sido seguido, no Brasil, tanto por sociolingüistas, quanto por historiadores da língua de diversas orientações teóricas – está explicitada na sua afirmação de que “os textos [escritos] podem ser entendidos apenas na sua relação com a língua falada” (1972) e também na sua já tão repetida definição de lingüística histórica como “a arte de fazer o melhor uso de maus dados” (1972). Os dados históricos devem ser caracterizados como pobres em face dos dados sincrônicos de fala, pelas seguintes razões, segundo Labov (1994:11):

Os documentos históricos sobrevivem por acaso, não por desígnio, e a seleção que se pode obter é o produto de uma série de acidentes históricos imprevisíveis.

As formas lingüísticas em tais documentos são freqüentemente distintas das formas vernaculares dos seus escritores e, por isso, refletem esforços para dominar um dialeto normativo que jamais foi língua de nenhum falante nativo.

Como resultado, muitos documentos estão crivados com os efeitos de hipercorreção, mistura dialetal e erro de escriba.

Além disso, os documentos históricos apenas podem fornecer evidências positivas. Evidências negativas sobre o que é agramatical podem apenas ser inferidas das falhas óbvias na distribuição, e quando os materiais remanescentes são fragmentários, essas falhas são muito provavelmente resultado do acaso.

Outros aspectos são ainda apontados por Labov (1994:11) para reforçar a idéia de que o estudo de formas lingüísticas do passado a partir de textos escritos é deficitário em relação ao estudo de formas lingüísticas do presente a partir de textos falados. São eles:

Geralmente, sabe-se muito pouco sobre a posição social dos escritores e não muito mais sobre a estrutura social da comunidade.

Embora se saiba o que foi escrito, não se sabe nada sobre o que foi entendido e não há como realizar experimentos controlados sobre compreensão inter-dialetal.

O conhecimento do que era distintivo e do que não era é severamente limitado, uma vez que não se pode usar a intuição dos falantes nativos para diferenciar variantes não-distintivas de variantes distintivas.

A segunda posição é defendida por Suzanne Romaine (1985) – autora que, de forma instigante, discute a aplicação do modelo sociolingüístico à análise histórica das línguas, lançando, assim, os fundamentos de uma lingüística sócio-histórica –, para quem “a função da

escrita não é meramente registrar a língua falada” e para quem ainda “a escrita tem uma existência independente”⁶. Segundo essa autora, apesar de, tanto do ponto de vista filogenético, quanto do ponto de vista ontogenético, ser inquestionável a primazia da língua falada sobre a escrita, devido à hegemonia da lingüística descritiva da fala no século XX, este fato foi equivocadamente interpretado como se a língua falada fosse a única verdadeira manifestação da linguagem, o que concorreu tanto para se considerar o estudo da língua escrita como marginal – e, conseqüentemente, a lingüística histórica como marginal, já que a sua atuação esteve limitada, até o século XX, à análise de textos escritos –, quanto ainda para separar a lingüística da filologia.

A proposta formulada por Romaine para superar a visão da escrita como uma versão empobrecida da fala é que a fala e a escrita sejam consideradas como tipos de comportamentos lingüísticos que se realizam em canais distintos. Adotando a distinção entre *linguagem e meio*⁷, concebe a fala e a escrita como “instâncias da mesma linguagem expressas em diferentes meios, assumindo que cada meio tem, potencialmente, plena autonomia como um veículo para a linguagem”⁸. Portanto, deslocando o eixo da dicotomia do par *fala X escrita* ou *linguagem X escrita* para o par *linguagem X meio*, considera todos os meios de linguagem objetos de investigação igualmente válidos dentro do campo de interesses dos estudos lingüísticos. Conclui, finalmente, que “os estudos da língua escrita revelarão não apenas padrões que são característicos da linguagem,

⁶ O sentido de independência da língua escrita é considerado pela observação de que, “while it is true that written language is a reflection of the spoken language to some extent, instances can be cited where the written language does not have or is not intended to have a corresponding spoken form, e.g. legal language. In other words, although there are obvious connections between spoken and written language and one may influence the other, something does not have to be spoken before it can be written”.

⁷ Para Romaine, a distinção discutida tanto pode ser expressa através do par *linguagem/meio*, quanto do par *forma/substância*, sendo *linguagem forma* e *meio, substância*.

⁸ Note-se, ainda, que dentro desta visão, os canais da linguagem não se limitam à fala e à escrita, incluindo-se, por exemplo, a linguagem dos sinais, e, por outro lado, não se aceitando “fala” como sinônimo de “linguagem”, considera-se paradoxal avaliar a comunicação animal inferior à humana pelo fato de os animais não dominarem as complexidades vocais das línguas faladas humanas.

independentemente do meio, mas também padrões que podem ser peculiares ao próprio meio”.

Mesmo com risco de excessiva simplificação das posições de ambos os autores mencionados, pode-se dizer que, enquanto, para Labov, a lingüística deve ocupar-se exclusivamente da fala, concebida como a manifestação, por excelência, da linguagem, para Romaine, a lingüística deve ocupar-se da fala, da escrita, da linguagem de sinais, consideradas, em suma, meios/substâncias através dos quais a linguagem se manifesta. Dentro dessa perspectiva, o fato de os sistemas de escrita fonético-alfabéticos representarem ou tentarem representar diretamente a fala – através da correspondência, em termos ideais, biunívoca entre letra e som – deve ser tomado como um “acidente histórico”, já que esta mesma lógica não pauta os sistemas de escrita ideográfica, por exemplo.

Neste estudo, não se adota, sem restrições, a visão laboviana, correntemente aceita, de que um dado escrito é um “mau dado” ou um dado pobre de fala, na medida em que não se toma a escrita, exclusivamente, como um sistema de representação da fala. Ou seja, ainda de acordo Romaine, os dados históricos só podem ser maus no sentido pretendido por Labov, se forem, de forma não apropriada, comparados aos dados da língua falada. Por outro lado, deve-se ressaltar ainda que os argumentos de Romaine para validar a língua escrita – por si mesma, e não como meio de acesso à fala – como objeto de investigação da lingüística não invalidam qualquer tentativa de aproximação da fala através de textos escritos remanescentes. Note-se, a esse respeito, que, se ao lingüista interessa o conhecimento do vernáculo, tal como definido em termos labovianos, o problema dos “filtros” aos quais os dados serão submetidos para se atingir este fim não se coloca exclusivamente na análise da escrita, mas coloca-se também na análise da fala, conforme já o demonstrou toda a longa discussão travada acerca do chamado paradoxo do observador. Se ao

historiador da língua compete desenvolver métodos que permitam “limpar” os textos de problemas tais como hipercorreção, mistura dialetal e erros de escrita, também compete ao lingüista que analisa dados sincrônicos contemporâneos de fala lidar com hipercorreção, mistura dialetal e “acidentes de performance”. Portanto, o que é o vernáculo e que artifícios metodológicos devem ser utilizados para se chegar ao seu conhecimento são questões que se colocam tanto para o historiador da língua, quanto para o lingüista interessado em analisar dados sincrônicos de fala, e cuja solução apresentará graus variados de dificuldade, exigindo, assim, maior ou menor refinamento dos métodos utilizados.

1.1.2.2 GÊNEROS DE TEXTOS

A filologia luso-brasileira, tradicionalmente, tem dedicado a sua atenção ao estudo de textos literários, sobretudo medievais, cuja língua vem sendo paulatinamente conhecida a partir dos “comentários lingüísticos” que muitos filólogos das mais diversas gerações fizeram e fazem preceder as suas edições dos textos.

A partir de finais da década de 50, nota-se, todavia, um movimento – desencadeado sobretudo pelos trabalhos modelares e clássicos de Lindley Cintra (por exemplo, *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo* (1959) e *Observations sur l'orthographe et la langue de quelques textes non-littéraires galiciens-portugais de la seconde moitié du XIII siècle* (1963)) – no sentido de tornar mais conhecida a língua dos textos não-literários.

Desde, então, sucedem-se edições de textos não-literários, as quais têm constituído a base empírica de estudos lingüísticos, como é o caso das edições de textos notariais medievais portugueses, feitas por Clarinda de Azevedo Maia (1986) e Ana Maria Martins (1994), a primeira apresentando textos provenientes da Galícia e do Noroeste de Portugal, e a segunda, textos provenientes do Noroeste e da região de Lisboa.

Se, por um lado, pelo menos já desde a década de cinquenta, convivem, no quadro da filologia e da lingüística portuguesa histórica, interesses múltiplos, quer no sentido do conhecimento da linguagem dos textos literários, quer no sentido do conhecimento da linguagem dos textos não-literários, por outro lado, tem-se revelado também entre os investigadores, em decorrência do convívio com toda a diversidade de gêneros e sub-gêneros de textos, dois outros tipos de preocupação:

- a) o primeiro é quanto a identificar os tipos de textos que melhor favorecem a descrição de cada um dos níveis de estruturação lingüística;
- b) o segundo é b.1) quanto a identificar os tipos de textos que melhor permitem uma aproximação da língua ou de variedades lingüísticas faladas no passado e b.2) ainda quanto a identificar procedimentos ou artifícios metodológicos a partir dos quais se faria a reconstrução do uso social das estruturas lingüísticas no passado.

Um exemplo explicitado do primeiro tipo de preocupação encontra-se na proposta formulada por Mattos e Silva (1989:40) para o que seria o *corpus* de uma “gramática representativa”⁹ do português antigo, o qual deveria levar em conta quatro sub-*corpora*, organizados a partir de textos poéticos, textos em prosa literária traduzidos, textos em prosa literária não-traduzidos e textos em prosa não-literária. Portanto, não se exclui nenhum

⁹ Segundo a definição da autora (1989:35-36), uma *gramática representativa* do português arcaico estaria entre os limites extremos de uma *gramática impressionística* - “fundamentada em informações mais ou menos dispersas que o seu autor possui decorrentes do convívio com a documentação do português arcaico” - e de uma *gramática ideal* - que se caracterizaria por “explorar em sua totalidade toda a documentação remanescente desde os primeiros documentos escritos em português até às últimas produções do século XV”. Não sendo a primeira possibilidade desejável e a segunda factível, propõe, então, que a gramática se construa a partir de *corpora* que representem toda a variedade da produção escrita medieval.

dos mais variados tipos de textos quem compõem o repertório total de gêneros e sub-gêneros dos textos medievais portugueses e chama-se a atenção para o fato de que os sub-*corpora* propostos “não oferecerão documentação simétrica para os diversos níveis ou planos que constituem a gramática”. A esse respeito, conclui, então, a autora:

(...) a documentação poética será a mais informativa para a análise ao nível fônico, uma vez que as rimas são de fundamental importância para o estabelecimento de realizações fonéticas e para a apreensão do sistema fonológico vigente (...);

(...) a documentação em prosa literária, sem dúvida, será a que fornecerá elementos mais diversificados para o estudo da morfo-sintaxe e da sintaxe lato sensu (...);

O estudo do léxico se enriquecerá com a soma dos vocabulários dos quatro corpora destacados.

Quanto ao sub-*corpus* constituído por textos em prosa não-literária, não se refere especificamente a que nível de estudo seria mais útil, mas faz uma observação que já anuncia um aspecto (b.1) do segundo tipo de preocupação apontado anteriormente, ou seja, a identificação dos tipos de textos que melhor permitem uma aproximação da língua falada, captando-se a variação diatópica, a variação diastrática e a variação diafásica que a caracterizam:

(...) a documentação não-literária será a mais informativa para a variação regional (...)

No que tange ao estudo da morfossintaxe e da sintaxe, embora Mattos e Silva tenha apontado, considerando o conjunto de gêneros textuais disponíveis na fase arcaica do português, a documentação em prosa literária como a mais propícia para fazê-lo, esta não é uma questão incontroversa entre os historiadores da língua quando tratam de fases para quais a

diversidade de gêneros é maior. No já referido *Português brasileiro - uma viagem diacrônica* (1993), várias das análises privilegiaram a constituição dos seus respectivos *corpora* a partir de textos dramáticos, os quais, para muitos, devem refletir mais proximamente a língua falada que os textos em prosa. Outros há, porém, que, devido ao tipo de formalização característico dos textos literários, em prosa ou dramáticos, preferem os textos não-literários. Finalmente, há ainda os que subordinam a organização do *corpus* ao aspecto sintático específico a ser estudado, chegando às vezes à sofisticação de atentar para a variação diasssexual¹⁰.

Quanto ao último aspecto da segunda questão acima mencionada – o estabelecimento de procedimentos ou artifícios metodológicos a partir dos quais se faria a reconstrução do uso social das estruturas lingüísticas no passado (b.2) –, uma das proposições mais interessantes a esse respeito é elaborada por Romaine (1985:123), partindo justamente de um dos princípios basilares da Sociolingüística Laboviana – o princípio da uniformidade –, segundo o qual se pode estabelecer que a língua varia no passado da mesma forma que no presente.

Dispõe-se, hoje, principalmente em função dos trabalhos desenvolvidos por William Labov, de um amplo conjunto de informações sobre a estruturação sociolingüística das línguas. Dentre elas, Romaine destaca como particularmente interessante para os estudos diacrônicos, a descoberta de que as línguas expressam uma relação entre o contínuo das classes sociais e o contínuo estilístico. Ou seja, de modo bastante regular, verifica-se que traços lingüísticos característicos de uma classe social baixa freqüentemente ocorrem em estilos informais, assim como traços

¹⁰ Um exemplo desta natureza é dado por Labov (1995:11): “[René] Arnaud, [*Quelques observations quantitatives “en temp réel” sur un changement: L’accroissement d’emploi de la forme progressive dans la première moitié du XIX siècle*](1980) selects the letters of women novelists as the most likely to reflect the development of the English progressive in speech”.

lingüísticos característicos de uma classe social alta freqüentemente ocorrem em estilos formais.

A hipótese, portanto, é que a regularidade observada no presente deva também ocorrer na estruturação sociolingüística de uma língua em qualquer momento da sua história. Assim, tomando por base o “princípio da uniformidade”, Romaine aponta a reconstrução de elaborados contínuos estilísticos textuais como um procedimento metodológico a partir do qual se faça, por um processo de extrapolação, a reconstrução do uso social das estruturas lingüísticas em momentos sincrônicos passados. Note-se que, em termos sociolingüísticos, não se define estilo como um elemento absoluto e isolável, mas apenas em termos quantitativos e comparativos; portanto, a demarcação de diferentes estilos e, conseqüentemente, a demarcação de diferentes usos sociais de uma certa estrutura lingüística se fazem justamente a partir da interrupção nos níveis de freqüência dessa estrutura.

1.1.2.3 TRATAMENTO FILOLÓGICO

Exige-se do lingüista historiador da língua, como de qualquer outro historiador, a capacidade de reconstruir e interpretar eventos passados. Além disso, está o historiador da língua obrigado a analisá-la, considerando, efetivamente, apenas uma das suas modalidades de expressão, a modalidade escrita. Do fato de lidar com textos escritos, decorre ainda uma exigência preliminar, a de que – caso não seja, ele próprio, também filólogo – disponha de conhecimentos filológicos, a fim de que saiba distinguir nos hábitos de escrita do passado os que têm significado, do ponto de vista lingüístico, dos que não têm, e a fim, também, de que os resultados da sua análise não sejam de pronto descartados, em virtude do pecado original da má constituição de *corpora* a partir de textos não submetidos ao crivo de uma avaliação filológica.

Pode-se dizer, em linhas gerais, que “editar um texto consiste em escolher-se, do ponto de vista formal, uma maneira particular de o divulgar, a qual será basicamente determinada a partir do público-leitor que se queira atingir”. (Cabraia e Lobo, 1995:10). O público-leitor, cujas exigências interessa aqui discutir-se, são os lingüistas, para os quais, por exemplo, pode eventualmente não servir uma determinada edição de um texto, útil, no entanto, para um outro público-leitor.

Não é incomum que textos de caráter literário ou não-literário tenham a sua linguagem legitimamente modernizada, a fim de atingirem um público amplo. Todavia é consensual entre historiadores da língua que a “crítica textual de documentos do passado [é] base (...) necessária como fonte para recolha de dados confiáveis para estudos histórico-diacrônicos” (Mattos e Silva:1996). Note-se mesmo que a exigência de recolha de dados confiáveis, se levada ao extremo, poderia conduzir até a que se evitasse, na relação entre o lingüista e o texto, a mediação do editor. Isto sendo difícil ou mesmo, em alguns casos, impossível – quer devido ao problema do acesso aos manuscritos, quer ainda pelo não domínio das distintas formas das escritas passadas –, recorre-se, com freqüência, a textos já editados, exigindo-se a sua fidelidade aos originais. Embora o aspecto sobre o qual se exija fidedignidade ao original seja variável, em virtude da natureza do estudo lingüístico que se vai realizar, se gráfico-fônico, morfológico, léxico-semântico ou sintático, em termos ideias, todavia, julga-se que os critérios de transcrição de textos a partir dos quais se fazem edições que servirão de base a estudos de natureza lingüística devem ser amplamente conservadores.

1.1.2.4 UM *CORPUS* GERAL DIACRÔNICO PARA O ESTUDO DA FORMAÇÃO HISTÓRICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

É marca da tradição dos estudos que investigam o passado do português brasileiro um viés comparatista em que se privilegia a identificação de estruturas lingüísticas tipicamente “brasileiras” por oposição às estruturas “portuguesas”, com o intuito de apontar a formação histórica diferenciada de um “português brasileiro” em face de um “português europeu”, de apontar o momento de emergência de uma “gramática brasileira” distinta de uma “gramática portuguesa”. Sem dúvida, em tal marca se revela uma síndrome de país de passado colonial, cujas questões de língua estão, na sua origem e sempre, imbricadas no processo de construção da nacionalidade. Sem dúvida, também, por esse viés comparatista, podem-se levantar algumas hipóteses interessantes de trabalho, cujo saldo, espera-se, contribua para uma maior compreensão teórica de como se dá a mudança gramatical.

Todavia, desde a recente retomada do interesse pelos estudos diacrônicos no Brasil, pouco se tem discutido uma questão fundamental: quais as bases empíricas de que devem partir as análises quando se pretende estudar a constituição histórica do português brasileiro? O que dizer, neste sentido, da língua de Vieira? Nasceu em Lisboa em 1608. Em 1614, com aproximadamente sete anos de idade, transferiu-se com a família para Bahia. Completou seus estudos no Colégio dos Jesuítas, em Salvador. Retornou a Portugal em 1641. Foi pregador régio, tribuno da restauração, embaixador de Portugal junto às cortes da França e da Holanda. Finalmente, em 1653, retornou ao Brasil, onde morreu em 1697. O que dizer, também, da língua de Gregório de Mattos? Nasceu na Bahia em 1636. Foi educado no Colégio dos Jesuítas, em Salvador. Em 1650, aos catorze anos de idade, transferiu-se para Portugal. Doutorou-se em Leis em Coimbra em 1661 e, em 1663, assumiu o cargo de juiz de fora em Alcácer

do Sal. Retornou à Bahia em 1681 e, em 1694, foi deportado para Angola. Finalmente, retornou ao Brasil, onde morreu em 1695. Será o português de Vieira, que viveu dos seis aos trinta e três anos no Brasil, mais europeu que o de Gregório de Mattos, que viveu dos catorze aos quarenta e seis anos em Portugal? E, por outro lado, será o português de Gregório de Mattos mais brasileiro que o de Vieira? Ou serão ambos, para usar a expressão de Antônio Houaiss (1985:14), representantes de uma “máxima universalidade genérica escrita”, a ponto de não se poderem distinguir, a partir da análise dos seus textos, características de um português brasileiro em oposição a um português europeu?

Exemplos como os anteriores abundam em todo o período colonial, e a discussão quanto a considerar certos autores como “brasileiros” ou “portugueses” também se trava entre historiadores da literatura, como se observa na passagem a seguir de Luciana Stegagno-Picchio (1997:124), referindo-se a autores nascidos no Brasil no século XVIII, mas por ela considerados portugueses literariamente:

assim como incluímos nestas páginas, como co-autores de uma tradição estilística brasileira, escritores nascidos em Portugal, mas literariamente realizados no Brasil, deveríamos delas excluir aqueles que no Brasil Colônia tiveram apenas sua terra de origem e que, posteriormente transferidos para Portugal, aí se tornaram escritores e aí publicaram obras destinadas a entrar na tradição estilística local. Para dois deles, cupre-nos, todavia, chamar a atenção: o memorialista Matias Aires (1705-1763) e o autor dramático Antônio José da Silva, o Judeu (1705-1739).

Parece, assim, que um caminho relativamente seguro a se trilhar na atual fase dos estudos sobre a história da língua portuguesa no Brasil seria o de considerar, inicialmente, apenas os textos de autores nascidos na Colônia e cuja vida fosse toda ela também passada no Brasil.

Uma das vias possíveis para o estudo da constituição histórica do português brasileiro passaria, então, necessariamente pelo cuidadoso exame da história da transmissão de cada texto e da biografia do seu autor e, fundamentalmente, o seu desenvolvimento deveria apoiar-se em uma prática de análise em que a realidade lingüística brasileira e a realidade lingüística portuguesa fossem motivo de cotejo sistemático ao longo dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX.

A constituição do português brasileiro traduz uma realidade sócio-histórica mais complexa e da qual se procurou dar conta a partir da identificação do que se designou como o “sistema de questões” referentes à compreensão do período que medeia entre o século XVI e meados do século XIX, o qual vem abaixo retomado:

1. A transplantação do português para o Brasil:
 - Identificação dos colonizadores: de que parte de Portugal eram provenientes; quando vieram; quem foram;
 - Discussão sobre a correlação entre a procedência geográfica dos colonizadores e traços lingüísticos gerais do português brasileiro.
2. A estratificação sociolingüística e o contato lingüístico:
 - A língua portuguesa falada por portugueses e seus descendentes;
 - A língua portuguesa falada por aloglotas e seus descendentes;
 - O contato lingüístico: português e línguas indígenas, português e línguas africanas, possível formação de *pidgins* e crioulos.
3. Os agentes promotores da hegemonia e da estandartização lingüística:
 - Políticas lingüísticas;
 - Escolarização.

Idealmente, um *corpus* lingüístico diacrônico para o estudo da constituição histórica do português brasileiro, na perspectiva do item 2 do referido “sistema de questões”, deveria ser constituído por textos integrantes de sub-*corpora* que permitissem conhecer:

- Sub-*corpus* 1: as variedades do português europeu transplantadas para o Brasil;
- Sub-*corpus* 2: as variedades do português falado como segunda língua pelos aloglotas;
- Sub-*corpus* 3: as variedades do português brasileiro que paulatinamente se iam constituindo: 3.1.) a variedades cultas – supostamente mais unitárias e descendentes diretas das variedades do português europeu – e 3.2.) as variedades populares – supostamente mais diversificadas e descendentes diretas das variedades do português como segunda língua.

Claro está que, por razões de ordem sociocultural, a tarefa de constituição dos sub-*corpora* 1 e 3.1 será mais facilmente realizável que a dos sub-*corpora* 2 e 3.2. Portanto, a tarefa da escrita da história lingüística dos grupos sociais subalternos, na medida em que estes, raramente, deixaram testemunhos autógrafos, deverá, em muitos aspectos, pautar-se em uma reconstrução a partir de “indícios” e, necessariamente, do presente em direção ao passado. Em muitos aspectos, mas não exclusivamente. Oliveira (2001) localizou textos escritos por negros forros – africanos e nascidos no Brasil –, na Bahia, na primeira metade do século XIX.

1.2 O *CORPUS*: A SUA ESPECIFICIDADE

Qual a especificidade do *corpus* que aqui se apresenta em face de um *corpus* geral diacrônico para o estudo da constituição histórica do

português brasileiro, nos termos definidos no item anterior? Em linhas gerais, pode-se dizer que o *corpus* que aqui se apresenta contribui diretamente para a constituição do sub-*corpus* 1 – na medida em que contém um sub-conjunto de documentos escritos por imigrantes portugueses – e para a constituição do sub-*corpus* 3.1. – na medida em que contém um sub-conjunto de documentos escritos por brasileiros predominantemente pertencentes ou à elite ou ao grupo social que lhe é imediatamente próximo na hierarquia social. Contudo, em proporção bastante menor, no sub-conjunto de documentos escritos por remetentes brasileiros, há também exemplares que se podem considerar representativos de variedades populares do português brasileiro, o que ocorre ou pelo fato de haver escribas – poucos – pertencentes a estratos sociais inferiores ou ainda pelo fato de haver escribas pouco escolarizados e com baixo grau de letramento entre os brasileiros ditos da elite.

1.2.1 O CORPUS: QUADRO GERAL

O *corpus* é composto por 158 cartas, apresentadas em edição semidiplomática, no Vol. III, sob o título *Cartas particulares do Recôncavo da Bahia, século XIX*. Trata-se de uma amostra primorosa para a realização de estudos dentro uma perspectiva sociolinguística, na medida em que é possível determinar, na ampla maioria dos casos, onde, quando, por quem e para quem os textos foram escritos.

Quadro 1: Apresentação geral do corpus - Cartas Particulares do Recôncavo da Bahia, Século XIX

REMETENTE	DESTINATÁRIO	ORIGEM	DATA	DESTINO
Ana Constança do Coração de Maria	Maria Francisca da Conceição e Aragão Catarina de Aragão Joaquim d'Ávila Pereira Francisco Rodrigues de Assis Maria Joaquina Epifânia de São José e Aragão João Pinto Leite [João Pinto Leite] João Pinto Leite João Pinto Leite	Bahia Bahia Bahia Bahia Bahia Bahia Bahia Bahia	02.set.1836 02.set.1836 02.set.1836 14.jul.1840 26.jan.1853 13.jan.1858 04.mai.1858 08.mai.1858 08.mai.1858	Santo Amaro Sua Casa Sua Casa Sua Casa
Ana Maria das Dores Barata	Hermes Ernesto da Fonseca	Bahia	17.jan.1883	
Antônio	Ana Constança do Coração de Jesus [Ana Constança do Coração de Maria]	Sua Casa - Engenho do Itapemirim [Engenho do] Itapemirim	29.mai.1853 26.fev.1854	Bahia Bahia
Antônio José de Sousa Gouveia	[Ana Constança do Coração de Maria]	Sua Casa	01.?.1851	Bahia
Antônio Onofre de Pinho	Ana Francisca de São José	Engenho do Brejo	23.out.1841	Bahia
Augusto	Ana Constança de Araújo Gomes	[Engenho do] Itapemirim	16.fev.1859	Bahia
Barão da Cajaíba	Ana Francisca de São José Ana Francisca de São José Ana Francisca de São José	[Engenho] Vanique	07.fev.1842 25.mar.1842 06.mai.1844	[Bahia] [Bahia] [Bahia]
Barão de Passé	Ana Francisca de São José	Sua Casa - Engenho Pindobas	29.jul.1844	[Bahia]
Baronesa de São Francisco	Maria Felicidade do Espírito Santo	Engenho de Água	26.fev.1831	[Bahia]
Bernardino Barbosa Lisboa	Ana Constança do Coração de Maria	Bahia	07.jul.1863	Bahia
Emídio Cavalcante de Melo	José Joaquim de Melo Ana Constança do Coração de Maria José Joaquim de Melo Ana Constança do Coração de Maria Ana Constança do Coração de Maria [José Joaquim de Melo] [José Joaquim de Melo] [José Joaquim de Melo]	[Engenho] Conceição Engenho Conceição Vila [do Conde] [Engenho] Conceição	28.ago.1848 06.out.1848 03.?.1849 09.jun.1850 22.jun.1850 <i>sem data</i> <i>sem data</i>	[Bahia] Bahia Bahia Bahia
Felizardo José de Faria	João Pinto Leite	Sua Casa	08.ago.1853	Sua Casa
Francisco da Silva Melo	João Pinto Leite	Engenho Água Boa	14.jan.1861	
Francisco Maria de Castro	Manuel José Dias	Sua Casa	08.mai.1840	
Francisco Pires de Carvalho Aragão	[Ana Constança do Coração de Maria] Senhor Itapaticá	Bahia Bahia	20.mar.1863 mai.1876	[Bahia]
Frutuoso de Azevedo Pereira	Joaquim José dos Reis Ana Constança do Coração de Maria Joaquim José dos Reis Ana Constança do Coração de Maria Emídio Cavalcante de Melo Emídio Cavalcante de Melo João Pinto Leite	Engenho do Rio Azul Engenho do Rio Azul Engenho do Rio Azul	2[.].nov.1849 19.dez.1849 24.fev.1850 08.jul.1850 10.jul.1851 20.jul.1851 10.ago.1851	Engenho [?] Bahia Engenho [?] Bahia Engenho Conceição Engenho Conceição Bahia
Inácio Pires de Carvalho e Albuquerque	Maria Felicidade do Espírito Santo Ana Constança do Coração de Maria	Engenho do Rio Azul Sua Casa das Brotas Sua Casa das Brotas	20.mar.1831 12.out.1836	[Bahia] [Bahia] [Bahia]
João Batista Pinto Sanches	Ana Constança do Coração de Maria	Engenho Restinga	03.fev.1869	[Bahia]
João Calisto Gomes da Silva	Ana Constança do Coração de Maria	Nazaré	[18.?.1853]	[Bahia]
João da Costa Carneiro de Meireles	Francisca Maria da Trindade		23.set.1818	[Bahia]
João Gonçalves Ferreira	Leonor Querubina de Santa Efigênia [Leonor Querubina de Santa Efigênia]	Sua Casa Sua Casa	05.set.1845 08.set.1845	Bahia Bahia
João Gualberto Mascarenhas	Ana Francisca de São José Emídio Cavalcante de Melo	Bahia	30.set.1841	[Bahia]
João José de Azevedo Lima	Ana Constança do Coração de Maria João Pinto Leite João Pinto Leite	Rio Branco [Engenho] Conceição Rio Branco Rio Branco	18.mar.1849 13.mai.1849 10.ago.1851 09.fev.1852	Fazenda Conceição Bahia Bahia Bahia
João Lopes Fiúza Barreto de Menezes Barbalho	Francisco de Assis Ana Francisca de São José	[Engenho do] Itapemirim [Engenho do] Itapemirim	19.abr.1838 09.jan.1944	Santo Amaro Bahia
	[Ana Constança do Coração de Maria] [Ana Constança do Coração de Maria]	Sua Casa Sua Casa Santo Amaro	18.out.1847 03.dez.1847 13.fev.1848 01.abr.1848 04.abr.1848 10.abr.1848 03.set.1848	[Bahia] Bahia [Bahia] Bahia Bahia [Bahia] [Bahia]

Joaquim Carvalho da Fonseca	[Ana Constança do Coração de Maria]	Santo Amaro	21.jul.1861	[Bahia]
Joaquim Rodrigues Nóbrega	[Ana Constança do Coração de Maria] [Ana Constança do Coração de Maria] [Ana Constança do Coração de Maria] [Ana Constança do Coração de Maria]	Santo Amaro Santo Amaro Santo Amaro	21.jul.1861 18.ago.1861 27.set.1861 sem data	[Bahia] [Bahia] [Bahia] [Bahia]
José Cardoso Pereira de Melo	[Ana Constança do Coração de Maria] [Ana Constança do Coração de Maria]	Bahia	12.abr.1836	[Bahia]
José Gomes da Silva	João Calisto Gomes da Silva	[Engenho] Socorro	11.jun.1853	[Bahia]
José Joaquim de Melo	[Ana Constança do Coração de Maria] [Ana Constança do Coração de Maria]	Engenho Socorro	23.nov.1864	Nazaré Bahia
José Teodoro Sá Barreto	Ana Constança do Coração de Maria	Sua Casa	09.mai.1849	[Bahia]
Justina Florinda do Amor Divino	Leonor Querubina [de Santa Efigênia]	Sua Casa	27.set.1850	[Bahia]
Justino Gustavo Dourado	Ana Francisca de São José	Sua Casa	20.jul.1849	Bahia
Leopoldina	Não identificado	Sua Casa	12.fev.1840	Bahia
Luis Gonzaga dos Santos Lima	[Ana Constança do Coração de Maria]	Sua Casa	04.mar.1844	[Bahia]
Manuel de Vargas Leal	Maria Cecília Paraiso	Bahia	07.jun.1840	[Bahia]
Manuel José de Almeida	João Pinto Leite	Sua Casa	09.out.1886	[Bahia]
Manuel José Dias	Francisco Maria de Castro	Sua Casa	18.abr.1848	Sua Casa
Manuel José Lopes de Aguiar	Ana Francisca de São José Ana Francisca de São José	Sua Casa	05.dez.1842	[Bahia]
Manuel Pinto Leite	[Ana Constança do Coração de Maria]	Sua Casa	18.abr.1843	[Bahia]
Maria da Conceição	Ana Constança do Coração de Maria	Sua Casa	20.jul.1849	[Bahia]
Maria Joaquina de Araújo	Joaquim José de Castro	Convento Lapa	06.mar.1865	[Bahia]
Maria Joaquina Espinha de São José Araújo	Ana Francisca de São José [Ana Constança do Coração de Maria] [Ana Constança do Coração de Maria]	Santo Amaro Engenho Moribeca Bonfim Sua Casa Sua Casa Sua Casa - [Engenho] Moribeca Sua Casa - [Engenho] Moribeca Sua Casa - Bonfim Sua Casa - Bonfim Sua Casa - Bahia	10.jul.1830 27.jul.1842 15.jun.1848 19.mar.1850 17.jun.1850 30.jan.1853 24.mai.1853 17.mai.1857 07.jun.1857 14.jan.1860	[Bahia] [Bahia] [Bahia] [Bahia] [Bahia] [Bahia] [Bahia] [Bahia] [Bahia] [Bahia]
Matlides de Araújo e Almeida	Ana Constança do Coração de Maria Constança do Coração de Maria	Sua Casa	01.fev.1840	Bahia
Pedro Antônio Velloso da Silveira	Ana Francisca de São José	Sua Casa	22.fev.1841	Bahia
Prudêncio José de Sousa Brito Cotegipe	Ana Francisca de São José	Sua Casa	14.nov.1841	Bahia
Raimundo Alves de Sousa	Ana Francisca de São José	Lapinha	17.nov.1841	Bahia
Raimundo Barroso de Sousa	Ana Francisca de São José	Sua Casa	05.mar.1842	[Bahia]
Salvador Estêvão Barbosa	[Ana Constança do Coração de Maria]	Sua Casa	17.abr.1843	[Bahia]
Tomás Gomes de Azevedo	[Ana Constança do Coração de Maria]	Bahia	24.jun.1840	[Bahia]
Visconde da Pedra Branca	[Ana Constança do Coração de Maria]	Sua Casa	05.jul.1849	[Bahia]
Visconde da Torre de Garcia d'Avila	[Ana Francisca de São José] [Ana Francisca de São José]	Engenho São João Engenho São Pedro	29.jan.1836 15.jan.1851	[Bahia] [Bahia]
Visconde do Rio Vermelho	Inês Perpétua da Encarnação	Sua Casa	23.nov.1841	[Bahia]
Visconde do Rio Vermelho	[Ana Francisca de São José] [Ana Francisca de São José] [Ana Francisca de São José]	Sua Casa	13.nov.1842	[Bahia]
Zacarias de Góis e Vasconcelos	João Pinto Leite João Pinto Leite João Pinto Leite	Sua Casa Sua Casa Sua Casa	05.fev.1834 26.fev.1842 31.ago.1842 10.out.1842	[Bahia] [Bahia] [Bahia] [Bahia]
	Ana Constança do Coração de Maria	São Cristóvão São Cristóvão São Cristóvão	18.jul.1844 12.mar.1849 03.jul.1849 11.jul.1849	[Bahia] [Bahia] [Bahia] [Bahia]
		São Cristóvão	03.ago.1849	[Bahia]

1.2.1.1 ONDE ESTÃO PRESERVADOS OS DOCUMENTOS

As cartas que compõem o *corpus* editado encontram-se preservadas no Arquivo do Convento de Santa Clara do Desterro. Não se tratando, portanto, de um arquivo público, o Arquivo do Desterro traduz a própria história do Convento, e também, segundo a historiadora Anna Amélia Vieira Nascimento (1994)¹¹, reflete a história do mundo próximo que o cercou, ao longo da sua existência, nos séculos XVII, XVIII e XIX.

A fundação do Convento de Santa Clara do Desterro veio atender aos apelos da elite da então capital da Colônia, que, através do Senado da Câmara, já desde 1646, insistia junto ao rei de Portugal e a seus conselheiros para que se construísse um convento feminino em terras brasileiras, onde as suas filhas pudessem ser abrigadas, evitando-se, assim, mandá-las para os conventos portugueses (em Portugal e nas Ilhas)¹². Trata-se de um convento de elite, criado, porém, não apenas por motivos religiosos, mas também por demandas de ordem econômica e social: na sociedade patriarcal baiana de então, a entrada como religiosa no Convento de Santa Clara dependia da doação do dote de freira, opção, para muitos pais, preferível, por ser o seu valor bastante menor que o do dote de noiva.

A tabela abaixo permite visualizar com clareza a origem social das clarissas do Desterro:

¹¹ As informações sobre a história do Convento de Santa Clara do Desterro serão feitas a partir da obra de Anna Amélia Vieira Nascimento (1994), considerando-se, em particular, o capítulo IV, *Religião e sociedade; as categorias sociais intra-muros*.

¹² Segundo Anna Amélia Vieira Nascimento (1994:51), "Entre os mosteiros de além-mar, para onde se dirigiam as donzelas da Bahia em busca de vida religiosa, estavam: o Convento de Santa Clara, o Mosteiro de Almoester, o Convento do Salvador da Ordem de São Domingos, o Convento da Rosa, todos em Lisboa; o Mosteiro de Lorvão, o Mosteiro da Vilalonga, o Convento de Odívelas, o Convento de Évora, o Convento de São Gonçalo, na Ilha Terceira, o Convento da Ilha de São Miguel."

Os pais das religiosas (1678 - 1860)

PAIS IDENTIFICADOS	%	PAIS NÃO-IDENTIFICADOS	%
Senhores de Engenho	25.00	Irmãos Maiores da Santa	
Comerciantes / Negociantes	19.59	Casa de Misericórdia	3.37
Militares	15.54	Irmãos Menores da Santa	
Administradores do Governo	6.08	Casa de Misericórdia	1.35
Desembargadores / Licenciados / Doutores	4.05	Não-Identificados	10.13
Plantadores	2.70		
Traficantes	2.70		
Artífices	2.70		
Criadores de Gado	2.05		
Mercadores de Loja	2.05		
Ind. da pesca	1.35		
Padre	0.67		
Agiota	0.67		

Tabela 8 (NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. 1994:112)

Grosso modo, pode-se dizer que a sociedade baiana colonial era composta de duas classes básicas, embora não necessariamente homogêneas – a dos senhores e a dos escravos. Durante o século XVI e até a primeira metade do século XVII, os *senhores de engenhos e de terras* eram os integrantes exclusivos da elite. Contudo, já a partir da segunda metade do século XVII – devido à diversificação da economia (sobretudo com a descoberta do ouro nas Minas Gerais)¹³, que, por sua vez, vai

¹³ Quanto ao impacto da economia da mineração sobre a vida baiana, afirma Ana palmira Bittencourt Casimiro (1996:36): “A importância maior do ouro para a Bahia Colonial residiu na possibilidade de enriquecimento para muitos baianos, que lá em Minas Gerais foram tentar a sorte, e nas perspectivas de comércio formal e informal que se abriam para os produtos baianos. Mas, não obstante o declínio da economia do açúcar, o deslocamento do interesse metropolitano para a região das Minas e a mudança da Capital da Colônia para o Rio de Janeiro em 1763, a vida econômica, política e social da Bahia não regrediu a ponto de estagnar a sociedade ou de torná-la irremediavelmente sem alternativas de sobrevivência. O tráfico de escravos, o comércio de gado, as atividades que vincularam a Bahia à Metrópole – Portugal – e a Minas, em suma, todas as formas de relações econômicas já referidas, permitiram condições dinâmicas de economia e vida social mesmo após o declínio do açúcar”.

deflagrar o crescimento populacional, o avanço no processo de urbanização e, conseqüentemente, uma maior complexidade social –, uma camada social urbana, constituída por *comerciantes e negociantes*, vai rivalizar em poder e prestígio com os proprietários rurais e, por outro lado, vão surgir camadas sociais urbanas intermediárias, de diversos níveis. O Convento de Santa Clara do Desterro, fundado em 1677, vai inserir-se, pois, no contexto de um Brasil e de uma Bahia marcadamente de feição rural, porém já com os primeiros sinais de um processo de urbanização, refletido numa pálida complexificação social.

Uma análise da Tabela 8, permite destacar, em primeiro lugar, que cerca de 75% do total das religiosas clarissas eram filhas de pais que compuseram, em maior ou menor grau, estratos da elite econômica colonial e/ou do Brasil recém-independente – senhores de engenho, comerciantes/negociantes, militares, administradores do governo, desembargadores/licenciados/doutores, irmãos maiores da Santa Casa de Misericórdia. Dentre elas, quase a metade – 44.59% – eram filhas da “elite da elite”: em primeiro lugar, da elite rural (25.00%) e, em segundo lugar, da elite urbana (19.59%). As filhas de pais que constituíam os segmentos médios da sociedade – artífices, mercadores de loja e irmãos menores da Santa Casa de Misericórdia – perfizeram apenas 6.10% do número total das religiosas¹⁴.

As clarissas viviam sob estrito regime de clausura, porém não eram as únicas mulheres a habitar o Convento do Desterro, considerado “uma cópia do modelo social da cidade [do Salvador]” (Nascimento, 1994:105). Em Santa Clara, a reprodução das hierarquias sócio-econômicas e raciais

¹⁴ Ana Palmira Bittencourt Casimiro (1997:38) observa que, na Bahia colonial, as instituições religiosas masculinas, regulares ou de leigos, se distinguiam quanto à classe social dos seus membros. Assim, por exemplo, enquanto a Santa Casa da Misericórdia, a Ordem Terceira do Carmo, de São Domingos e de São Francisco de Assis agregavam a elite, as camadas sociais intermediárias se associavam em irmandades como a Santíssima Trindade da Redenção dos Cativos, a Imaculada Conceição da Virgem Maria do Boqueirão, Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e outras.

da cidade transparecia através da forma como se estruturava a hierarquia funcional do Convento, composta pelos seguintes estratos: religiosas de véu preto, religiosas de véu branco, educandas, recolhidas, servas da comunidade, servas particulares e escravas.

As religiosas de véu preto ocupavam o lugar mais elevado e, portanto, mais cobiçado, dentro da organização social do Convento. Dentre elas, elegia-se a abadessa, que, possuindo um mandato renovável de três anos, além de concentrar em sua pessoa uma autoridade inquestionável, tinha a responsabilidade de zelar pela administração das finanças de Santa Clara. A seguir, vinha o lugar das religiosas de véu branco, no qual, dada a sua inferioridade em relação ao lugar anterior, nenhuma religiosa desejava estar definitivamente. As educandas, de idade variável entre 6/7 anos e 25 anos, eram as pretendentes a um lugar de religiosa. Já as recolhidas ou assistentes representavam o grupo mais diverso, tanto do ponto de vista sócio-econômico e etário, quanto do ponto de vista dos motivos por que se retiravam do mundo exterior, recolhendo-se no Desterro. Sendo viúvas, divorciadas, mulheres vítimas de maus tratos, mulheres que simplesmente desejavam o retiro espiritual ou apenas educandas que ultrapassaram a idade limite de 25 anos e não se tornaram religiosas, as recolhidas gozavam de prestígio e influência e representavam, no ambiente intra-muros, muitas das vicissitudes do mundo exterior. As servas da comunidade, quase sempre pobres e órfãs, tinham no apoio afetivo e/ou material encontrado em Santa Clara a contraparte do seu serviço à comunidade; sendo brancas, podiam excepcionalmente ascender à condição de educandas ou mesmo de religiosas. As servas particulares eram requisitadas diretamente por uma religiosa, educanda ou recolhida para o seu serviço pessoal. Finalmente, encontravam-se as escravas.

Nessas hierarquias funcionais, para além das hierarquias sócio-econômicas, também se reproduziam hierarquias raciais: a cor branca era

exigida para as religiosas de véu preto, de véu branco, para as recolhidas, educandas e mesmo para as servas da comunidade; portanto, para além das escravas, admitia-se apenas que as servas particulares – também elas preferivelmente brancas – fossem pardas, crioulas ou negras¹⁵.

O Convento de Santa Clara do Desterro, como já se disse antes, refletiu, nos séculos XVII, XVIII e XIX, internamente, o modelo do mundo próximo que o cercava. O objetivo de apresentar a descrição da sua estrutura funcional foi, portanto, motivado em dois sentidos:

- a) Em primeiro lugar, no sentido de revelar a estrutura social do local onde viviam as abadessas, na maioria dos casos, os destinatários das cartas editadas;
- b) Em segundo lugar, no sentido de buscar uma aproximação da estrutura social da própria Bahia – mais particularmente, do Recôncavo da Bahia –, onde viviam os remetentes das cartas.

1.2.1.2 CARACTERIZAÇÃO TEMÁTICO-ESTILÍSTICA DOS DOCUMENTOS

O tema mais recorrente das cartas são os negócios, a vida financeira do Convento de Santa Clara. Estilisticamente, as cartas podem ser definidas como uma amostra de correspondência particular, não-oficial – por oposição a pública, oficial – e não-íntima, formal – por oposição a íntima, informal. O indicador considerado para esta caracterização estilística foram os pronomes de tratamento utilizados:

¹⁵ Segundo Maria José Rosado Nunes (1997:489): “No final do século XVIII, em 1775, no total de conventos e recolhimentos, em Salvador, havia 564 escravas e servas e 32 escravos, para 300 religiosas e outras moradoras. A imagem de um convento religioso povoado de serviçais, de escravas e escravos, pode parecer muito estranha hoje. No entanto, numa sociedade escravocrata, em que a dominação branca era absoluta, a reprodução da hierarquia social nos conventos, contrapondo senhoras e escravas, parecia natural.”

- Vossa Senhoria – 70 ocorrências
- Vossa Excelência – 52 ocorrências
- “Vossa Excelentíssima” – 1 ocorrência
- Vossa Reverendíssima – 4 ocorrências
- Vossa Senhoria / Vossa Excelência – 5 ocorrências
- Vossa Senhoria / Vossa Reverendíssima – 1 ocorrências
- Vossa Mercê – 10 ocorrências
- Você – 3 ocorrências.
- Outros – 12 ocorrências.

133 cartas (84.1%) apresentaram pronomes indicadores de tratamento formal entre remetente e destinatário: Vossa Senhoria, Vossa Excelência, “Vossa Excelentíssima”, Vossa Reverendíssima, Vossa Senhoria/Vossa Excelência e Vossa Senhoria/Vossa Reverendíssima.

O pronome de tratamento Vossa Mercê ocorreu em 10 cartas: em uma carta da remetente Ana Constança do Coração de Maria (R. 1) destinada a Francisco Rodrigues de Assis; em duas cartas do remetente Antônio (R. 3) destinadas a Ana Constança do Coração de Maria (R. 1); em uma carta do remetente Augusto (R. 6) destinada a Ana Constança do Coração de Maria (R. 1); em uma carta do remetente Emídio Cavalcante de Melo (R. 11) destinada a José Joaquim de Melo (R. 30); em uma carta do remetente João Lopes Fiúza Barreto de Meneses Barbalho (R. 24) destinada a Francisco de Assis; em uma carta do remetente João Pinto Leite (R. 25) destinada a José Joaquim de Melo (R. 30); em uma carta do remetente José Gomes da Silva (R. 29) destinada a João Calisto Gomes da Silva (R. 19); em uma carta da remetente Leopoldina (R. 34) destinada a alguém designado por *Minha Cara Tia e Madrinha Senhora do Coração*, finalmente, em uma carta do remetente Manuel José de Almeida (R. 37) destinada a João Pinto Leite (R. 25). Em 5 das 10 ocorrências do pronome

de tratamento Vossa Mercê, foi possível observar tratar-se de cartas cujo destinatário era tio/tia do remetente; trata-se das cartas de Antônio (R. 3), Augusto (R. 6), José Gomes da Silva (R.29) e Leopoldina (R. 34). Em 1 ocorrência, foi possível ainda observar tratar-se de carta cujo destinatário era primo do remetente; trata-se da carta do remetente Emídio Cavalcante de Melo (R. 11). A julgar pelos casos em que se pôde identificar o tipo de relação entre o remetente e o destinatário, as cartas com o pronome de tratamento Vossa Mercê devem revelar nível médio de formalidade entre remetente e destinatário.

Finalmente, o pronome de tratamento Você, que ocorreu apenas em três cartas, todas do remetente Emídio Cavalcante de Melo (R. 11) destinadas a José Joaquim de Melo (R. 30), seu primo. Nas suas 4 cartas destinadas a José Joaquim de Melo (R. 30), o remetente Emídio Cavalcante de Melo (R. 11) trata-o três vezes por Você e apenas uma vez por Vossa Mercê. Fica claro, portanto, que o uso de Você deve revelar nível baixo de formalidade entre remetente e destinatário

1.2.1.3 ONDE FORAM ESCRITOS OS DOCUMENTOS

Das 158 cartas, 154 foram escritas na Bahia, predominantemente na região do Recôncavo da Bahia. Abaixo, referem-se os locais onde as cartas foram escritas:

- Bahia - 24
- Convento da Lapa - 1
- Lapinha - 1
- Barra - 1
- Bonfim - 2
- Santo Amaro - 15
- Nazaré - 1

- Sua Casa - 44
- Local não identificado - 32
- Engenhos - 31
- Vila do Conde - 1
- São Cristóvão - 4

29 cartas foram escritas na cidade do Salvador. Porém, conforme era de se esperar para o período em que as cartas foram escritas – de 1818 a 1886 –, não houve sequer uma ocorrência da palavra Salvador, sendo esta, pois, uma forma relativamente nova de se designar a cidade, que, ao longo da sua história, foi preferivelmente chamada de Bahia. No conjunto das cartas escritas em Salvador, foram consideradas não apenas aquelas da Bahia, mas as escritas no Convento da Lapa, na Lapinha, na Barra e no Bonfim. Além de Salvador, em dois outros centros urbanos do Recôncavo da Bahia – Santo Amaro e Nazaré – foram escritas 16 cartas.

A expressão Sua Casa¹⁶ aparece em 44 cartas, escritas pelos seguintes remetentes: Antônio José de Sousa Gouveia (R. 4) – 1 carta; Felizardo José de Faria (R. 12) – 1 carta; Francisco Maria de Castro (R. 14) – 1 carta; João Gonçalves Ferreira (R. 21) – 2 cartas; João Pinto Leite (R. 25) – 16 cartas; José Joaquim de Melo (R. 30) – 2 cartas; José Teodoro Sá Barreto (R. 31) – 1 carta; Justina Florinda do Amor Divino (R. 32) – 1 carta; Justino Gustavo Dourado (R. 33) – 1 carta; Manuel José de Almeida (R. 37) – 2 cartas; Manuel José Dias (R. 38) – 1 carta; Manuel José Lopes de Aguiar (R. 39) – 1 carta; Manuel Pinto Leite (R. 40) – 1 carta; Maria Joaquina Epifânia de São José e Aragão (R. 43) – 2 cartas; Matildes de Araújo e Almeida (R. 44) – 4 cartas; Prudêncio José de Sousa Brito

¹⁶ Aqui não se consideram os casos em que, ao lado da expressão Sua Casa, o remetente indica o local preciso de onde escreve.

Cotegipe (R. 46) – 1 carta;

Raimundo Barroso de Sousa (R. 48) – 1 carta; Salvador Estêvão Barbosa (R. 49) – 1 carta; Visconde da Torre de Garcia d'Ávila (R. 52) – 1 carta e Visconde do Rio Vermelho (R. 53) – 3 cartas. Quanto a 30 dessas 44 cartas, escritas pelos remetentes 12, 25, 32, 37, 39, 44, 46, 49 e 53, pode-se afirmar que a expressão Sua Casa designa residência em Salvador, o que implica já em 59 cartas escritas em Salvador. Em 3 cartas, escritas pelos remetentes 43 e 52, não se pôde precisar se a expressão designa residência em Salvador, Santo Amaro ou em Engenho. Também não se pôde precisar se na carta escrita pelo remetente 40 a expressão se refere a residência em Salvador ou Santo Amaro. Para as dez cartas restantes, escritas pelos remetentes 4, 14, 21, 30, 31, 33, 38 e 48, não há referências mais precisas.

Em 32 cartas, não há indicação do local onde foram escritas; são cartas dos seguintes remetentes: Barão da Cajaíba (R. 7) – 3 cartas; Emídio Cavalcante de Melo (R. 11) – 3 cartas; Frutuoso de Azevedo Pereira (R. 16) – 3 cartas; João da Costa Carneiro de Meireles (R. 20) – 1 carta; João Pinto Leite (R. 25) – 18 cartas; Joaquim Rodrigues Nóbrega (R. 27) – 1 carta; Luís Gonzaga dos Santos Lima (R. 35) – 1 carta; Manuel José Lopes de Aguiar (R. 39) – 2 cartas e Tomás Gomes de Azevedo (R. 50) – 1 carta. Excluindo-se os remetentes 20, 35 e 50, nos demais casos, os remetentes escreveram mais de uma carta, havendo as seguintes indicações: R. 7 – Engenho Vanique; R. 11 – Engenho Conceição e Vila do Conde; R. 16 – Engenho do Rio Azul; R. 25 – Bahia [Salvador] e Santo Amaro; R. 27 – Santo Amaro e R. 39 – Sua Casa, designando Bahia [Salvador]. Portanto, para 29 das 32 cartas sem referência ao local onde foram escritas, não é infundado sugerir haver uma grande probabilidade de que 21 tenham sido escritas em Salvador / Santo Amaro (remetentes 25, 27 e 39); 3, no

Engenho Vanique (ou em qualquer outra propriedade do R. 7); 3, no Engenho Conceição / Vila do Conde (R. 11) e 3, no Engenho do Rio Azul (R. 16).

31 cartas foram escritas em 15 engenhos: Engenho de Água – 1 cartas; Engenho Água Boa – 1 carta; Engenho do Brejo – 1 carta; Engenho das Brotas – 2 cartas; Engenho Conceição – 4 cartas; Engenho do Itapemirim – 5 cartas; Engenho Moribeca – 3 cartas; Engenho Pindoba – 1 carta; Engenho Restinga – 1 carta; Engenho do Rio Azul – 4 cartas; Engenho Rio Branco – 3 cartas; Engenho São João – 1 carta; Engenho São Pedro – 1 carta; Engenho Socorro – 2 cartas e Engenho Vanique – 1 carta. Exceto o Engenho Conceição, localizado próximo à Vila de Inhambupe, e exceto ainda os Engenhos do Rio Azul, Rio Branco, São João e Socorro, que não foram localizados, os demais situam-se no Recôncavo da Bahia, conforme o Quadro 2.

Em dois centros urbanos situados fora do Recôncavo da Bahia, foram escritas 5 cartas. 1 carta foi escrita na Vila do Conde, por Emídio Cavalcante de Melo (R. 11), senhor do Engenho Conceição, localizado na Bahia, porém fora do Recôncavo. As 4 cartas restantes foram escritas por Zacarias de Góis e Vasconcelos (R. 54) em São Cristóvão, antiga capital de Sergipe. Foram mantidas as 4 cartas escritas em São Cristóvão, por ser o seu autor baiano, natural de Valença.

Quadro 2: Localização dos engenhos

ENGENHOS	DADOS DAS CARTAS	FONTE 1 ¹	FONTE 2 ²
1	Água	Baronesa de São Francisco	<p>"O engenho d'Água também é um dos mais antigos da freguesia do Monte, já existente, em 1757. Até 14 de dezembro de 1759, foi seu dono Antônio Rodrigues; mas já que ele não podia pagar seus empréstimos à Santa Casa de Misericórdia da cidade do Salvador, o engenho foi ao leilão e foi o sargento-mór João Teixeira de Mendonça quem o arrematou por doze mil cruzados.</p> <p>Não se deve confundir este engenho d'Água da freguesia do Monte com o engenho de Água da freguesia de Passé, como eu fiz ou com o engenho Água Boa como fez Waldemar Matos.</p> <p>Uma segura informação sobre o proprietário do engenho d'Água da freguesia do Monte encontramos apenas, aos 4 de julho de 1858, quando o segundo Barão de São Francisco o registrou e diz "que o houve por compra ao falecido irmão Antônio de Araújo Aragão Bulcão"; entretanto não menciona a data da compra nem quantos anos o dito irmão dele ficou com o engenho. Acrescenta o 2º Barão de São Francisco que ele aumentou a área do engenho comprado ao irmão, pois ele "comprou também aos herdeiros de Caetano José dos Santos a fazenda Boa Vista" e ainda "comprou a Antônio José de Magalhães a fazenda Maraíba de dentro". E assim o engenho d'Água do Monte chegou a possuir, em 1858, 1.100 tarefas que se dividiram com os engenhos do Monte, com o Debaixo, com o rio Guaíba e com o engenho Marapé." (vol. 1, p. 32-33)</p>
2	Água Boa ⁴	Francisco da Silva Melo	
3	do Brejo	Antônio Onofre de Pinho	<p>"Este último [o engenho Calogi] era vizinho do engenho Brejo que, em 1839, estava nas mãos de Antônio Pinho, mas em 1849, já estava nas mãos dos irmãos André e José Alvares da Silva. No dia 1º de fevereiro de 1859, foi registrado por José Francisco de Pinho que também era dono do engenho Calogi. Ainda funcionava em 1860." (v. 1, p. 43).</p>
4	Brotas	Inácio Pires de Carvalho e Albuquerque	<p>Santo Antônio do Brejo Antônio de Bittencourt Berenguer César Vila de Santo Amaro, distante do porto de embarque 5½ léguas. (N. 46, p. 9)</p> <p>Ana Maria Francisca Romana de Albuquerque Vila de Santo Amaro da Purificação, distante do porto 3 léguas (N. 278, p. 47)</p>
5	Conceição	Emídio Cavalcante de Melo	<p>Nossa Senhora da Conceição Padre Joaquim Cavalcante e Melo Vila de Inhambupe, distante 10 léguas do porto de embarque. (N. 539, p. 91)</p> <p>"Ao norte do rio Inhambupe ainda ficava o engenho Conceição que, aos 26 de setembro de 1857, registrou Emídio Cavalcante de Melo que herdou de seu pai." (v. 2, p. 47)</p>
6	Itapemirim	Antônio e Augusto Calmon João Lopes Fiúza Barreto de Menezes Barbalho	<p>João Lopes Fiúza Barreto Freguesia de Santo Amaro da Purificação, distante do porto do mar 2 léguas. (N. 251, p. 43)</p> <p>"O engenho Itapemirim é mencionado no relatório dos engenhos da freguesia de Santo Amaro que trabalhavam com máquina a vapor, em 1854 e se refere a ele, em 1859, mas não consta seu registro, o que porém deve ter sido devido à má conservação deste manuscrito, em parte ilegível." (v. 1, p. 47)</p>
7	Moribeca	Maria Joaquina de Aragão e Maria Joaquina Epifânia de São José e Aragão	<p>João Filipe de Sequeira Vila de São Francisco, distante do porto do mar 3 léguas. (N. 239, p. 41)</p> <p>"Ainda devemos mencionar na freguesia do Socorro o Engenho Moribeca, embora se falasse dele como fazenda Moribeca, pois possuía 800 tarefas e cultivava cana, segundo o relatório de 1854, trabalhando com 30 escravos. Em 1858, não foi registrada e sim apenas mencionada a fazenda Moribeca e se diz no relatório de 1854..."</p>

João Ferreira e Aditivava Jana, se juntou o relatório de 18.4, tabamandu com 30 escravos. Em 1858, não foi registrada e sim apenas mencionada a fazenda Moribeca e se diz no registro do engenho Santo Estêvão pelo coronel Miguel José Maria de Teive e Argolo que a fazenda fazia parte deste engenho." (v. 1, p. 28)

"O terceiro engenho enumerado como vizinho do Mamão foi o Moribeca, já existente em 1757. Em 1858 foi registrado na freguesia de Oliveira de Caminhos, porque parte do seu terreno se estendia nesta freguesia. Aos 13 de outubro de 1868, seus proprietários eram Antônio Muniz Barreto de Aragão e sua mulher Teresa Maria Pires de Albuquerque Muniz de Aragão que o venderam por seis contos de réis ao coronel Joaquim Rodrigues de Macedo. Tratava-se pois (pelo preço da venda) de uma engenhoca." (v. 1, p. 48)

"O Visconde de Passé, registrando, em 15 de abril de 1858, seu engenho Pindobas na freguesia de Passé, ele diz que o "houve por herança de seus pais e estes de seus antepassados", mas acrescenta que outra parte do engenho Pindobas ele comprou de D. Maria de Assunção Teive e Argolo do engenho Pitanga... Do engenho Pindobas, acima mencionado e registrado em 1858, possuímos informações desde 1722, quando Antônio da Rocha era seu proprietário. Em 1757, era de Simão de Afonseca Pita, possuindo então já uma capela de Santo Antônio, talvez com as mesmas paredes com que veio aos nossos dias, embora com a fachada modificada. Por morte do dito Simão, o engenho passou para seu sobrinho Antônio da Rocha Pita e pela filha dele, D. Antônia Teresa de Sá Pita, o tenente-coronel Francisco de Argolo que o deixou para seu filho, o Conde de Passé que o arrendou, comprando-o mais tarde e ele o registrou, em 1858, aumentando-o por mais de 1.000 tarefas desmembradas do engenho Pitanga. A casa por ele construída, mas já modificada e sem valor arquitetônico maior, veio aos nossos dias." (v. 1, p. 20)

"Em seguida mencionamos o engenho Restinga [na freguesia de Passé] de grande extensão com 1.560 tarefas que, aos 17 de julho de 1859, registrou João Batista Pinto Sanches, dizendo que possuía "uma fábrica de açúcar" e que suas terras se dividem ao nascente com o engenho Jacarecanga, no norte e no norte e no poente com o engenho Querento." (v. 1, p. 19)

"Na mesma data [12 de março de 1858] ele [o barão de Cajaíba, o brigadeiro Alexandre Gomes de Aragão Ferrão que se tornou célebre por sua participação nas lutas pela Independência, em 1823] registrou "o engenho Vanique, colocado entre os engenhos São José do Coronel Luís Manoel de Oliveira Mendes, Macaco das Pedras do Barão do Rio de Contas, Marapé de Francisco José Matos Vilela e o mar salgado; divide-se primeiro pelo oeste partindo do salgado onde tem um marco de pedra mármore do qual marco segue com diferentes variações até o rio "macaco das pedras" onde se encontra com o segundo partindo do ponto onde termina o engenho São José pelo mesmo rumo até encontrar o riacho cocó, extremo da fazenda "Engana Mundo" do qual riacho segue para o norte na direção da cerca que divide os pastos do engenho Macaco até o alto da montanha Laranjeira onde termina com o terceiro marco pelo leste com diversas variações, partindo do ponto em que terminou o engenho Macaco onde começa a cerca do Posto Vanique seguindo pelo alto das montanhas Laranjeira e Pinheiro pela mesma cerca abaixo pelo arvoredo dela até encontrar as terras da

8	Pindobas	Barão de Passé Engenho Freguesia	Antônia Teresa de Sá Pita Freguesia de Passé, termo desta cidade, distante do porto do mar em léguas e meia (N. 211, p. 34)	
9	Restinga	João Batista Pinto Sanches	José Ferreira Bandeira Freguesia de N. S. da Encarnação de Passé (N. 549, p. 92v)	
10	Rio Azul	Frutuoso de Azevedo Pereira		
11	Rio Branco	João José de Azevedo Lima		
12	São João	Visconde da Pedra Branca	5 engenhos com o mesmo nome	
13	São Pedro	Visconde da Pedra Branca	(Francisco Borges de Barros) Freguesia de Santo Amaro da Purificação, distante do porto de embarque 3 léguas (N. 55, p. 10v)	
14	Vanique	Barão da Cajaíba ⁵	São José de Vanique José Joaquim de Argolo Vila de São Francisco, distante do porto de embarque 4 léguas. (N. 84, p. 15v)	

Me. J. J. da Silva, José e Aragão (N. 239, p. 41)

Me. J. J. da Silva, José e Aragão (N. 239, p. 41)

13	São Pedro	Visconde da Pedra Branca	(Francisco Borges de Barros) Freguesia de Santo Amaro da Purificação, distante do porto de embarque 3 léguas (N. 55, p. 10v)	"Na mesma data [12 de março de 1858] ele [o barão de Cajaíba, o brigadeiro Alexandre Gomes de Aragão Ferrão que se tornou célebre por sua participação nas lutas pela Independência, em 1823] registrou "o engenho Vanique, colocado entre os engenhos São José do Coronel Luís Manoel de Oliveira Mendes, Macaco das Pedras do Barão do Rio de Contas, Marapé de Francisco José Matos Villela e o mar salgado; divide-se primeiro pelo oeste partindo do salgado onde tem um marco de pedra mármore do qual marco segue com diferentes variações até o rio "macaco das pedras" onde se encontra com o segundo partindo do ponto onde termina o engenho São José pelo mesmo rumo até encontrar o riacho cocô, extremo da fazenda "Engana Mundo" do qual riacho segue para o norte na direção da cerca que divide os pastos do engenho Macaco até o alto da montanha Laranjeira onde termina com o terceiro marco pelo leste com diversas variações, partindo do ponto em que terminou o engenho Macaco onde começa a cerca do Posto Vanique seguindo pelo alto das montanhas Laranjeira e Pinheiro pela mesma cerca abaixo pelo arvoredo dela até encontrar as terras da fazenda denominada "Marapé Pequeno", onde está fazendo ângulo e vai dividindo pelo sul em direção do arvoredo até encontrar uma cajazeira a pequena distância antes do rio "beijú", da qual cajazeira volta em linha reta a uma gameleira antiga junto a ponte do mesmo riacho e desta gameleira segue em rumo do sul mais sudeste até encontrar um mulungú à beira da praia, onde termina; do refendo mulungú segue o rumo do noroeste quarta de oeste e parte até encontrar o marco de pedra mármore que servia de ponto de partida na divisa do engenho São José." (v. 1, p. 36)
14	Vanique	Barão da Cajaíba ⁵	São José de Vanique José Joaquim de Argolo Vila de São Francisco, distante do porto de embarque 4 léguas. (N. 84, p. 15v)	

¹ Livro de matrícula dos engenhos da Capitania da Bahia pelos dizimos reais administrados pela Junta da Real Fazenda 1807. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) - Seção Colonial e Provincial - Livro 632.

² OTT, Carlos. (1996). *Povoamento do Recôncavo pelos engenhos* (1556-1888). Salvador: Bigraf. 2. v.

³ O 1º Barão de São Francisco possuía também os engenhos Guaíba do Bulcão, Cassarongo e Engenho de Baixo.

⁴ A identificação desse engenho foi possível em outra fonte, que informa a sua localização, no atual município de Terra Nova, ex-comarca de Santo Amaro da Purificação. Quanto ao proprietário, veja-se o trecho: "1834 - Miguel Calmon assinala o Agua Boa entre os 46 engenhos a vapor matriculados no Estado da Bahia. Em meados do século XIX, pertencia a D. Mariana Moreira de Jesus, irmã do Conde de Subacé. Francisco Moreira de Carvalho, D. Mariana casou-se depois com o Tenente-Coronel Francisco da Silva Melo. 1867 - Com a morte do Sr. Francisco da S. Melo, o imóvel passa para D. Teresa de Carvalho Melo, que se casa com Dr. João Ferreira de Araújo Pinho, Deputado provincial e Ex-presidente da Província de Sergipe" (*Inventário de proteção ao acervo cultural*, v. 2: Monumentos e sítios do Recôncavo, Parte 1. (1976). Salvador: Governo do Estado da Bahia, Secretaria da Indústria e Comércio, IPAC/BA)

⁵ O Barão de Cajaíba possuía também os engenhos Cajaíba, Itatingui e Fazenda Camilo.

1.2.1.4 QUANDO FORAM ESCRITOS OS DOCUMENTOS

As cartas cobrem o período que se estende de 1818 a 1886, portanto cobrem o período em que o Brasil vivia a sua primeira fase de país independente, período imperial, compreendido entre 1822 – fim do regime colonial – e 1889 – início da República. A sua distribuição, ao longo desse período, não é, todavia, uniforme:

- Década de 10: 01 carta
- Década de 30: 12 cartas
- Década de 40: 65 cartas
- Década de 50: 55 cartas
- Década de 60: 15 cartas
- Década de 70: 01 carta
- Década de 80: 02 cartas
- Sem data: 07 cartas

133 cartas (84.1%) são da primeira metade do século XIX, sendo que as décadas de 40 e 50 concentram juntas o maior volume de documentos 120 (75.9%). Assim, o *corpus* aqui editado é representativo já da fase final daquela que se definiu como a primeira fase da sócio-história lingüística do Brasil (Cf. item 1.2 do Capítulo 1 do Volume I).

1.2.1.5 POR QUEM FORAM ESCRITOS OS DOCUMENTOS

Dentre os aspectos referidos por Labov (1994:11) para justificar a sua idéia de que o estudo de formas lingüísticas do passado a partir de textos escritos é deficitário em relação ao estudo de formas lingüísticas do presente a partir de textos falados, um, em particular, é novamente aqui evocado:

Geralmente, sabe-se muito pouco sobre a posição social dos escritores e não muito mais sobre a estrutura social da comunidade

Contrariamente à expectativa inicial, o “saldo” da investigação histórica a seguir descrita, no item 2.2.1.5.1., para identificar os remetentes das cartas – sobretudo do ponto de vista da *Nacionalidade*, mas também quanto à *Profissão* e à *Escolaridade* – foi extremamente positivo, permitindo afirmar que, ao menos para o Recôncavo da Bahia, no século XIX, uma análise de base sociolinguística, em que não apenas se reconstrua a estrutura social da comunidade, mas em que, se atinja a reconstrução da própria posição social de muitos dos escritores – tanto “ilustres”, quanto “comuns” – na comunidade, é possível de se realizar.

1.2.1.5.1 SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DOS REMETENTES DAS CARTAS

Para a identificação dos remetentes das cartas, procedeu-se a uma investigação, compondo-se, para cada um, individualmente, uma *Ficha de Identificação*¹⁷. A seguir, faz-se a apresentação dos itens constantes de cada *Ficha*, com o objetivo de se dar conta da metodologia da investigação e, principalmente, para se proceder a uma crítica das fontes documentais exploradas:

¹⁷ Ramos (2001) fornece um modelo distinto de ficha de identificação de autores de documentos a serem incluídos em um *corpus* diacrônico para a história do português brasileiro.

Ficha de Identificação¹⁸

Remetente N°:
Nome:
Filiação:
Nacionalidade:
Natural de:
Profissão:
Escolaridade:
Observações:

No primeiro item, *Remetente*, indicou-se o nome do remetente tal como ocorreu na assinatura das cartas. Como nem sempre houve coincidência entre o nome de assinatura das cartas e o nome com que se referiu ao remetente em outras fontes consultadas, incluiu-se o item *Nome*, para informar sobre as divergências observadas. Nesta situação, está, por exemplo, Ana Constança do Coração de Maria (R. 1), nome religioso utilizado na assinatura das cartas e correspondente ao civil Ana Rita Constança de Araújo ou Ana Rita Constança de Araújo Gomes. O item *Filiação*, a seguir a *Nome*, poderá permitir, através da identificação da família, uma melhor definição da posição social do remetente¹⁹.

No item *Acervo*, indicou-se a instituição em que se preserva a *Fonte* documental relevante para a identificação do remetente. A pesquisa realizou-se, fundamentalmente, a partir de fontes documentais primárias preservadas nos seguintes acervos:

¹⁸ Cf. Fichas de Identificação dos Remetentes, em Anexo I ao Vol. II.

¹⁹ Do confronto entre os nomes dos remetentes e os nomes dos pais, ficou patente que as regras de atribuição de nome de família no século XIX podiam ser bastante distintas das atuais. Cf., a este respeito, *Árvore Genealógica 1*, em Anexo II ao Volume II.

- Arquivo do Convento de Santa Clara do Desterro – ACSCD
- Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB
- Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador – ACMS
- Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia – ASCMB
- Arquivo Novo do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição – ANMNSC
- Arquivo da Venerável Ordem Terceira Secular de São Francisco da Bahia – AVOTSSFB
- Memorial da Medicina Brasileira (Universidade Federal da Bahia) – MMB

Com o objetivo central de identificar os remetentes quanto à *Nacionalidade*, à *Profissão* e à *Escolaridade*, consultou-se – para além das próprias Cartas, que aqui se podem definir como fontes primárias nucleares –, uma extensa variedade de outras fontes primárias, ditas fontes primárias auxiliares. É relevante destacar que, em nenhuma das Cartas, houve qualquer alusão à nacionalidade dos remetentes. Dentre as fontes ^{primárias} auxiliares, as seguintes se destacaram como fontes que permitiram identificar a *Nacionalidade*:

Fontes Primárias Auxiliares:

- a) Registros de Morte – Livros de Óbitos de Paróquias, Certidões de Óbito, Registros de Enterramentos, Índices de Sepulturas
- b) Testamentos
- c) Inventários
- d) Registros Profissionais – Registro de Matrícula de Comerciantes no Tribunal de Comércio
- e) Registros de Irmãos de Ordens Terceiras e Irmandades – Registro de Irmãos da Venerável Ordem Terceira Secular de São Francisco

- da Bahia e Registro de Irmãos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia
- f) Registros de Irmãs de Ordens Segundas – Livro de Notas de Entradas das Noviças do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa
 - g) *Processos de Genere*
 - h) Registros de Crimes – Auto de Qualificação de Homicídio
 - i) Registros de Estrangeiros – Termos de Apresentação de Estrangeiros

As fontes **a**, **b** e **c** seriam, supostamente, mais gerais, devendo, em princípio, abranger todo o universo dos remetentes. As fontes **d**, **e**, **f**, **g**, **h** e **i**, por sua vez, seriam mais restritas.

- a) Registros de Morte – Livros de Óbitos de Paróquias, Certidões de Óbitos, Registros de Enterramento, Registros de Índices de Sepulturas:

Foram localizadas fontes relativas ao registro de morte de apenas cinco remetentes. Estando o remetente sepultado em espaço religioso, o registro da sua morte encontra-se em Livros de Óbitos de Paróquias, tendo sido este o caso de Joaquim Carvalho da Fonseca (R. 26) e de Salvador Estêvão Barbosa (R. 49), sepultados na Ordem Terceira do Carmo e na Igreja da Santa Casa de Misericórdia, respectivamente. Estando, porém, o remetente sepultado em cemitério, o registro da sua morte encontra-se em Certidões de Óbitos, Registros de Enterramento ou Índices de Sepulturas, tendo sido este o caso do Barão da Cajaíba (R. 7) – de quem se localizou apenas o Registro de Enterramento, feito em jazigo de família –, de João Pinto Leite (R. 25) – de quem se localizou a Certidão de Óbito e o Registro de Enterramento, feito em carneiro – e de Pedro Antônio Veloso da Silveira (R. 45) – de quem se localizou a Certidão de Óbito e o Índice da Sepultura –

todos sepultados no Cemitério do Campo Santo. Esse tipo de fonte permitiu identificar a nacionalidade de três remetentes: João Pinto Leite (R. 25), Pedro Antônio Veloso da Silveira (R. 45) e Salvador Estêvão Barbosa (R. 49). Em dois casos – o do Barão da Cajuíba (R. 7) e o de Joaquim Carvalho da Fonseca (R. 26) –, a nacionalidade não foi mencionada.

Dentre os remetentes cuja nacionalidade pôde ser identificada através de fontes relativas a registros de morte, destaca-se João Pinto Leite (R. 25), por ser autor do maior número de cartas por remetente, ou seja, 51 das 158 cartas que integram o *corpus* aqui apresentado. Como já se disse, duas fontes com registro da sua morte foram localizadas – a Certidão de Óbito e o Registro de Enterramento feito em Carneiro no Cemitério do Campo Santo. A sua Certidão de Óbito – como, aliás, também a de Pedro Antônio Veloso da Silveira (R. 45) – é uma fonte que, para além de dar as informações mais centralmente relevantes para os objetivos desta pesquisa – a nacionalidade e a profissão do remetente –, informa ainda sobre outros aspectos: a sua cor – sinônimo de “qualidade” e um dos primeiros itens de identificação de um indivíduo, mesmo morto, em uma sociedade de escravidão racial –, a sua idade, o seu estado civil, o seu endereço. Do Registro de Enterramento feito em Carneiro no Cemitério do Campo Santo, constam praticamente as mesmas informações da Certidão de Óbito, fornecendo-se ainda outro dado relevante: ser esse remetente um português natural do Porto.

Figura 1: Certidão de óbito de João Pinto Leite

514 27/100

FREGUEZIA DE S. PEDRO.

Vai ser sepultado no Cemitério de Santa Cruz o cadáver de João Pinto Leite

Qualidade Primeiro
 Naturalidade Portugal
 Idade 54
 Estado Viúvo
 Condição Libre
 Profissão Negociante
 Molestia Apoplexia de peito
 Morada Quilombo
 Hora do falecimento às 10 horas da tarde de 26
Bahia 27 de Maio de 1863

João Barata

Acervo: Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia

Figura 2 - Certidão de óbito de Pedro Antônio Veloso da Silveira

Adm. Com. Garcia

Jun-24
Cem-29
Out-130

504

O Sr. Administrador do Cemitério de Campo Santo
 pôde mandar inhumar, à hora competente, o cadáver de
Carnel Pedro Antônio Veloso da Silveira

Naturalidade <u>De Pernambuco</u>	Profissão <u>Colheita de café</u>
Qualidade <u>Primeiro</u>	Estado <u>Viúvo</u>
Condição <u>Libre</u>	Idade <u>83 annos</u>

que falleceu de molestia de coração às 8
 horas da manhã do dia de hoje

Fez-se a encommendação do costume
 Bahia e Freguezia da Penha de 26 de Maio de 1870

Alf. Lemos

12-10-87

Acervo: Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia

b) Testamentos:

Nos três Testamentos localizados, a nacionalidade dos remetentes – João Gonçalves Ferreira (R. 21), Manuel José de Almeida (R. 37) e Maria Joaquina Epifânia de São José e Aragão (R. 43) – foi sempre referida, devendo-se caracterizar esse tipo de fonte como muito produtivo para identificação de nacionalidade.

c) Inventários:

Diferentemente dos Testamentos, os Inventários não se caracterizaram como fontes muito produtivas. Em um conjunto de onze Inventários localizados, identificou-se a nacionalidade de dois remetentes – Felizardo José de Faria (R. 12) e Manuel José Lopes de Aguiar (R. 39) –, e não se identificou a nacionalidade de nove – Francisco Pires de Carvalho Aragão (R. 15), João Batista Pinto Sanches (R. 18), João Gonçalves Ferreira (R. 21), João Pinto Leite (R. 25), Luís Gonzaga dos Santos Lima (R. 35), Manuel de Vargas Leal (R. 36), Manuel José de Almeida (R. 37), Prudêncio José de Sousa Brito Cotegipe (R. 46), Raimundo Barroso de Sousa (R. 48).

d) Registros Profissionais – Registro de Matrícula de Comerciantes no Tribunal de Comércio:

O Registro de Matrícula de Comerciantes no Tribunal de Comércio, supostamente um tipo de registro exigido para todos os comerciantes e negociantes da Bahia, referiu a nacionalidade de quatro, dentre os cinco remetentes dos quais se localizaram registros: João Batista Pinto Sanches (R. 18), João José de Azevedo Lima (R. 23), José Gomes da Silva (R. 29) e Manuel Pinto Leite (R. 40). Em apenas um caso – o de Antônio José de Sousa Gouveia (R. 04) –, esse tipo de fonte foi omissivo quanto à nacionalidade.

e) Registros de Irmãos de Ordens Terceiras e Irmandades – Registro de Irmãos da Venerável Ordem Terceira Secular de São Francisco da Bahia e Registro de Irmãos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia:

Na sociedade baiana dos séculos XVII, XVIII e XIX, foi comum a prática de leigos se associarem em ordens terceiras²⁰ e/ou irmandades, confrarias, misericórdias. A consulta ao Registro de Irmãos da Venerável Ordem Terceira Secular de São Francisco da Bahia e ao Registro de Irmãos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia revelou serem irmãos dessas instituições sete remetentes. Esse tipo de fonte levou à identificação da nacionalidade de dois remetentes – João Gonçalves Ferreira (R. 21) e Raimundo Alves de Sousa (R. 47) –, mas não informou sobre a nacionalidade de cinco – Francisco Pires de Carvalho Aragão (R. 15), João Batista Pinto Sanches (R. 18), Joaquim Carvalho da Fonseca (R. 26), Manuel José de Almeida (R. 37), Salvador Estêvão Barbosa (R. 49).

f) Registros de Irmãs de Ordens Segundas – Livro de Notas de Entradas das Noviças do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa:

A remetente Maria da Conceição (R. 41) identifica-se, na sua carta, datada de 1865, como Abadessa do Convento da Lapa. Através do Livro de Notas de Entradas das Noviças do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa, foi possível identificar a nacionalidade dessa remetente. Registros de irmãos/irmãs de ordens religiosas parecem, pois, ser uma fonte produtiva para esse fim. No caso das duas outras remetentes religiosas – as clarissas Ana Constança do Coração de Maria (R. 01) e Ana Maria das Dores Barata (R. 02) –, não houve necessidade de consulta a fonte semelhante, tendo sido a nacionalidade dessas remetentes identificada através de uma fonte secundária, como se verá posteriormente.

²⁰ São ordens terceiras as ordens religiosas de associação de leigos. As ordens religiosas regulares masculinas são ordens primeiras, e as ordens religiosas regulares femininas são ordens segundas.

g) Processos de *Genere*²¹:

Designa-se Processo de *Genere* a um tipo de investigação que se exigia sobre a ascendência de todos os que aspiravam a uma carreira religiosa, a fim de se provar “pureza de sangue”, ou seja, não haver ascendência judia, moura, negra, indígena ou mestiça. Dos dois remetentes homens religiosos – João Calisto Gomes da Silva (R. 19) e José Cardoso Pereira de Melo (R. 28) –, localizou-se o Processo de *Genere* de João Calisto Gomes da Silva (R. 19), cuja nacionalidade foi identificada. Através deste tipo de fonte também foi possível, indiretamente, identificar a nacionalidade do remetente Raimundo Barroso de Sousa (R. 48), pai do religioso Romualdo de Seixas Barroso, cujo Processo de *Genere* foi localizado.

h) Registros de Crimes – Auto de Qualificação de Homicídio:

Um Auto de Qualificação de Homicídio, crime de que Joaquim Rodrigues Nóbrega (R. 27) foi acusado de ter praticado contra Antônio José Marques, identificou a nacionalidade do referido remetente. Embora este seja um tipo raro de fonte, dada a categoria do crime cometido, é bastante produtivo, na medida em que apresenta uma identificação completa do réu.

i) Registros de Estrangeiros – Termos de Apresentação de Estrangeiros à Repartição da Polícia:

Obrigado a comparecer regularmente à Repartição da Polícia, o remetente Manuel José de Almeida (R. 37) teve a sua nacionalidade identificada através de uma fonte em que se fez o registro da sua apresentação.

²¹ Ramos (2001), ao discutir princípios metodológicos para a constituição de um *corpus* representativo do português de Minas Gerais no século XVIII, seleciona uma instituição social, as Irmandades, e um tipo de participante, os capelães. A identificação dos capelães é feita através de um tipo de fonte, os processos *De Genere et Moribus*.

Um problema a se enfrentar em investigação do gênero da que aqui se comenta é a localização de fontes documentais que não correspondam ao indivíduo investigado, e, sim, a um homônimo.

Assim ocorreu com fontes documentais localizadas para indivíduos homônimos dos remetentes José Cardoso Pereira de Melo (R. 28) e Manuel José Dias (R. 38). De um homônimo do remetente José Cardoso Pereira de Melo (R. 28) foi localizado um Inventário²², que, de pronto, se descartou como atribuível ao remetente em questão, por ser o inventariado um cadete que morreu em 1857, aos 18 anos, de febre amarela e a carta do remetente José Cardoso Pereira de Melo (R. 28) ser datada de 1838. Já em relação ao remetente Manuel José Dias (R. 38) foram localizadas fontes atribuíveis a três indivíduos com o mesmo nome: a) um Testamento²³, referente a um Manuel José Dias nascido em Salvador em 8 de setembro de 1822; b) um Testamento, referente a um Manuel José Dias nascido na Freguesia de São Paio de Fão, distrito de Braga – Portugal e c) um Registro no Livro de Termo dos Irmãos Professos da Venerável Ordem Terceira Secular de São Francisco da Bahia (1796-1877), referente a um Manuel José Dias natural da cidade de Lisboa – Portugal. Descartou-se a possibilidade de ser o primeiro dos três homônimos o remetente aqui investigado, pois é pouco provável que, aos 18 anos, fosse testamentário de Bernardo Brandão Arouca, português, pai da Madre Ângela Maria de Jesus²⁴. Todavia não houve como decidir quanto aos outros dois homônimos. Assim, concluiu-se que o remetente Manuel José Dias (R. 38) é português, mas não se sabe se era natural do distrito de Braga ou de Lisboa.

Os problemas decorrentes da homonímia foram ainda mais agudos quando se tratou de indivíduos pertencentes à elite sócio-econômica, que

²² APEB, Seção Judiciária: Inventário (1858), 03/1008/1477/07.

²³ APEB, Seção Judiciária: Testamento (1892), 06/2586/3086/15.

²⁴ A informação de que Manuel José Dias (R.38) era testamentário de Bernardo Brandão Arouca encontra-se na carta do advogado Francisco Maria de Castro (R. 14).

sempre primou pela repetição de um conjunto pouco diversificado de nomes entre os seus membros. Exemplificam esta situação Inácio Pires de Carvalho e Albuquerque (R. 17) e o Visconde da Torre (R. 52) – Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque. Na família Pires de Carvalho, da qual ambos os remetentes são membros, foram atestados, ao menos, quatro indivíduos de nome Inácio Pires de Carvalho e Albuquerque e três indivíduos de nome Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque²⁵.

Fontes Secundárias:

Para além das fontes primárias referidas, foi ainda de extrema relevância a consulta a fontes secundárias. Deve-se ressaltar, contudo, que, em uma investigação dessa natureza, a consulta a uma fonte secundária requer sempre alguma informação prévia acerca do indivíduo sobre o qual se investiga. Assim, enquanto as fontes secundárias, em princípio, permitiriam rastrear apenas a vida de “homens ilustres”, as fontes primárias permitiriam rastrear a vida de “homens ilustres”, mas também de “homens comuns”, sendo portanto, de abrangência indiscutivelmente maior. Para os fins desta pesquisa, a consulta às seguintes fontes secundárias revelou-se bastante produtiva:

- a) NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. (1994). *Patriarcado e religião: as enclausuradas clarissas do Convento do Desterro da Bahia 1677-1890*. Bahia: Conselho Estadual de Cultura.
- b) MENEZES, Jayme de Sá. (1968). Família Calmon, *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*, Salvador, ano 16, n.16.

²⁵ Cf Árvore Genealógica 1, em Anexo I ao Volume II.

- c) BULCÃO SOBRINHO, Antônio de Araújo de Aragão. (1945). *Famílias bahianas*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia. 3 v. v. 1: Bulcão, Pires de Carvalho, Vicente Viana.
- d) BULCÃO SOBRINHO, Antônio de Araújo de Aragão. (1946). Titulares bahianos, *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*, Salvador, ano 2, n. 2.
- e) Brasileiros Registrados nos Livros de Matrícula da Universidade de Coimbra (1577 – 1907), *Revista Brasília – Revista do Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras de Coimbra*. Coimbra Ed. Ltda. v. 1.
- f) BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. (1902). *Diccionario bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 7 v.

A fonte **a**, um estudo bastante completo da história do Convento de Santa Clara do Desterro, apresenta a nacionalidade de duas remetentes, as religiosas Ana Constança do Coração de Maria (R. 01) e Ana Maria das Dores Barata (R. 02), identificada através do Livro de Entradas das Religiosas Clarissas. A fonte **a** é também responsável pela inferência da nacionalidade do remetente Luís Gonzaga dos Santos Lima (R. 35), sobrinho da religiosa clarissa Ângela Maria de Jesus, cuja nacionalidade – como, de resto, a de todas as religiosas do Convento do Desterro desde a sua fundação até o ano de 1890 – é identificada na referida fonte²⁶.

²⁶ Note-se que, apesar da identificação extremamente minuciosa que essa obra apresenta das religiosas clarissas e dos seus respectivos pais (Cf. NASCIMENTO, 1994:409-492), não foi possível através dela identificar um dos remetentes mais importantes, João Pinto Leite (R. 25), autor de 51 das cartas do *corpus*, pai de Margarida Pinto Leite - Margarida de Maria Santíssima, última clarissa a receber o véu preto no Convento do Desterro.

As fontes **b**, **c** e **d** integram o acervo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), mais particularmente do Instituto Genealógico da Bahia. Os remetentes por elas identificados são, obviamente, membros da elite, integrantes de famílias da nobreza rural baiana. A fonte **b** identifica dois membros da família Calmon – Antônio (R. 3) e Augusto Calmon (R. 6), pai e filho, respectivamente –, e a fonte **c**, cinco membros da família Pires de Carvalho – Francisco Pires de Carvalho Aragão (R. 15), Inácio Pires de Carvalho e Albuquerque (R. 17), Maria Joaquina de Aragão (R. 42), Maria Joaquina Epifânia de São José e Aragão (R. 43) e o Visconde da Torre de Garcia d'Ávila (R. 52). A fonte **d** destina-se aos membros da elite baiana agraciados com títulos de nobreza, tendo sido por ela identificados todos os seis remetentes nobres – Barão da Cajaíba (R. 7), Barão de Passé (R. 8), Baronesa de São Francisco (R. 9), Visconde da Pedra Branca (R. 51), Visconde da Torre de Garcia d'Ávila (R. 52) e Visconde do Rio Vermelho (R. 53).

A fonte **e** fornece o registro de todos os brasileiros matriculados na Universidade de Coimbra no período colonial e no período pós-colonial até 1907. Através dessa fonte, José Cardoso Pereira de Melo (R. 28) – Bacharel em Filosofia – e Prudêncio José de Sousa Brito Cotegipe (R. 46) – Médico – tiveram a sua nacionalidade identificada.

Finalmente, a fonte **f** permitiu identificar a nacionalidade de Zacarias de Góis e Vasconcelos (R. 54), que, além de importante político do Império, era também Advogado.

O critério adotado para se afirmar a nacionalidade de um remetente foi a localização de uma fonte documental – primária ou secundária – em que constasse tal informação. Ou seja, a indicação da nacionalidade deveria, necessariamente, ser documentada. Apesar desse critério geral, empregado

na ampla maioria dos casos, para alguns remetentes, a seguir apresentados, a indicação da nacionalidade fez-se por inferência²⁷.

Dentre os remetentes cuja nacionalidade foi inferida, destaca-se, primeiramente, Manuel Pinto Leite (R. 40). Localizaram-se duas fontes com informações relativas a esse remetente – o seu Registro de Matrícula de Comerciante no Tribunal de Comércio e uma Escritura. O segundo documento não faz referência à sua nacionalidade, mas, no primeiro, lê-se:

Manuel Pinto Leite, cidadão brasileiro, domiciliado nesta praça, com seu negócio de comissões, conta própria e descontos, apresentou, na data à margem, a sua Carta de Comerciante, matriculado de grosso trato nos ditos ramos, passada pelo Tribunal do Comércio desta Província, a fim de ser registrada.

À primeira vista, seria, indiscutivelmente, um indivíduo de nacionalidade brasileira. Trata-se, porém, de um português que adotou a nacionalidade brasileira. Manuel Pinto Leite (R. 40) é irmão de João Pinto Leite (R. 25), o que se afirma não apenas pela coincidência dos sobrenomes, mas porque ambos assim se identificam nas suas respectivas cartas. Sendo João Pinto Leite (R. 25), indiscutivelmente, de nacionalidade portuguesa, haveria a possibilidade de o seu irmão ter nascido no Brasil, hipótese que, todavia, se descartou.

Segundo Monteiro (1982:76), na Bahia, nos anos 50 do século XIX, era alto o número de grandes negociantes portugueses. Analisando uma lista de portugueses que eram possuidores de fortuna acima de 50\$000, requisitada pelo Ministro de Negócios Estrangeiros de Portugal, constata que, de 146 nomes, 115 (79%) eram negociantes e 31 (21%) se

²⁷ Na análise lingüística, feita no Capítulo 3 do Volume IV, os remetentes cuja nacionalidade foi inferida serão objeto de atenção particular, a fim de se observar se os dados lingüísticos corroboram a inferência. Tendo-se identificado o autor de cada ocorrência lingüística a partir de uma sigla, qualquer comportamento desviante será destacado.

classificavam como “proprietários” ou “capitalistas”/ “proprietários”. Além disso, constata também que 87 deles (59.5%) são apresentados como “brasileiros adotivos” e 04 (2.7%), como “naturalizados brasileiros”. Ou seja, mais de 60% dos portugueses que, na Bahia, na década de 50 do século XIX, eram possuidores de grande fortuna se naturalizaram brasileiros, o que, segundo a autora (1982:77), seria explicável por “questões práticas, inclusive de sobrevivência para os que enfrentavam o anti-lusitanismo brasileiro do pós-Independência.” Analisando um outro tipo de fonte – uma série de 368 testamentos de portugueses, abertos na Bahia entre 1852 e 1889 –, vai observar também que a maioria dos que deixaram testamentos eram comerciantes, sendo baixíssimo o índice de proprietários rurais, e que, dos 368 portugueses, 12% se declararam “cidadãos brasileiros”. Dos remetentes aqui investigados, este foi o caso, por exemplo, de Felizardo José de Faria (R. 12), em cujo inventário é apresentado como “natural de Portugal” e “cidadão brasileiro”. Comparando os dois tipos de fontes analisados por Monteiro, é possível concluir que foi prática entre negociantes/comerciantes portugueses na Bahia, no pós-Independência, a adoção da cidadania brasileira e que tal prática parece ter sido ainda bem mais amplamente difundida entre os negociantes/comerciantes possuidores de grandes fortunas. O caso de Manuel Pinto Leite (R. 40), comerciante matriculado como “cidadão brasileiro”, é, portanto, um testemunho dessa prática. Assim, para este estrato profissional – negociantes/comerciantes –, a localização de uma fonte com a indicação “cidadão brasileiro” não pode ser tomada como suficiente para se determinar a nacionalidade do remetente como sendo brasileira.

Para além de Manuel Pinto Leite (R. 40), três outros remetentes – João Batista Pinto Sanches (R. 18), João José de Azevedo Lima (R. 23) e José Gomes da Silva (R. 29) – foram identificados como “cidadãos brasileiros” em seus respectivos Registros de Matrícula no Tribunal de

Comércio. Trata-se ainda de três remetentes cujas Cartas permitiram identificá-los como senhores, respectivamente, dos Engenhos Restinga, Rio Branco e Socorro. De José Gomes da Silva (R. 29) pode-se afirmar ser de fato um brasileiro, pois é sobrinho de João Calisto Gomes da Silva (R. 19), identificado, a partir de Processo *de Genere*, como brasileiro. Quanto aos outros dois remetentes referidos, considera-se passível de dúvida a sua identificação como brasileiros.

Para os remetentes Leopoldina (R. 34) e Luís Gonzaga dos Santos Lima (R. 35), inferiu-se a nacionalidade brasileira com base em relações de parentesco com religiosas clarissas. A carta da remetente Leopoldina (R. 34), datada de 1864, não identifica o destinatário, que é apenas designado como *Minha Cara Tia e Madrinha Senhora do Coração*. Supõe-se ser esse destinatário a religiosa Ana Constança do Coração de Maria (R. 1), natural de Santo Amaro-Bahia, dada a correspondência entre a data da carta e o seu último triênio de mandato como abadessa²⁸; além de tia, é também a destinatária madrinha da remetente, o que reforça a inferência de que a remetente seja de nacionalidade brasileira. Já Luís Gonzaga dos Santos Lima (R. 35) identifica-se na sua carta como sobrinho da madre Ângela Maria de Jesus, natural de Salvador-Bahia e filha de Bernardo Brandão Arouca e de Teresa de Jesus. Bernardo Brandão Arouca, avô, provavelmente, do referido remetente, era um português natural do Porto.

Destaca-se, finalmente, como um grupo de remetentes que se supõe ser de nacionalidade brasileira o grupo constituído por remetentes que eram senhores de engenho/de terras: além da própria Leopoldina (R. 34), anteriormente referida, integram ainda esse grupo os seguintes remetentes: Antônio Onofre de Pinho (R. 5), Emídio Cavalcante de Melo (R. 11), Francisco da Silva Melo (R. 13), Frutuoso de Azevedo Pereira (R. 16) e

²⁸ Cf., a este respeito, item 2.2.1.6.

José Teodoro Sá Barreto (R. 31). A primeira justificativa para tal suposição é a observação, já referida, de Monteiro (1982) de que a maioria de um conjunto de 368 portugueses cujos testamentos foram abertos na Bahia entre 1852 e 1889 eram comerciantes, sendo baixíssimo o índice de proprietários rurais; a mesma autora observou também que “alguns dos testadores com propriedades rurais nunca abandonaram as suas funções de comerciantes”. Particularmente quanto a dois dos remetentes dos senhores de engenho/de terras referidos – Emídio Cavalcante de Melo (R. 11) e Frutuoso de Azevedo Pereira (R. 16) –, outros dados vêm corroborar a suposição de que sejam brasileiros. No caso de Emídio Cavalcante de Melo (R. 11), a informação de que teria herdado o Engenho Conceição de seu pai²⁹, levando essa informação a crer ser esse remetente, se não descendente de pai brasileiro, ao menos nascido em uma família constituída no Brasil. Já quanto a Frutuoso de Azevedo Pereira (R. 16), dados de natureza lingüística permitem identificá-lo, indubitavelmente, como brasileiro. Frutuoso de Azevedo Pereira (R. 16), senhor do Engenho do Rio Azul, é, dentre todos os remetentes das cartas, o que mais transfere para a escrita marcas típicas de um português brasileiro oral não-padrão, conforme se pode ver pelos aspectos destacados a seguir.

Nível fônico:

- *aresebi* por recebi; *areSebidas* por recebidas; *arespondo* por respondo
- *porcorador* ou *percorador* por procurador; *deCalrão* por declaram; *deCalro* por declaro; *deCalra* por declara
- *frimeza* por firmeza; *prefeita* por perfeita; *detreminar* por determinar; *proCa* por por cá; *proiso* por por isso
- *legar* por legal

²⁹ Cf. Quadro 2: Localização dos engenhos.

Nível morfológico:

- *vi* por *vir*
- *esteje* por *esteja*

Nível morfossintático – não-marcação da concordância nominal:

- *Jois e Corador dos Orfão* por juiz e curador dos órfãos
- *aospagamento* por aos pagamentos
- *duas Carta* por duas cartas
- *minhas molestia* por minhas moléstias
- *estes negocio* por estes negócios
- *as ferra* por as freiras

Nível morfossintático – não-marcação da concordância verbal:

- *pois ja | le esCrevi atal respeito dando parte que nem francisco Ignaçio |
enem adonana quis me em tregar as teras digo as duzentas | esetenta
eito brassas que de tal tera não Sabe que le as- | vendeu*
- *elas pode Sequexar*

Além dos critérios não-lingüísticos, anteriormente referidos para a inferência da nacionalidade de alguns remetentes, a partir das cartas (autógrafas) de Frutuoso de Azevedo Pereira (R. 16), colocou-se também a possibilidade de se elencar um conjunto de traços lingüísticos exclusivamente brasileiros ou exclusivamente portugueses, os quais permitissem distinguir escribas brasileiros de escribas portugueses. Dada a possibilidade de brasileiros com alto grau de escolaridade não apresentarem na escrita marcas lingüísticas que os distingam dos portugueses e dada também a possibilidade de textos escritos por imigrantes portugueses no Brasil revelarem marcas da interferência da

gramática brasileira sobre a gramática portuguesa, descartou-se, como um critério a ser amplamente adotado, a possibilidade de se definir, *a priori*, um escriba como brasileiro ou como português a partir de traços lingüísticos. Porém, dentre as possíveis marcas distintivas entre uma escrita brasileira e uma escrita portuguesa, apenas uma se utilizou como índice para se identificar um escriba como de nacionalidade brasileira: a ocorrência de ele como acusativo na sua escrita.

Apresentam tal marca cartas dos remetentes Leopoldina (R. 34) – já, por outros critérios, apontada como brasileira – e ainda Bernardino Barbosa Lisboa (R. 10) e Matildes de Araújo e Almeida (R. 44), conforme exemplificam as passagens a seguir, retiradas das suas respectivas cartas:

Leopoldina (R. 34):

- *Sobre a sua alforria | é verdade que dei **ella** a Vossa Merce | para lhe servir em quanto viva, mas | Vossa Merce quer forrala, e ea quero | comcordar com Vossa Merce para lhe não | ~~na~~ dezagradar*

Bernardino Barbosa Lisboa (R. 10):

- *a minha falta não sou eu o culp[ado] [e] | sim o Senhor Fleciano quem Vossa Excelencia aceitou, em vertude | dos seus encommodos, e Vossa Excelencia pode ficar muito certa de | que eu darei não só **elle** como outro qual quer que Vossa Excelencia | exija e queira pois que o maior fiador que eu podia dar | a Vossa Excelencia era o meo estabelecimento que já mais me podia | delle des faser sem que Vossa Excelencia o soubese e por isso in- | capas de deixar de pagar.*

Matildes de Araújo e Almeida (R. 44):

- *estou em deligencia de vender a nossa caza, não só para lhe saptisfazer como é do meo dever, como tambem a fim de pagar a todos os meos credores; ficando VossaSenhoria, certa, que a sua divida não está perdida, oxalá que tambem os meos devedores tivessem tão seguras **ellas** como eu para com VossaSenhoria, eassim tenha mais alguma paciencia além da, que tem ti=do; athé, que realize a ditta venda*

Os remetentes Leopoldina (R. 34) e Bernardino Barbosa Lisboa (R. 10) possuem apenas uma carta; em ambos os casos, a letra do texto da carta e a letra da assinatura são coincidentes, não havendo, portanto, indícios de que se trate de cartas apógrafas. Já Matildes de Araújo e Almeida (R. 44) possui quatro cartas. A carta I é apógrafa, pois a letra do corpo da carta e a da assinatura são diferentes. As cartas II, III e IV também são apógrafas; todas três apresentam a mesma letra no corpo da carta e na assinatura, porém essa letra não corresponde à letra da assinatura da carta I e também não corresponde à letra do corpo da carta I. A carta II apresentou a ocorrência de ele como acusativo. Tendo sido a carta II escrita pela mesma mão que escreveu as carta III e IV, serão as três, portanto, consideradas cartas escritas por mão brasileira. Todavia, sendo cartas apógrafas, identificou-se o *escriba* como brasileiro, mas não o *remetente*, cuja nacionalidade continuou desconhecida. Para a carta I da remetente Matildes de Araújo e Almeida (R. 44), não houve qualquer indicação quanto à nacionalidade do escriba³⁰.

³⁰ Sobre a distinção entre cartas autógrafas e cartas apógrafas, cf. item 1.2.1.5.2, a seguir.

O último item constante da *Ficha de Identificação é Observações*. Nesse item, apresentou-se, quase sempre, inicialmente, a transcrição de um trecho da fonte documental – primária ou secundária – da qual se retirou a informação sobre a nacionalidade do remetente. A seguir, incluíram-se, ainda, outras informações que permitissem melhor enquadrá-lo do ponto de vista sócio-econômico e sociocultural. Nas *Fichas*, fez-se a atualização da ortografia e da pontuação dos trechos transcritos tanto de fontes primárias, quanto de fontes secundárias.

O número de remetentes para os quais não se localizou nenhuma fonte foi relativamente baixo. De um total de cinquenta e quatro remetentes, apenas para dez (18.5%) – Bernardino Barbosa Lisboa (R. 10), Francisco Maria de Castro (R. 14), João da Costa Carneiro de Meireles (R. 20), João Gualberto Mascarenhas (R. 22), José Joaquim de Melo (R. 30), Justina Florinda do Amor Divino (R. 32), Justino Gustavo Dourado (R. 33), Leopoldina (R. 34), Matildes de Araújo e Almeida (R. 44), Tomás Gomes de Azevedo (R. 50) – não se localizou nenhuma fonte. Houve, é claro, também os casos de remetentes para os quais se localizaram fontes, que, contudo, não informaram sobre a sua nacionalidade, sendo, portanto, fontes lacunosas quanto a este aspecto. Um exemplo de fonte particularmente lacunosa foi dado pelas Escrituras; localizaram-se Escrituras de seis remetentes – Emídio Cavalcante de Melo (R. 11), João Lopes Fiúza Barreto de Meneses Barbalho (R. 24), Joaquim Carvalho da Fonseca (R. 26), José Teodoro de Sá Barreto (R. 31), Manuel José Dias (R. 38) e Manuel Pinto Leite (R. 40) –, não havendo nelas qualquer referência não apenas à *Nacionalidade*, mas também à *Profissão* desses remetentes.

Excluindo-se os casos dos remetentes de nacionalidade inferida, foi possível, através exclusivamente da localização de fontes documentais, ter

para 123 (77.8%) das 158 cartas a identificação da nacionalidade dos seus remetentes.

1.2.1.5.2 CARTAS AUTÓGRAFAS E CARTAS APÓGRAFAS

São 54 os remetentes das cartas. Fazendo-se, todavia, uma necessária distinção entre *remetente* – concebido como o autor intelectual do texto da carta – e *escriba* – quem de fato o redige –, já que nem sempre ambos são coincidentes, constatou-se que o número de escribas é superior ao de remetentes, tendo-se identificado 63 mãos na redação das cartas. Desta, decorreu outra constatação: identificar a nacionalidade do remetente não implica, necessariamente, identificar a nacionalidade de quem, de fato, redigiu a carta, aspecto a que se terá atenção quando da análise lingüística da documentação, distinguindo-se quatro conjuntos de dados: por um lado, dados extraídos de cartas autógrafas de remetentes de nacionalidade portuguesa e dados extraídos de cartas autógrafas de remetentes de nacionalidade brasileira e, por outro lado, dados extraídos de cartas apógrafas de remetentes de nacionalidade portuguesa e dados extraídos de cartas apógrafas de remetentes de nacionalidade brasileira.

É procedimento da crítica textual, para estabelecer o valor dos testemunhos, distinguir entre *manuscritos autógrafos* e *manuscritos apógrafos*³¹.

Diz-se que um manuscrito é *autógrafo* quando é saído da mão do seu próprio autor intelectual. Embora, muitas vezes, não seja tarefa de fácil realização, considera-se de interesse, nas tradições textuais com vários testemunhos, diferenciar três tipos de autógrafos: *o rascunho*, *o original* e *a cópia autógrafo*. O *rascunho* apresenta sempre inúmeras correções e, conseqüentemente, revela o processo de gênese do próprio texto. Chama-se

³¹ Para a distinção entre autógrafo (rascunho, original autógrafo e cópia autógrafo) e apógrafo, cf. Alberto Blecu, 1987:39-40.

de *original autógrafa* uma cópia feita com particular atenção a partir do *rascunho*; já a *cópia autógrafa* é feita a partir do original ou mesmo a partir de uma outra cópia autógrafa. Assim, considera-se que no processo de cópia de um *original autógrafa*, o autor tenderia a cometer menos erros que no processo de realização de uma *cópia autógrafa*. Uma *cópia autógrafa* seria, portanto, muitas vezes comparável a uma cópia de mão alheia, podendo o autor-copista apresentar os mesmos ou até mais erros que os cometidos por um copista não autor³².

Já o *apógrafo* se define como uma cópia feita por mão alheia, ou seja, como uma cópia não-autógrafa. As cópias apógrafas podem ser feitas a partir de um rascunho, de um original, de uma cópia autógrafa e até mesmo de um texto ditado.

Fez-se, anteriormente, uma distinção entre *remetente* – definido como autor intelectual do texto da carta – e *escriba* – definido como redator do texto da carta. Sob a designação *escriba*, teoricamente, podem estar representados copistas não-autores muito díspares, pelas seguintes razões:

- a) Em primeiro lugar, em função de a cópia apógrafa poder derivar de um rascunho, por um lado, ou de um original ou cópia autógrafa, por outro;
- b) Em segundo lugar, pelo fato de a cópia poder derivar não de uma base escrita, mas de um texto ditado, o que, supostamente, já implica um maior grau de interferência do escriba, uma vez que se

³² Por um lado, considera-se que o rascunho apresenta várias correções, o original apresenta apenas algumas pequenas correções e a cópia, nenhuma. Por outro lado, considera-se que o original fará correções de erros do rascunho, mas apresentará outros erros, e que a cópia, embora eventualmente também possa corrigir erros do original ou da cópia que lhe sirvam de base, apresentará erros ainda maiores que os do original.

trata de transpor o código oral para o escrito; neste caso, a própria utilização do termo cópia soa inadequada;

- c) Em terceiro lugar, pelo imponderável presente em todas as situações concretas, como, por exemplo: a possibilidade de um texto oral, base de uma cópia apógrafa, ser ditado já em sua forma definitiva ou quase definitiva, sofrendo, às vezes, menos alterações que um rascunho; as idiossincrasias dos próprios copistas, uns mais, outros menos conservadores; a natureza do texto a ser copiado, que pode requerer interferências mais ou menos radicais por parte do copista e assim sucessivamente.

Em virtude da natureza dos documentos em questão, cartas particulares, considera-se, quanto aos documentos autógrafos, a possibilidade de ocorrerem com mais frequência rascunhos e originais autógrafos. Quanto aos documentos apógrafos, considera-se como mais provável que se trate de cópias a partir de rascunhos ou de originais autógrafos ou ainda de textos escritos a partir de ditado.

No universo das 158 cartas editadas, como já se disse, não houve, para todos os casos, coincidência entre autor intelectual (remetente) e redator (escriba). A falta de coincidência entre remetentes e escribas pôde ser constatada apenas através de um artifício, o *exame das assinaturas*, observando-se se a letra do texto da carta e a letra da assinatura eram a mesma ou não:

- a) Sendo letras diferentes, o remetente e o escriba eram obviamente distintos;

b) Sendo letras iguais, consideraram-se como possíveis três situações:

b.1) a situação em que o remetente de fato assinou a carta que escreveu;

b.2) a situação em que o escriba escreveu o texto da carta e “assinou” o nome de um remetente alfabetizado e

b.3) a situação em que o escriba escreveu o texto da carta e “assinou” o nome de um remetente analfabeto.

Portanto, correlacionando as variáveis *remetente*, *escriba* e *assinatura*, teoricamente podem ocorrer no *corpus* todas as seguintes situações:

- **Cartas autógrafas:** a) escritas e assinadas pelo remetente; b) escritas pelo remetente, mas sem a sua assinatura.
- **Cartas apógrafas:** c) escritas por um escriba e assinadas pelo remetente; d) escritas e “assinadas” por um escriba, sendo o remetente alfabetizado e e) escritas e “assinadas” por um escriba, sendo o remetente analfabeto.

Diante de todas as possibilidades anteriormente mencionadas, resta saber quais as que se podem, em função da natureza específica dos documentos que integram o *corpus*, identificar de forma segura, a partir dos indícios materiais disponíveis. Portanto:

- Foram identificadas seguramente como apógrafas todas as cartas cuja letra do texto foi distinta da letra da assinatura. Todas as

cartas apógrafas deste tipo são imediatamente identificáveis na edição, porque a assinatura do remetente vem entre <>;

- Além disso, nos casos em que um mesmo remetente apresentou diversas cartas e houve variação na letra da assinatura e/ou na letra do texto da carta, foi possível identificar, seguramente, no conjunto das suas cartas, as autógrafas – escritas e assinadas pelo remetente, e, às vezes, até não assinadas – e as apógrafas – escritas pelo escriba e apenas assinadas pelo remetente e, às vezes, até escritas e “assinadas” pelo escriba, embora o remetente fosse alfabetizado, conforme o demonstrou o fato de o remetente ter assinado outras cartas cujo texto apresentava letra distinta da sua. Todas essas possibilidades, variáveis e complexas, foram observadas quando da análise da correspondência dos remetentes Ana Constança do Coração de Maria (R. 1), Frutuoso de Azevedo Pereira (R. 16), Maria Joaquina Epifânia de São José e Aragão (R. 43), Matildes de Araújo e Almeida (R. 44) e Zacarias de Góis e Vasconcelos (R. 54). Os fac-símiles das 7 cartas do remetente Frutuoso de Azevedo Pereira (R. 16), apresentados no Volume III, exemplificam algumas situações possíveis. Trata-se de 7 cartas escritas por três mãos: as cartas II, III, V e VI são autógrafas e assinadas pelo remetente; as cartas I, IV e VII são apógrafas, sendo a carta I escrita por uma mão e as cartas IV e VII por outra mão. A carta I distingue-se, porém, das cartas IV e VII, pois, além de escrita, foi também “assinada” pelo escriba; as cartas IV e VII foram escritas por mão alheia, mas assinadas pelo remetente. Dos 5 remetentes acima referidos, Ana Constança do Coração de Maria (R. 1), Frutuoso de Azevedo Pereira (R. 16) e Maria Joaquina Epifânia de São José e Aragão (R. 43) apresentam cartas autógrafas e apógrafas e Matildes de Araújo e Almeida (R. 44)

apenas apresenta cartas apógrafas. Já a situação do remetente Zacarias de Góis Vasconcelos (R. 54) é mais difícil de se definir. Possui esse remetente 4 cartas, sendo a primeira escrita e assinada por uma mão e as outras três escritas e assinadas por outra mão. Será a primeira autógrafa e as demais apógrafas ou o contrário? Na carta I, o nome do destinatário foi escrito posteriormente, pela mesma mão que esceveu as cartas II, III e IV. O mais provável, então, é que as cartas II, III e IV sejam autógrafas. Não houve, porém, como se chegar a uma conclusão definitiva. Conforme já se referiu anteriormente, as cópias apógrafas podem ser feitas a partir de um rascunho, de um original, de uma cópia autógrafa e até mesmo de um texto ditado, portanto pode haver grande variedade de situações entre documentos apógrafos. Quanto às cartas dos remetentes Ana Constança do Coração de Maria (R. 1), Frutuoso de Azevedo Pereira (R. 16) e Maria Joaquina Epifânia de São José e Aragão (R. 43), pelo fato de haver grande disparidade, em termos lingüísticos, entre autógrafas e apógrafas, considera-se mais possível que as apógrafas sejam feitas a partir de ditado ou, no máximo, a partir de rascunho, tendo havido, em qualquer caso, uma completa intervenção do escriba no "texto" do remetente. Quanto às cartas do remetente Zacarias de Góis e Vasconcelos (R. 54), embora não se tenha chegado a uma conclusão definitiva a respeito de qual ou de quais carta(s) seria(m) autógrafa(s), pode-se observar que não há disparidade entre o texto da carta I e o texto das cartas II, III e IV. Assim, para as cartas do remetente Zacarias de Góis e Vasconcelos (R. 54), a suposição é que a(s) apógrafa(s) seja(m) feita(s) a partir de original autógrafo ou de cópia autógrafa e que não tenha havido intervenção do escriba no texto do remetente. Por esta razão, na análise lingüística, os dados

extraídos de todas as 4 cartas desse remetente foram tratados como dados extraídos de cartas autógrafas de remetentes de nacionalidade brasileira.

- Tanto nos casos em que o remetente só apresentou uma carta, quanto nos casos em que apresentou mais de uma, mas não houve variação entre a letra do texto da carta e a da assinatura, embora não se possa afirmar, peremptoriamente, tratar-se de cartas autógrafas, pode-se afirmar que não há indícios materiais favorecendo a interpretação de que sejam apógrafas. Quando um mesmo remetente apresentou mais de uma carta e não houve variação entre a letra do texto e a da assinatura, o espectro de variação de número de cartas por remetente foi muito amplo, ocorrendo 09 remetentes com 2 cartas; 2 remetentes com 3 cartas; 3 remetentes com 4 cartas; 1 remetente com 7 cartas e, finalmente, 1 remetente com 51 cartas. É claro que, quanto maior for o número de cartas atribuídas a um remetente e não havendo variação entre a letra do texto das cartas e a letra da assinatura, maior será a possibilidade de que se trate de documentação autógrafa.

Tanto nos casos em que o remetente só apresentou uma carta, quanto nos casos em que apresentou mais de uma, mas não houve variação entre a letra do texto da carta e a da assinatura, para além da dificuldade quanto à definição do caráter autógrafo ou apógrafo dos documentos, uma outra dificuldade fundamental foi apontada anteriormente: a possibilidade de identificação, em se tratando de documentos apógrafos, de remetentes analfabetos ou de remetentes alfabetizados.

Um dos mais interessantes campos de pesquisa de desenvolvimento recente no âmbito da nova historiografia é justamente o que se interessa

pelo processo de ingresso das sociedades ocidentais no mundo da cultura escrita, processo este já relativamente bem explorado na história de diversos países europeus, mas pouco tratado na história do Brasil. Dentre diversas maneiras possíveis de se averiguar o grau de extensão da relação de uma sociedade com a cultura escrita, os índices de alfabetização constituem, certamente, o aspecto mais revelador da intimidade dessa relação.

Todavia, como aferir os índices de alfabetização de uma sociedade no passado? Um dos métodos desenvolvidos neste sentido é o do cômputo das assinaturas dos documentos, podendo-se distinguir, assim, os indivíduos que sabiam dos que não sabiam assinar o nome. Através das “taxas de assinatura”, chegava-se, então, às “taxas de alfabetização”. Segundo Roger Chartier (1991:122), “o fato é mensurável apenas nos dois últimos séculos da era moderna, pois, salvo raras exceções, só a partir do final do século XVI – e freqüentemente depois – documentos maciços ou séries contínuas podem fornecer assinaturas válidas para a contagem”. Quanto às “taxas de assinaturas” como medida do progressivo ingresso das sociedades ocidentais no mundo da escrita, o mesmo autor (1991:114) observa, porém, que se trata de “indicadores culturais macroscópicos, compósitos, que não medem exatamente nem a difusão da capacidade de escrever, mais restrita do que os números indicam, nem a da leitura, que é mais extensa”.

Apesar das ressalvas, tal método, produtivo quando aplicado a documentos, como, por exemplo, Testamentos e outros documentos notariais, não se pôde aplicar com êxito às cartas, apesar de se tratar de documentos assinados. A diferença fundamental entre uma e outra situação é que, enquanto, no caso dos Testamentos, por exemplo, o escriba se identifica como tal e informa quando o testador, por ser analfabeto, não assina o testamento, no caso das cartas particulares, o escriba, se distinto do

remetente, jamais se identifica e, portanto, não declara o motivo da sua presença, que, não necessariamente, deriva do fato de ser o remetente analfabeto. Observem-se os seguintes trechos de conclusão de dois Testamentos, o primeiro de Maria da Conceição, analfabeta (Cachoeira-Ba, 1799) e o segundo de José Pereira da Cruz, semi-alfabetizado (Salvador, 1750/1757)³³:

Epór ser esta minha ultima edeRadeira vontade na Forma que tenho dito neste meu testamento que a meu Rogo o fes Manuel Henriques Frutuozo epelo achar conforme o ditei nele measignei comhua Crus por não saber Ler nen esCrever, Cítio da Gameleira era udeSupra.

epeço as Justiças desuaMagestade, que Deos guarde, mo façam cumprir, e guardar assim, e da maneyra que nellese conthém; por não escrever bem, pedi a Antonio Bazilio, que mo escrevesse, e como testemunha assignasse e eu me assigney com o meusignal costumado. Bahya era ut supra. Joseph da Cruz. Como testemunha que este escrevy. Antonio Bazilio.

Porém se o exame das assinaturas não se mostrou útil quanto à verificação de taxas de alfabetização para o universo dos remetentes considerados, forneceu alguns elementos que permitiram especular sobre a frequência da prática da escrita entre remetentes portugueses e brasileiros e, no conjunto dos brasileiros, entre remetentes masculinos e femininos, um dos aspectos tratados no item 1.2.1.5.3., a seguir.

³³ Ambos os testamentos estão no Arquivo Público do Estado da Bahia.

1.2.1.5.3 NACIONALIDADE *VERSUS* PROFISSÃO, ESCOLARIDADE E OUTROS ÍNDICES SOCIOCULTURAIS

1.2.1.5.3.1 REMETENTES PORTUGUESES

Dos 54 remetentes, 5 foram identificados como de nacionalidade portuguesa:

- Felizardo José de Faria (R. 12), 01 carta
- João Pinto Leite (R. 25), 51 cartas
- Manuel José de Almeida (R. 37), 02 cartas
- Manuel José Dias (R. 38), 01 carta
- Manuel Pinto Leite (R. 40), 01 carta

Desses, o mais plenamente identificado e também o autor do maior número de cartas por remetente foi João Pinto Leite (R. 25), nascido no ano de 1799 e natural do Porto. Foi João Pinto Leite (R. 25) um negociante e residiu na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia, que, além de área comercial, era também área residencial, ocupada, principalmente, pelas famílias de comerciantes e de caixeiros portugueses. Não se pôde precisar com que idade chegou ao Brasil, mas, em 1832, portanto, aos 33 anos, já batizava um filho aqui nascido. Casou-se com Ana Josefa Teixeira de Sá, cujo pai, João de Sá, no ano de 1832, residia na Vila de Alvarenga, em Portugal; será, pois, a sua esposa, muito provavelmente, ou filha de português nascida no Brasil ou portuguesa. Era pai de dois filhos brasileiros – Aurélio Pinto Leite e Margarida Pinto Leite –, ambos bem situados socialmente: Aurélio Pinto Leite era Bacharel e Irmão da Venerável Ordem Terceira Secular de São Francisco da Bahia, e Margarida Pinto Leite, ou Margarida de Maria Santíssima, foi a última religiosa a receber o véu preto, correspondente ao mais alto grau da hierarquia social do Convento do Desterro. Ao morrer, aos 64 anos, deixou poucos bens,

mas, ao que tudo indica, terá sido, ao longo da sua vida, um negociante português bem situado socialmente.

O conjunto de informações sobre Manuel Pinto Leite (R. 40), irmão de João Pinto Leite (R. 25), é bem mais restrito. Dedicava-se, como o irmão, a atividades comerciais. Infere-se que fosse natural do Porto, tal como o irmão. Era casado com Ana Carlota Teixeira de Sá.

Felizardo José de Faria (R. 12) nasceu no ano de 1787 e era natural de Braga. Chegou a Salvador no ano de 1804, portanto, aos 17 anos. No ano de 1812, casou-se com Joana Perpétua de Faria e Melo, com quem teve dois filhos. Foi comerciante, e, quando faleceu, aos 77 anos, os seus bens – entre escravos, casas e ações – foram avaliados em 25:750\$000.

Manuel José de Almeida (R. 37) nasceu na Freguesia de São Martinho da Vila de Souto de Alva, distrito de Viseu, no ano de 1783. Chegou à Bahia no ano de 1828, portanto, já com a idade relativamente avançada de 45 anos. Foi negociante e morreu solteiro, aos 78 anos, deixando bens avaliados em 31:350\$000. Pertenceu a várias irmandades religiosas: Ordem Terceira de São Francisco, Santa Casa de Misericórdia da Bahia, Nossa Senhora da Conceição da Praia (juiz), Nossa Senhora do Monte do Carmo e Santíssimo Sacramento da Freguesia da Rua do Paço (juiz).

Do último dos remetentes portugueses, Manuel José Dias (R. 38), dada a localização, a que já se referiu anteriormente, de fontes documentais atribuíveis a dois portugueses com esse nome, sabe-se que poderá tratar-se ou de um provável comerciante, natural da Freguesia de São Paio de Fão, distrito de Braga, casado com Teresa Maria de Jesus, natural de Salvador, e que foi irmão da Ordem Terceira de São Francisco (remido), do Santíssimo Sacramento na Paróquia de São Pedro Velho, do Senhor dos Aflitos (remido) e do Senhor Jesus dos Santos Passos ou de um indivíduo natural

da cidade de Lisboa e que foi irmão (remido) da Ordem Terceira de São Francisco.

Os 5 remetentes identificados como portugueses são todos homens. De 4 desses 5 remetentes, pôde-se saber o local de origem, sendo todos originários de distritos do Norte de Portugal – Porto, Braga e Viseu. De 4 desses 5 remetentes, também se pôde identificar a profissão, sendo todos comerciantes/negociantes. Todas as fontes consultadas foram omissas quanto à escolaridade.

3 dos 5 remetentes portugueses – Felizardo José de Faria (R. 12), Manuel José Dias (R. 38) e Manuel Pinto Leite (R. 40) – possuem apenas uma carta e, dada a coincidência entre as letras dos textos e as das assinaturas, os indícios materiais não favorecem a interpretação de que sejam apógrafas. 2 entre os 5 remetentes – João Pinto Leite (R. 25) e Manuel José de Almeida (R. 37) – possuem mais de uma carta, sendo autógrafas as 51 cartas de João Pinto Leite (R. 25) e apógrafas as 2 cartas de Manuel José de Almeida (R. 37), que apenas as assina.

1.2.1.5.3.2 REMETENTES BRASILEIROS

Dos 54 remetentes, 38 foram identificados como de nacionalidade brasileira, sendo 7 mulheres e 31 homens³⁴.

Dentre os 38 remetentes brasileiros, identificou-se a naturalidade de 21, sendo todos baianos – especificamente do Recôncavo da Bahia –, exceto apenas Pedro Antônio Veloso da Silveira (R. 45), natural de Pernambuco, e Raimundo Barroso de Sousa (R. 48), natural do Pará. Não é uma especificidade desta amostra a presença diminuta na Bahia de brasileiros naturais de outras Províncias. Ao analisar o Recenseamento de 1872 – o primeiro recenseamento oficial brasileiro, intitulado *População*

³⁴ Por critérios lingüísticos, identificou-se também como brasileiro o escriba de três cartas da remetente Matildes de Araújo e Almeida (R. 44).

em relação à nacionalidade brasileira e que só fornece, portanto, informações sobre pessoas nascidas no Brasil –, Kátia Mattoso (1992:99) chama a atenção para uma característica da formação da população baiana, cuja contra-parte lingüística é de interesse destacar. Diz essa autora:

Supondo-se que os dados sobre a origem estivessem corretos, observamos que eram de origem baiana 98% dessa população. As outras Províncias não mandavam homens à Bahia, exceto as limítrofes ou muito próximas (PE, AL, SE e MG), das quais alguns mulatos livres dos dois sexos saíam com facilidade.

Com base em tal característica, pode-se destacar, então, o fato de que na Bahia, no século XIX, não se produziram formas relevantes de contato entre variantes dialetais do português brasileiro, que, na altura em questão, já estavam consolidadas.

1.2.1.5.3.2.1 MULHERES

As 7 mulheres que estão entre os remetentes brasileiros são, com as suas respectivas profissões, as seguintes:

RELIGIOSAS

- Ana Constança do Coração de Maria (R. 01), 09 cartas
- Ana Maria das Dores Barata (R. 02), 01 carta
- Maria da Conceição (R. 41), 01 carta

SENHORAS DE ENGENHO/DE TERRAS

- Baronesa de São Francisco (R. 09), 01 carta
- Leopoldina (R. 34), 01 carta
- Maria Joaquina de Aragão (R.42), 01 carta
- Maria Joaquina Epifânia de São José e Aragão (R. 43), 9 cartas

As profissões indicadas para as remetentes femininas – a profissão de religiosa e a profissão de senhora de engenho/de terras – merecem algum comentário:

Religiosas: Segundo Maria José Rosado Nunes (1997:482), “No fim do século XIX, as freiras já se encarregavam de inúmeras tarefas necessárias à sociedade, particularmente no campo da educação, da saúde e da assistência social. Afora as mulheres pobres, as freiras foram as primeiras a exercerem uma profissão, quando ainda a maioria da população feminina era “do lar””. Ao longo do período colonial, as freiras, no Brasil, viveram sob clausura, em estado “de vida contemplativa”, estado, portanto, para o qual não se supunha uma atuação em termos “profissionais”. O destaque dado à atuação profissional das freiras no final do século XIX decorre do fato de que, ao lado das congregações religiosas “de vida contemplativa”, surgem, já próximo da República e no contexto da reforma da Igreja Católica, as congregações religiosas “de vida ativa”, cujo projeto de vida religiosa passou a comportar alguma forma de atuação social, traduzida na imagem da “irmã de caridade”. As três remetentes referidas – Ana Constança do Coração de Maria (R. 1) e Ana Maria das Dores Barata (R. 2), religiosas do Desterro, e Maria da Conceição (R. 41), religiosa do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa, estão inseridas no antigo modelo das congregações “de vida contemplativa”; porém, sobretudo no caso de Ana Constança do Coração de Maria (R. 1) e de Maria da Conceição (R. 41), que foram abadessas, e, portanto, tiveram, dentre outras, a responsabilidade de zelar pela administração das finanças das suas respectivas congregações, pode-se propor uma aproximação entre “vida religiosa” e “vida profissional”.

Senhoras de engenho/de terras: Efetivamente, não havia a “profissão” de senhora de engenho e/ou senhora de terras. Aqui, estão sendo assim identificadas as remetentes que, por nascimento ou casamento, estejam vinculadas ao grupo social masculino dos senhores de engenho e/ou senhores de terras. Tal critério é sugerido por Adriana Dantas Reis (1998:II), quando afirma: “Como, na maioria das vezes os critérios de diferenciação social são masculinos, para entender as “mulheres da elite” no século passado, relacionei-as aos homens da elite daquela época.” E ainda: “(...) quando falo de “elite feminina”, estou adicionando àqueles critérios de diferenciação social masculinos a categoria relacional de gênero. Ou seja, como grupo estratégico dentro da elite social, as mulheres seguiam determinados preceitos morais, reproduzindo através de comportamentos e atitudes um modelo social feminino e de destaque dentro do grupo das mulheres.” Considerando-se, ainda, o teor das cartas das remetentes aqui designadas como senhoras de engenho e/ou senhoras de terras, nota-se que não se trata apenas de mulheres que, por nascimento ou casamento, estão vinculadas passivamente ao grupo social dos senhores de engenho e/ou de terras. Ao contrário, o que as cartas revelam são mulheres que parecem ter tido uma vida de razoável atividade em uma esfera extra-doméstica, o que, muitas vezes, no período considerado, se dava a partir da viuvez.

5 entre as 7 remetentes possuem apenas uma carta. Em dois casos, o da Baronesa de São Francisco (R. 09) e o de Maria Joaquina de Aragão (R. 42), ambas senhoras de engenho, as letras dos textos das cartas e as das assinaturas não são coincidentes, sendo, portanto, cartas apógrafas. Nos demais casos – o de Ana Maria das Dores Barata (R. 2), o de Maria da Conceição (R. 41) e o de Leopoldina (R. 34) –, as letras dos textos das cartas e as das assinaturas coincidem, e, portanto, os indícios materiais não

favorecem a interpretação de que sejam apógrafas. Deve-se notar ainda que as cartas de Maria da Conceição (R. 41) e de Leopoldina (R. 34) aparentam ser rascunhos, o que não ocorre com a de Ana Maria das Dores Barata (R. 2), aparentemente uma cópia e, muito provavelmente, uma cópia apógrafa, já que muito distinta das cartas comprovadamente autógrafas de remetentes do sexo feminino. Embora pouco provável, não se pode também descartar a hipótese de que a remetente Ana Maria das Dores Barata (R. 2) possua um grau de literatização bastante maior que o das outras mulheres do seu meio e da sua época.

2 entre as 7 remetentes – Ana Constança do Coração de Maria (R. 01) e Maria Joaquina Epifânia de São José e Aragão (R. 43) – possuem mais de uma carta, havendo cartas autógrafas e apógrafas. No caso de Ana Constança do Coração de Maria, 3 (33%) cartas são apógrafas, mas assinadas pela própria remetente, enquanto 6 (67%) são autógrafas, embora uma delas, a carta V, não seja assinada. As três cartas apógrafas – portadoras do mesmo texto, mas enviadas a remetentes distintos –, foram escritas pela mesma mão. No caso de Maria Joaquina Epifânia de São José e Aragão (R. 43), verifica-se uma situação praticamente inversa à de Ana Constança do Coração de Maria (R. 1): 2 (22%) das suas 9 cartas são autógrafas – as cartas III e IV – e 7 (78%) são apógrafas, porém assinadas pela remetente – cartas I, II, V, VI, VII, VIII e IX.

Situação ainda mais radical é a da remetente Matildes de Araújo e Almeida (R. 44), remetente de nacionalidade não identificada, cujas 4 cartas são apógrafas, sendo a carta I apógrafa, mas assinada pela remetente, e as cartas II, III e IV apógrafas e com o nome da remetente “assinado” pelo próprio escriba. Note-se ainda que o texto da carta I foi escrito por uma mão distinta da que escreveu e assinou as cartas I, II e III.

Considerando-se o conjunto de 24 cartas das 5 remetentes comprovadamente alfabetizadas – as brasileiras Ana Constança do Coração

de Maria (R. 1), Baronesa de São Francisco (R. 9), Maria Joaquina de Aragão (R. 42) e Maria Joaquina Epifânia de São José e Aragão (R. 43) e a remetente de nacionalidade não identificada Matildes de Araújo e Almeida (R. 44) –, 16 são apógrafas (66.6%) e 8 (33.3%) autógrafas. Os números parecem revelar que essas 5 mulheres, embora alfabetizadas, não têm a prática da escrita incorporada aos hábitos da sua vida cotidiana ou, quando escrevem regularmente – como parece ser o caso de Ana Constança do Coração de Maria (R. 1), que mantém, entre 1847 e 1861, uma correspondência regular com João Pinto Leite (R. 25)³⁵ –, talvez o façam apenas em uma esfera mais privada, delegando a outrem a incumbência de escrever em seu nome, em circunstâncias que exijam maior formalidade.

De Matildes de Araújo e Almeida (R. 44), sabe-se apenas o pouco que revela o conteúdo das suas cartas: era viúva de Sílvio de Araújo de Almeida, que devia ao Desterro, na condição fiador de Luísa Maria de Araújo, inquilina de uma das diversas casas que o Convento alugava; era também sogra de Manuel José Lopes de Aguiar (R. 39), empregado em armazém onde o Convento passou a adquirir gêneros alimentícios como forma de pagamento das dívidas da viúva. Seria, ao que tudo indica, uma mulher de meia-idade, integrante das camadas sociais urbanas intermediárias ou infra-médias, que, ao tratar dos negócios da sua família com o Desterro, teve a sua correspondência sempre escrita por mão alheia; na maioria das vezes, inclusive, a remetente chegou a desobrigar-se de assinar as suas cartas. O comportamento de Matildes de Araújo e Almeida (R. 44) contrasta com o do seu genro, remetente de três cartas autógrafas, que serão posteriormente comentadas. Quanto a Matildes de Araújo e Almeida, há, portanto, apenas poucas informações. Todavia, como se verá

³⁵ No Quadro 1, observa-se que Ana Constança do Coração de Maria (R. 1) é a destinatária de praticamente todas as 51 cartas escritas entre 1847 e 1861 por João Pinto Leite (R. 25). A leitura das suas 51 cartas confirma o recebimento das cartas enviadas pela abadessa durante todo o período referido.

a seguir, Ana Constança do Coração de Maria (R. 1), a Baronesa de São Francisco (R. 9), Maria Joaquina Epifânia (R. 42) e Maria Joaquina Epifânia de São José e Aragão (R. 43) têm identidades conhecidas.

No primeiro caso, trata-se de uma religiosa, que, durante 21 anos (sete triênios – 1835/1841; 1847/1869), exerceu a função de abadessa em Santa Clara do Desterro, portanto, como tal, foi detentora, durante um longo período, do maior poder de que se podia gozar dentro da estrutura funcional do Convento. A renovação, por sucessivos triênios da sua função de abadessa, denota, para além do prestígio de que gozavam as abadessas de um modo geral, o seu próprio prestígio individualmente. Nasceu em Santo Amaro – Bahia e, em 1805, entrou no Desterro. Era filha de Antônio de Araújo Gomes – português nascido em Viana, sargento-mor, professo da Ordem de Cristo e Irmão Maior da Santa Casa da Misericórdia e da Venerável Ordem Terceira de São Francisco – e de Ana Joaquina da Ressureição Araújo – também irmã da Venerável Ordem Terceira de São Francisco. A sua irmã Mariana Teresa de Araújo Gomes – mãe do remetente Antônio (Calmon) (R. 3) e avó do remetente Augusto Calmon (R. 6) – foi esposa de Luís Félix Calmon de Siqueira, Vereador da Casa Imperial, capitão do Terço das Ordenanças e senhor de engenhos de açúcar e de grandes áreas de terras. Era, pois, Ana Constança do Coração de Maria (R. 1) uma brasileira bem-nascida³⁶.

O conhecimento da origem social de Ana Constança do Coração de Maria (R. 1), bem como das demais religiosas clarissas, em sua maioria, originárias da elite, é de extrema relevância, quando se têm em conta as observações feitas pelo viajante francês Le Gentil de la Barbinais³⁷ acerca da linguagem das clarissas, no seu relato de uma noite de Natal no

³⁶ Cf. *Árvore Genealógica 2*, em Anexo II ao Volume II.

³⁷ BARBINAIS, L.G. de la. (1729). *Nouveau Voyage au Tour du Monde*. Paris: Chez Briasson, III vol; apud NASCIMENTO, 1994.

Desterro, quando de passagem pela Bahia entre 16 de novembro de 1717 e 18 de fevereiro de 1718. Não se tendo tido acesso ao próprio texto do viajante, transcreve-se o que a este respeito revela Anna Amélia Vieira Nascimento (1994:143):

O momento da verdadeira surpresa ainda estava por vir. À algazarra, seguiu-se o silêncio e, em lugar das lições que deveriam ler, em lugar dos noturnos, das matinas, levantou-se uma religiosa, dirigindo-se a uma cadeira de espaldar alto; iniciou, circunspecta, um longo discurso, em português corrompido, como falavam os escravos³⁸.

As cartas de Ana Constança do Coração de Maria (R. 1), datadas de mais de um século após a passagem de Le Gentil de la Barbinais pela Bahia, ainda revelam, apesar da suposta frequência com que escreve, uma *mão inábil*³⁹ para a escrita, conforme as características a seguir o demonstram: variação na concordância verbal – *ficara saldada as nosas Contas*; ocorrência de *Rodrigue*, por Rodrigues; ocorrência de *Broge* por Borges; ausência de marcação da forma do infinitivo verbal – *ella escreveo ao pai pedindo para mandar Conserta* – e também ocorrência de hipercorreções neste sentido – *para a Cabar anosa Igreja, que amais de 15 annos, que seestar consertando*; verificando-se, neste exemplo, ainda a repetição do relativo *que*, como marca de uma escrita não-padrão, e, finalmente, um certo *ritmo de texto falado* que o uso particular da pontuação faz perceber.

Quanto a Maria Joaquina de Aragão (R. 42), a Maria Joaquina Epifânia de São José e Aragão (R. 43) e à Baronesa de São Francisco (R. 9)

³⁸ O destaque foi acrescentado.

³⁹ Segundo Rita Marquilhas (1997), uma das distinções para as quais o historiador da língua deve atentar é que, enquanto, até os finais da Idade Média, o domínio da escrita se restringia a “um grupo selecto de indivíduos sujeitos a um treino gráfico sistemático, o treino scriptológico”, em períodos pós-medievais, se “tem progressivamente acesso a textos lavrados por mãos pouco especializadas”, as quais denomina *mãos inábeis*.

–, são parentes entre si, pertencentes todas à riquíssima família de proprietários de terras dos Pires de Carvalho⁴⁰. Maria Joaquina de Aragão (R. 42) nasceu em Salvador e era filha de Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque e de Joana Cavalcante e Albuquerque; foi casada com o capitão-mor João Filipe de Sirqueira, de quem herdou o Engenho Moribeca. Maria Joaquina Epifânia de São José e Aragão (R. 43), sobrinha-neta de Maria Joaquina de Aragão (R. 42), também nasceu em Salvador e era filha de José Pires de Carvalho e Albuquerque e de Ana Joaquina de São José e Aragão; foi casada com seu primo Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, de quem herdou, ao ficar viúva, o Engenho Moribeca⁴¹. Finalmente, a (primeira) Baronesa de São Francisco (R. 9) – ou Joaquina Maurícia de São José e Aragão –, sobrinha de Maria Joaquina de Aragão (R. 42) e tia de Maria Joaquina Epifânia de São José e Aragão (R. 43), também nasceu em Salvador e era filha de José Pires de Carvalho e Albuquerque e de Leonor Pereira Marinho de Aragão; foi casada com Joaquim Inácio de Siqueira Bulcão e era proprietária do Engenho Água. Trata-se, pois, como no caso de Ana Constança do Coração de Maria (R. 1), de brasileiras bem-nascidas.

As duas cartas autógrafas de Maria Joaquina Epifânia de São José e Aragão (R. 43) já revelam, comparativamente às de Ana Constança do Coração de Maria (R. 1), um domínio muito maior da escrita. Apesar de a quase ausência de pontuação e de a construção sintática do texto como um todo apresentarem um *ritmo de texto falado*, não se notam marcas de uma linguagem não-padrão como as referidas para as cartas de Ana Constança do Coração de Maria (R. 1), exceto uma única vez em que se verifica ausência de marcação do infinitivo verbal – *Euinda continuo asofre*.

⁴⁰ Cf. Árvore Genealógica 1, em Anexo II ao Volume II.

⁴¹ Nascimento, 1994:348.

Anteriormente, fez-se referência ao depoimento do viajante francês Le Gentil de la Barbinais a respeito da linguagem das clarissas do Desterro, no século XVIII. Depoimento análogo ao do viajante é o do bispo D. Azeredo Coutinho⁴² sobre a linguagem das moças do Recolhimento de Nossa Senhora da Glória, “o primeiro colégio para as meninas das casas grandes e sobrados” do Recife (Araújo, 1993). Em Anna Amélia Vieira Nascimento, lê-se (1994:143):

Ao erro no falar, referiu-se com propriedade o bispo de Pernambuco, D. Azeredo Coutinho, nos estatutos do Recolhimento da Glória (...). Não poderiam permitir que as educandas da Glória falassem mal, devendo purificar a linguagem, corrigir a tendência de pronunciar certas corruptelas como “breço” em lugar de berço, “cravão” em lugar de carvão, “teado” em lugar de telhado, “fio” em lugar de filho, a falta do plural, da última consoante, enfim, esta era a maneira como falavam os escravos. Tais erros eram inconcebíveis se cometidos pelas pessoas de mais elevado segmento social⁴³.

Os depoimentos acima referidos – o do viajante Le Gentil de la Barbinais e o do bispo D. Azeredo Coutinho – são um claro indicador de que, a partir de um certo momento da história lingüística do Brasil – mais especificamente da Bahia e de Pernambuco –, quando já se podia falar de uma variante brasileira do português, as distâncias entre a fala das mulheres analfabetas ou semi-alfabetizadas integrantes da elite e a fala dos que integravam o mais desprestigiado estrato social – os escravos – não deveriam ser grandes.

Ana Constança do Coração de Maria (R. 1), Maria Joaquina de Aragão (R. 42), Maria Joaquina Epifânia de São José e Aragão (R. 43) e a Baronesa de São Francisco (R. 9) são exceções no tempo em que viveram,

⁴² O bispo D. Azeredo Coutinho fundou e dirigiu o Seminário de Olinda, foi governador de Pernambuco, bispo de Olinda e diretor-geral dos Estudos da Capitania.

⁴³ O destaque foi acrescido.

quando apenas cerca de 10% das mulheres sabiam ler e escrever. Representam, pois, o momento a partir do qual as mulheres do seu estrato social, no Brasil, começavam a se iniciar no mundo da cultura escrita, e, portanto, o momento a partir do qual os modelos de uma linguagem padrão vão começar a atuar sobre a sua fala, que, muito provavelmente, apresentava as características do que hoje se chamaria de português rural brasileiro.

Weinberg (1992:48) define o processo de estandarização lingüística como um processo de refluxo de traços característicos de uma linguagem não-padrão e afirma que “a estandarização de uma língua está diretamente relacionada ao processo de urbanização da comunidade na qual é falada”. A compreensão do processo de estandarização lingüística, no Brasil, deverá considerar, distintamente, uma história feminina e uma história masculina, na medida em que a educação escolarizada, o principal agente da estandarização lingüística nas comunidades urbanas, não se caracterizou como um processo único, universal, para homens e mulheres, até fase bastante recente da história brasileira. Até o século XIX, não havia ensino institucionalizado para as mulheres. De acordo com Algranti⁴⁴, “Na falta absoluta de um ensino institucionalizado, [os conventos foram], além da instrução doméstica, a única opção educacional para as mulheres da Colônia até o século XIX.” Quando, no ano de 1827, a partir da primeira lei de instrução pública, se determinou a criação das escolas de primeiras letras ou pedagogias, as quais deveriam, basicamente, ensinar a ler, escrever, contar, ensinar as quatro operações e ainda a doutrina cristã, determinou-se que este seria o único nível do ensino escolarizado a que as meninas – obviamente as não descendentes de negros, índios ou as não

⁴⁴ ALGRANTI, Leila Mezan. (1993). *Honradas e devotas: mulheres da Colônia*. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: EDUNB; *apud* Nunes, 1997:488

oriundas das camadas populares – teriam acesso, mesmo assim, observando-se certas distinções, em termos curriculares, para os dois sexos: aos meninos seriam dadas noções suplementares de geometria; às meninas, se ensinaria bordado e costura (Cf. Louro, 1997:444). Assim, o avanço no processo de letramento, para as mulheres brasileiras, até meados do século XIX, esteve, institucionalmente, limitado ao nível a que, mais recentemente, se designaria como, *mutatis mutandis*, “ensino fundamental”; as exceções podem-se atribuir apenas aos casos ultra-excepcionais de autodidatismo⁴⁵.

As discussões sobre a educação escolarizada feminina (ou sobre a necessidade de se promover a educação escolarizada feminina) surgem no Brasil no decorrer do século passado, acirrando-se, sobretudo, a partir da década de 50, momento histórico de predomínio dos discursos defensores de modernização e civilização da sociedade brasileira. Segundo Adriana Dantas Reis (1998), enquanto, na Europa, tais discussões já avançavam para uma visão partidária da universalidade, no Brasil, os projetos para a educação feminina tinham como alvo, exclusivamente, as mulheres da elite. Tais projetos foram veiculados em teses médicas (sobretudo a partir de argumentos “higienistas” que atribuíam à mulher a responsabilidade pela “higienização” da família, pela manutenção de uma família saudável, mas também pela idéia de que à mulher caberia a primeira instrução dos filhos), em periódicos, em discussões de políticos na Assembléia e finalmente em publicações de cunho pragmático, tais como guias, manuais ou tratados de educação, dentre os quais as *Cartas sobre a educação de Cora, seguidas de um catecismo moral, político e religioso*, publicadas na Bahia, em 1849, são um exemplo notável. Tal obra, em sua parte

⁴⁵ Cf. ainda Louro (1997:449), para as mudanças que vão ocorrer a partir de meados do século XIX, com a criação das Escolas Normais para a formação de docentes, as quais vão, progressivamente, até o final do século XIX, tendo mais alunas que alunos, desencadeando o que a autora chama de “feminização do magistério” e, conseqüentemente, ampliando os espaços institucionais de letramento feminino.

fundamental, em forma de 41 cartas da autoria de José Lino Coutinho e destinadas à preceptora da sua filha ou a sua própria filha, Cora, apresenta a seguinte estrutura:

- a) Primeira parte – da infância à juventude, dividida em duas épocas: Até os 7 anos e dos 7 aos 14 anos;
- b) Segunda parte – do matrimônio à maternidade.

O tema instrução é abordado na primeira parte, até os 14 anos, a partir de quando deveria cessar a educação escolarizada feminina. A distinção entre a primeira instrução (até os 7 anos) e a segunda instrução (dos 7 aos 14 anos) é estabelecida pelo autor, conforme destaca Reis (1998: 115 e 117-118):

Para a primeira instrução, [José Lino Coutinho] condenava o ensino da ortografia e dos preceitos de gramática e recomendava: “ (...) não ensineis a Cora palavras esquisitas, em termos e maneiras afetadas de política, como fazem muitas mães especiosas, pois isso provocaria em uma criança riso e mofo”. Cora nunca deveria ser repreendida em sua linguagem, que ela aprenderia com o hábito da conversação com pessoas instruídas e com as leituras futuras.

A instrução de Cora [dos 7 aos 14 anos] compunha-se de ortografia, leitura, escrita, desenho e gramática da língua portuguesa. (...) Após aperfeiçoar a ortografia e a gramática, Cora, então, iniciaria, o estudo da língua francesa, que, por ser universal, proporcionaria ler tudo de melhor nas artes e ciências. A língua inglesa era uma outra possibilidade, que ela aprenderia depois, se houvesse tempo e mostrasse “desejos de saber”. (...) Incluía também, na sua formação, a música teórica, o canto e o piano, além dos princípios práticos de aritmética, astronomia física, geografia universal e história de Portugal e do Brasil.

Ainda segundo Reis (1998: 115 e 120), um dos aspectos relevantes da instrução da sua filha e do qual José Lino Coutinho jamais se descuidara

é o que diz respeito às relações mantidas com os escravos, principalmente considerando a “má influência” que poderiam exercer na educação da linguagem:

Era importante que [Cora] desconhecesse a “(...) linguagem estropiada dos escravos e da gente mais baixa, que fala mal e viciosamente”.

“Evitareis [dirigindo-se à pereceptora da filha], quanto puderdes, a comunicação de Cora com as escravas, ordinariamente imorais, falam e obram sem pudor; quando, pelo contrário, muito ganhará ela nas sociedades escolhidas, verdadeira escola da boa conversação e maneiras.”

Cólhe-se, assim, no médico José Lino Coutinho a mesma informação já colhida no viajante Le Gentil de la Barbinais e no bispo D. Azeredo Coutinho da proximidade, indesejada, entre a fala das mulheres da elite e a fala dos escravos.

1.2.1.5.3.2.2 **HOMENS**

Os 31 homens que estão entre os remetentes brasileiros são, com as suas respectivas profissões, os seguintes:

SENHORES DE ENGENHO

- Antônio (R. 3), 02 cartas
- Antônio Onofre de Pinho (R. 5), 01 carta
- Augusto Calmon (R. 6), 01 carta
- Barão da Cajaíba (R. 7), 03 cartas
- Barão de Passé (R. 8), 01 carta
- Emídio Cavalcante de Melo (R. 11), 07 cartas
- Francisco da Silva Melo (R. 13), 01 carta
- Frutuoso de Azevedo Pereira (R. 16), 07 cartas

- Inácio Pires de Carvalho e Albuquerque (R. 17), 02 cartas
- João Lopes Fiúza Barreto Meneses Barbalho (R. 24), 02 cartas
- José Teodoro Sá Barreto (R. 31), 01 carta
- Visconde da Pedra Branca (R. 51), 02 cartas
- Visconde da Torre de Garcia d'Ávila (R. 52), 01 carta
- João Batista Pinto Sanches (R. 18), 01 carta
- João José de Azevedo Lima (R. 23), 04 cartas
- José Gomes da Silva (R. 29), 02 cartas

NEGOCIANTES

- Visconde do Rio Vermelho (R. 53), 04 cartas

PROFISSIONAIS LIBERAIS:

- Prudêncio José de Sousa Brito Cotegipe (R. 46), 01 carta
- Zacarias de Góis e Vasconcelos (R. 54), 04 cartas
- Joaquim Rodrigues Nóbrega (R. 27), 02 cartas

RELIGIOSOS

- João Calisto Gomes da Silva (R. 19), 01 carta
- José Cardoso Pereira de Melo (R. 28), 01 carta

MILITARES

- Pedro Antônio Veloso da Silveira (R. 45), 01 carta

EMPREGADOS DO COMÉRCIO

- Manuel José Lopes de Aguiar (R. 39), 03 cartas

PROFISSÕES NÃO IDENTIFICADAS

- Bernardino Barbosa Lisboa (R. 10), 01 carta
- Francisco Pires de Carvalho Aragão (R. 15), 02 cartas
- João Gonçalves Ferreira (R. 21), 02 cartas
- Luís Gonzaga dos Santos Lima (R. 35), 01 carta
- Raimundo Alves de Sousa (R. 47), 01 carta
- Raimundo Barroso de Sousa (R. 48), 01 carta
- Salvador Estêvão Barbosa (R. 49), 01 carta

Predominam, entre os remetentes brasileiros do sexo masculino, senhores de engenho – ao todo, dezesseis. Ainda que não constituam um grupo homogêneo e mesmo considerando a crise que afetou a indústria açucareira, abalada pela crise do sistema escravista e pela pouca aceitação do açúcar no mercado internacional, os senhores de engenho são ainda, em meados do século XIX, integrantes tanto da elite rural, quanto da elite urbana, caracterizando-se como um grupo que sempre transitou entre os dois domínios, o do campo e o da cidade. Dentre os remetentes acima referidos, alguns, mais que outros, se destacam como membros integrantes da elite baiana: Antônio (R. 3) e Augusto Calmon (R. 6) – pai e filho –, João Lopes Fiúza Barreto de Meneses Barbalho (R. 24) – pai de Antônia Bezerra de Negreiros Barbalho Muniz Fiúza, a segunda esposa de Antônio (R. 3) e madrasta de Augusto Calmon (R. 6)⁴⁶ –, o Barão da Cajaíba (R. 7), o Barão de Passé (R. 8), o Visconde da Pedra Branca (R. 51) e os primos Inácio Pires de Carvalho e Albuquerque (R. 17) e Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque ou Visconde da Torre de Garcia d'Ávila (R. 52)⁴⁷.

⁴⁶ Cf. *Árvore Genealógica 2*, em Anexo II ao Volume II. Essa *Árvore Genealógica* e também a *Árvore Genealógica 1* revelam um alto grau de endogamia entre os membros da elite rural.

⁴⁷ Cf. *Árvore Genealógica 1*, em Anexo II ao Volume II.

Os negociantes têm um ilustre representante, o Visconde do Rio Vermelho (R. 54), que fez fortuna graças ao monopólio do óleo de baleia. Nos Registros de Matrículas de Comerciantes do Tribunal de Comércio (1854-1896), os senhores de engenho João Batista Pinto Sanches (R. 18), João José de Azevedo Lima (R. 23) e José Gomes da Silva (R. 29) são apresentados, respectivamente, como “administrador do Trapiche Restinga”, como possuindo “escritório de comissões e descontos [e sendo] comerciante matriculado de grosso trato” e como “comerciante matriculado de grosso trato nos ramos de comissões, conta própria e descontos”. Trata-se, portanto, de senhores de engenho que também se dedicavam a atividades comerciais.

Há três profissionais liberais: um médico – Prudêncio José de Sousa Brito Cotegipe (R. 46) –, um advogado – Zacarias de Góis e Vasconcelos (R. 54) – e um requerente de causas – Joaquim Rodrigues Nóbrega (R. 27). Embora apresentados em um mesmo grupo de profissionais liberais, haverá, certamente, marcantes diferenças sócio-econômicas e socioculturais, que distinguem, por um lado, médicos e advogados e, por outro, requerentes de causas, dentre estas, destaca-se, aqui, o grau de escolaridade, tendo os primeiros instrução superior e o último, provavelmente, não. De Zacarias de Góis e Vasconcelos (R. 54), sabe-se, inclusive, que foi professor jubilado da Faculdade de Direito de Olinda.

Dois religiosos, o padre João Calisto Gomes da Silva (R. 19) e o cônego José Cardoso Pereira de Melo (R. 28), também estão entre os remetentes brasileiros de sexo masculino. O padre João Calisto Gomes da Silva (R. 19), de uma família de vários religiosos – era irmão do padre José Gomes da Silva e das religiosas clarissas Maria Feliciano do Espírito Santo, Antônia Isabel da Purificação e Teresa Joaquina de Jesus –, era tio de José Gomes da Silva (R. 29), senhor de engenho e comerciante, já referido anteriormente. O cônego José Cardoso Pereira de Melo (R. 28), destacou-

se, dentre outros aspectos, por uma vida ativa como professor: foi professor por concurso da cadeira de filosofia racional, foi também professor de geometria e trigonometria, foi o primeiro diretor do Liceu e teve, inclusive, carta régia de D. João VI para reger todas as cadeiras vagas.

Ao que parece, apenas um remetente, Pedro Antônio Veloso da Silveira (R. 45), natural de Pernambuco, terá tido uma vida profissional exclusivamente dedicada à carreira militar, tendo-se reformado com a patente de coronel. Porém, outros remetentes foram também militares: o Barão da Cajaíba (R. 7) – que chegou a marechal⁴⁸; o Visconde da Torre de Garcia d'Ávila (R. 52) – coronel; Emídio Cavalcante de Melo (R. 11) – ora referido como major, ora como capitão – e João Batista Pinto Sanches (R. 18) – tenente-coronel. Acerca do Barão da Cajaíba (R. 7), Mattoso (1992:625) faz a seguinte observação: “o Barão da Cajaíba foi o único senhor de engenho que continuou na carreira militar após a Independência e fez de seu filho também um militar. De fato, o pouco prestígio de que gozava a corporação militar entre a década de 1830 e a Guerra do Paraguai fazia com que as elites da Bahia preferissem orientar seus filhos para o estudo de direito ou de medicina”.

A última, e a mais desprestigiada, das profissões identificadas foi a de empregado do comércio, que aqui é representada por um único remetente, Manuel José Lopes de Aguiar (R. 39), genro de Matildes de Araújo e Almeida (R. 44).

Para 7 dos remetentes brasileiros do sexo masculino, não se obtiveram informações sobre a atividade profissional. Porém, outras informações colhidas acerca de alguns desses remetentes devem ser mencionadas, na medida em que permitem melhor situá-los do ponto de vista social. Em primeiro lugar, deve-se referir que Francisco Pires de Carvalho Aragão (R.

⁴⁸ “Tenente em 1820, foi promovido a major em 1824 e a tenente-coronel em 1826. Em 1852, reformou-se com a patente de marechal.” (Mattoso, 1992:625).

15) era sobrinho de Inácio Pires de Carvalho e Albuquerque (R. 17) e, portanto, membro da tradicional família de proprietários de terra dos Pires de Carvalho. Já se mencionou anteriormente que, na sociedade baiana dos séculos XVII, XVIII e XIX, foi comum a prática de leigos se associarem em ordens terceiras e/ou irmandades, confrarias, misericórdias, dentre as quais a Venerável Ordem Terceira Secular de São Francisco da Bahia e a Santa Casa de Misericórdia da Bahia se destacavam como irmandades da elite. 4 dos 7 remetentes cuja profissão não foi identificada pertenceram a uma dessas associações: o já referido Francisco Pires de Carvalho Aragão (R. 15), João Gonçalves Ferreira (R. 21) e Raimundo Alves de Sousa (R. 47) eram irmãos da Venerável Ordem Terceira Secular de São Francisco da Bahia e Salvador Estêvão Barbosa (R. 49) era irmão da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Do remetente Raimundo Barroso de Sousa (R. 48), sabe-se que era pai do religioso Romualdo de Seixas Barroso, que estudou Filosofia em Paris, e cunhado de D. Romualdo Antônio de Seixas, o Marquês de Santa Cruz, figura de grande destaque no clero baiano do século XIX⁴⁹.

Por fim, embora não sendo aqui indicado como um estrato “profissional”, merece destaque um seleto grupo de remetentes com importantes atividades na esfera política: o cônego José Cardoso Pereira de Melo (R. 28), eleito deputado geral em 1826; o Visconde da Pedra Branca (R. 51), eleito e reeleito vereador de 1815 a 1821, enviado às Cortes de Lisboa, entre os representantes da Capitania da Bahia em 1821, eleito para a Constituinte de 1823, enviado extraordinário como ministro plenipotenciário na França de 1823 a 1828 e, finalmente, senador em 1829; o Visconde da Torre de Garcia d’Ávila (R. 52), que foi Secretário do Estado e Guerra do Brasil, por herança do pai em 1808, e membro do

⁴⁹ Cf. Árvore Genealógica 4, em Anexo II ao Volume II.

Conselho Geral da Província da Bahia de 1828 a 1830; o Visconde do Rio Vermelho (R. 53), vereador em 1812, 1813 e 1823, membro da Junta do Governo Provisório em 1823, negociador dos conflitos entre Portugal e D. Pedro, membro do Conselho da Província e senador e, ainda, Zacarias de Góis e Vasconcelos (R. 54), conhecido como Conselheiro Zacarias, deputado provincial da Bahia em 1844-1845, 1846-1847 e 1852-1853, deputado geral da Bahia em 1850-1852 e 1853-1856, presidente das Províncias do Piauí, de Sergipe e do Paraná⁵⁰, ministro da Marinha em 1852, presidente do Conselho dos Ministros em 1862, 1864, 1866 e nomeado senador em 1864.

Feita a apresentação dos remetentes brasileiros do sexo masculino, sob o ponto de vista profissional, é possível afirmar que, excetuando o requerente de causas (R. 27) Joaquim Rodrigues Nóbrega e o empregado de comércio Manuel José Lopes de Aguiar (R. 39), os demais, em sua maioria, são ou integrantes da elite ou integrantes do grupo social que lhe é imediatamente próximo na hierarquia social⁵¹.

Diferentemente dos remetentes do sexo feminino, que se igualavam por baixo grau de escolarização, ou, melhor dizendo, para o período em questão, por um baixo nível de letramento, que, na maioria das vezes, não terá passado sequer por espaços institucionais de educação escolarizada, entre os remetentes do sexo masculino, há distintos graus de escolarização/letramento. Sabidamente, tinham instrução superior os seguintes remetentes: José Cardoso Pereira de Melo (R. 28) – Bacharel em Filosofia (Coimbra) –; Prudêncio José de Sousa Brito Cotegipe (R. 46) – Medicina (Coimbra); o Visconde da Pedra Branca (R. 51) – também Bacharel em

⁵⁰ Mattoso (1992:682; nota 12) menciona apenas as províncias de Sergipe e Piauí; Blake (1902) também menciona a Província do Paraná.

⁵¹ No Capítulo 3 do Volume IV, antes da análise lingüística, faz-se uma breve caracterização da estratificação social de Salvador e do Recôncavo da Bahia no século XIX, a partir de Mattoso (1992). Tal caracterização permitirá, pois, uma melhor visualização do enquadramento social dos remetentes brasileiros e portugueses na estrutura da comunidade.

Filosofia (Coimbra) – e Zacarias de Góis e Vasconcelos (R. 54) – Direito (Olinda). Sobre um dos remetentes – o Visconde do Rio Vermelho (R. 53) – as informações, colhidas em Mattoso (1992: 256-257; 281; 682 (nota 11)), são contraditórias: na casta dos senadores baianos nomeados entre 1826 e 1889, ora o Visconde do Rio Vermelho (R. 53) é apresentado como o único que não tinha instrução superior, ora é apresentado no conjunto dos 15 que se formaram em Coimbra. A esse respeito, deve-se notar que, nos Livros de Matrícula da Universidade de Coimbra, não há registro de matrícula de Manuel Inácio da Cunha Meneses, o Visconde do Rio Vermelho (R. 53).

Nas fontes consultadas, só houve menção à escolaridade quando se tratou de remetentes com instrução superior, exceto apenas para o caso acima referido do Visconde do Rio Vermelho (R. 53). Contudo, dentre os remetentes masculinos, em flagrante contraste com o que se observou para as mulheres, apenas dois apresentaram cartas apógrafas: Frutuoso de Azevedo Pereira (R. 16) e Zacarias de Góis e Vasconcelos (R. 54). Conforme já se referiu anteriormente, considera-se, pelo fato de haver grande disparidade, em termos lingüísticos, entre autógrafas e apógrafas, que as cartas apógrafas de Frutuoso de Azevedo Pereira (R. 16) sejam feitas a partir de ditado ou, no máximo, a partir de rascunho, tendo havido, em qualquer caso, uma completa intervenção do escriba no “texto” do remetente. Já as cartas do remetente Zacarias de Góis e Vasconcelos (R. 54), embora não se tenha chegado a uma conclusão definitiva a respeito de qual ou de quais carta(s) seria(m) autógrafa(s), não há disparidade em termos lingüísticos entre elas, o que faz supor é que a(s) apógrafa(s) seja(m) feita(s) a partir de original autógrafo ou de cópia autógrafa e que não tenha havido ou tenha havido leve intervenção do escriba no texto do remetente.

Quanto aos limites da familiaridade dos remetentes masculinos com a escrita, pode-se estabelecer no *corpus* um contínuo, não identificado entre as remetentes femininas, cujos pólos opostos seriam, por um lado, Frutuoso de Azevedo Pereira (R. 16) e Manuel José Lopes de Aguiar (R. 39) e, por outro, Domingos Borges de Barros – o Visconde da Pedra Branca (R. 51), de quem Stegagno-Picchio (1997:163-164) diz o seguinte:

[é] considerado em política, juntamente com José Bonifácio, um dos co-autores da Independência brasileira e, em literatura, um dos precursores do Romantismo, se não o primeiro autêntico romântico brasileiro. De ilustre família da Bahia, ele segue na mocidade o iter cultural de todo colonial bem-nascido. Licencia-se em Coimbra, viaja pela Europa e, de volta ao Brasil, colabora no Patriota: antecâmara revolucionária de uma carreira política que, através da diplomacia (a ele se deve o reconhecimento francês da Independência brasileira) e da prática parlamentar, será coroada em 1825 com o título de barão; em 1826, com o de visconde da Pedra Branca; e em 1833 com a cadeira de senador. Passa os últimos anos retirado no seu latifúndio baiano, entregue a atividades filantrópicas.

O Visconde da Pedra Branca nasceu em Santo Amaro – Bahia, no ano de 1779, e morreu no Rio de Janeiro, no ano de 1855. Segundo Castilho (1992):

ao fazer algumas comparações entre o Português do Brasil e o Português de Portugal num texto escrito para o Atlas Etnográfico do Globo, de Adrien Balbi (1824-1825), Domingos Borges de Barros, Visconde da Pedra Branca, deu início à “questão da língua brasileira”, ecoando, de certa forma, alguns argumentos de João de Barros, quando este gramático comparou o português ao castelhano, em seu Diálogo em louvor da linguagem, de 1540.

Assim, entre Frutuoso de Azevedo Pereira (R. 16) e o Visconde da Pedra Branca (R. 51) há, portanto, um abismo, não em termos sócio-econômicos – ambos são parte da elite econômica do Brasil recém-independente –, mas, sobretudo, em termos socioculturais, o que

claramente se reflete não apenas nos distintos níveis de intimidade com a escrita, mas também nas formas diferenciadas da sua linguagem. Porém, considera-se que Frutuoso de Azevedo Pereira (R. 16) seja o reflexo mais próximo dos padrões de linguagem que dominavam o Brasil de então.

As 4 cartas autógrafas de Frutuoso de Azevedo Pereira são de fundamental importância para a compreensão de aspectos da história lingüística brasileira, pois é raro – conforme já se demonstrou quando da apresentação dos remetentes do sexo feminino, que um indivíduo semi-alfabetizado escrevesse (e escreva) com frequência. Portanto, muitas vezes, recuperar as características da sua linguagem é possível apenas indiretamente. No caso de Frutuoso de Azevedo Pereira (R. 16), trata-se de um senhor de engenho, semi-alfabetizado, escrevendo em meados do século XIX. A compreensão do que as características da sua linguagem revelam sobre o momento em que escreve só é possível em termos de uma análise qualitativa, na medida em que textos da natureza dos seus são pouco produzidos e, além disso, pouco preservados.

Em torno do ano de 1872, no Brasil, o índice de analfabetismo entre os escravos era de 99.9%; entre a população livre, de aproximadamente 80% e ultrapassava 86%, quando se consideravam as mulheres. Por outro lado, considerando a população ativa, 80% dedicavam-se à agricultura⁵². Assim, sendo o Brasil um país rural e com baixos índices de alfabetização, as características apontadas na linguagem de Frutuoso de Azevedo Pereira (R. 16) terão sido muito mais frequentes entre a população, mesmo entre a população que integrava a elite econômica, que as características de uma linguagem culta. Todavia, se se considerar apenas a frequência dos aspectos lingüísticos referidos da linguagem de Frutuoso de Azevedo Pereira (R. 16) no *corpus* organizado, esses aspectos serão, em termos

⁵² Cf. Boris Fausto, 1995:237.

meramente quantitativos, menos representativos que as características de uma linguagem culta.

Tratar da escrita no Brasil Colonial e Imperial é tratar, necessariamente, de um dos aspectos da história das elites, tanto no sentido previsível de que os que escreviam, em sua esmagadora maioria, integravam estratos sócio-economicamente privilegiados, quanto no sentido de que o próprio domínio da escrita inseria o indivíduo no diminuto grupo dos que sabiam escrever, distinguindo-o, assim, dos demais. O indivíduo que escrevia, necessariamente, fazia parte de uma elite, a elite dos que escreviam, e moldava-se aos modos de escrever da elite.

1.2.1.5.3.2.3 REMETENTES DE NACIONALIDADE NÃO IDENTIFICADA

Dos dez seguintes remetentes não se identificou a nacionalidade, razão pela qual as suas respectivas cartas, apesar de editadas no Vol. III, não fornecerão dados para a análise lingüística desenvolvida no Vol. IV, cujo objetivo central é confrontar os padrões que definem a sintaxe dos clíticos em documentação escrita por portugueses e brasileiros na Bahia do século XIX:

- Antônio José de Sousa Gouveia (R. 4), Negociante, 01 carta
- Francisco Maria de Castro (R. 14), Advogado, 01 carta
- Joaquim Carvalho da Fonseca (R. 26), Fazendeiro, 01 carta
- Manuel de Vargas Leal (R. 36), Caldeireiro, 01 carta

- João da Costa Carneiro de Meireles (R. 20), 01 carta
- João Gualberto Mascarenhas (R. 22), 01 carta
- José Joaquim de Melo (R. 30), 01 carta

- Justina Florinda do Amor Divino (R. 32), 01 carta
- Justino Gustavo Dourado (R. 33), 01 carta
- Tomás Gomes de Azevedo (R. 50), 01 carta

1.2.1.6 PARA QUEM FORAM ESCRITOS OS DOCUMENTOS

As 158 cartas distribuem-se entre 27 destinatários. 115 são remetidas a 7 religiosas do Convento do Desterro, e 43, a 20 outros destinatários.

Todas as religiosas às quais as cartas foram enviadas foram abadessas, havendo, inclusive, correspondência entre o período do mandato de cada uma delas e a datação das cartas que lhes foram remetidas. Naturalmente, as abadessas deveriam ser os destinatários privilegiados da documentação preservada no Arquivo, na medida em que lhes competia zelar por todos os assuntos do Convento. Conforme já se observou, as cartas têm quase sempre como temática a vida financeira do Convento.

As 115 cartas destinadas às 7 abadessas assim se distribuem:

- A Ana Constança do Coração de Maria, abadessa em sete triênios – 1835/1841; 1847/1869 –, destinaram-se 85 cartas;
- A Ana Francisca de São José, abadessa no triênio de 1841/1844, destinaram-se 22 cartas;
- A Francisca Maria da Trindade, abadessa em dois triênios – 1817/1823 –, destinou-se 01 carta;
- A Inês Perpétua da Encarnação, abadessa em três triênios – 1811/1814; 1826/1829; 1832/1835 –, destinou-se 01 carta;
- A Leonor Querubina de Santa Efigênia, abadessa no triênio de 1844/1847, destinaram-se 03 cartas;
- A Maria Cecília Paraíso, abadessa em oito triênios – 1878/1904 –, destinou-se 01 carta;

- Finalmente, a Maria Feliciana do Espírito Santo, abadessa no triênio de 1829/1832, destinaram-se 02 cartas.

Das 7 abadessas referidas, Ana Constança do Coração de Maria (R. 1), conforme já se viu anteriormente, é a única que também figura na lista dos remetentes.

Quanto às 43 cartas enviadas a 20 outros destinatários que não as religiosas clarissas, o fato de estarem preservadas no Arquivo do Convento de Santa Clara se explica por serem todas elas referentes a negócios do Desterro. Assim, embora não tenham sido destinadas diretamente às religiosas, foram posteriormente enviadas a elas, a fim de que ficassem a par de assuntos do seu interesse. Desses 20 destinatários, 9 figuram na lista dos remetentes: Emídio Cavalcante de Melo (R. 11), Francisco Maria de Castro (R. 14), Frutuoso de Azevedo Pereira (R. 16), João Calisto Gomes da Silva (R. 19), João Pinto Leite (R. 25), José Joaquim de Melo (R. 30), Manuel José Dias (R. 38), Maria Joaquina Epifânia de São José e Aragão (R. 43) e Zacarias de Góis e Vasconcelos (R. 54).

ANEXOS AO VOLUME II

I. FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DOS REMETENTES

II. ÁRVORES GENEALÓGICAS

Remetente 01: ANA CONSTANÇA DO CORAÇÃO DE MARIA

Acervo:

Fonte: NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Patriarcado e religião: as enclausuradas clarissas do Convento do Desterro da Bahia 1677-1890*. Bahia: Conselho Estadual de Cultura, 1994.

Nome: Ana Rita Constança de Araújo

Filiação: Antônio de Araújo Gomes e Ana Joaquina da Ressurreição

Nacionalidade: BRASILEIRA

Natural de: Santo Amaro - Bahia

Profissão: Religiosa

Escolaridade:

Observações:

- Ano de entrada no Convento do Desterro: 1805
- Abadessa: 1835 - 1838; 1838 - 1941; 1947 - 1869.

Acervo:

Fonte: NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Patriarcado e religião: as enclausuradas clarissas do Convento do Desterro da Bahia 1677-1890*. Bahia: Conselho Estadual de Cultura, 1994. p. 485.

- Antônio de Araújo Gomes, pai de Ana Constança do Coração de Maria, era natural de Viana - Portugal, Irmão Maior da Santa Casa de Misericórdia, sargento-mor e membro da Ordem de Cristo.

Acervo:

Fonte: NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Patriarcado e religião: as enclausuradas clarissas do Convento do Desterro da Bahia 1677-1890*. Bahia: Conselho Estadual de Cultura, 1994. p. 409.

- No APEB, encontra-se o inventário (1873 - 3/1246/1715/07 - 152 folhas) do pai de Ana Constança do Coração de Maria, Antônio de Araújo Gomes.

Acervo: APEB

- Antônio de Araújo Gomes e Ana Joaquina da Ressurreição, pais de Ana Constança do Coração de Maria, eram Irmãos da Ordem Terceira de São Francisco.

“Aos 4 dias do mês de julho de 1797, nesta nossa Igreja da Venerável Ordem Terceira da Penitência de Nosso Seráfico Padre São Francisco desta Congregação da Bahia, depois de precederem as diligências necessárias e sua aprovação por votos secretos, recebeu o santo hábito Dona Ana Joaquina da Ressurreição de Araújo das mãos do M R P (?) ex Definidor, Frei Antonino de Santa Quitéria, nosso Comissário Visitador, sendo presentes os senhores Irmãos de Mesa em ato de Congregação, e, para todo tempo constar, se mandou fazer este termo, em que assinou o MRP (?) Comissário Visitador e o Senhor Irmão Ministro atual, o tenente Francisco Dias de Coelho comigo [...] que José Lopes. Secretário atual da Ordem o subscrevi e o assinei.”

À margem: “A Irmã Dona Ana Joaquina da Ressurreição e Araújo, mulher do Irmão Ministro Antônio de Araújo Gomes.”

Acervo: AVOTSSFB

Fonte: Livro de Termo dos Irmãos Professos da Venerável Ordem Terceira do São Francisco, p. 5

Remetente 02: ANA MARIA DAS DORES BARATA

Acervo: -

Fonte: NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Patriarcado e religião: as enclausuradas clarissas do Convento do Desterro da Bahia 1677-1890*. Bahia: Conselho Estadual de Cultura, 1994.

Nome: Ana Barata Góis

Filiação: João Barata de Góis e Maria Catarina de Nazaré

Nacionalidade: BRASILEIRA

Natural de: Salvador - Bahia

Profissão: Religiosa

Escolaridade:

Observações:

- Nome civil: Ana Barata Góis
- Nome religioso: Ana Maria das Dores
- Batismo: Santa Sé
- Ano de entrada no Convento do Desterro: 1826
- Sua irmã, Jacinta Barata Góis, cujo nome religioso era Jacinta Maria do Amor Divino, ingressou no Convento de Santa Clara do Desterro também no ano de 1826.

Acervo:

Fonte: NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Patriarcado e religião: as enclausuradas clarissas do Convento do Desterro da Bahia 1677-1890*. Bahia: Conselho Estadual de Cultura, 1994. p. 490.

Remetente 03: ANTÔNIO

Acervo: - IGHB
Fonte: MENEZES, Jayme de Sá. Família Calmon, *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*, Salvador, ano 16, n.16, p.125-167, 1968.
Acervo: ACSCD
Fonte: Pasta 25, documentos 54 e 55
Nome: Antônio Calmon
Filiação: Luís Félix Calmon de Siqueira e Mariana Teresa de Jesus de Araújo Gomes
Nacionalidade: BRASILEIRA
Natural de:
Profissão: Senhor de engenho
Escolaridade:

Observações:

“Luís Félix Calmon de Siqueira, vereador da Casa Imperial, capitão do Terço das Ordenanças, nascido em Santo Amaro, em 1777, onde era proprietário de engenhos de açúcar e de grandes áreas de terras, casou com D. Mariana Teresa de Jesus de Araújo Gomes, filha do capitão-mor Antônio de Araújo Gomes e de D. Ana Joaquina de Araújo, e teve Antônio Calmon, que casou a primeira vez com D. Francisca Maria dos Prazeres de Sousa Alvim e teve um só filho: Augusto Calmon; a segunda vez casou Antônio Calmon com D. Antônia Bezerra de Negreiros Barbalho Muniz Fiúza, filha de João Lopes Muniz Fiúza Barreto de Meneses e de D. Eugênia Teresa de Meneses, não deixou filhos.”

Acervo: - IGHB

Fonte: MENEZES, Jayme de Sá. Família Calmon, *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*, Salvador, ano 16, n.16, p.125-167, 1968.

- Antônio [Calmon] era sobrinho de Ana Constança do Coração de Maria e senhor do engenho Itapemirim.

Acervo: - ACSCD

Fonte: Pasta 25, documentos 54 e 55

Remetente 04: ANTÔNIO JOSÉ DE SOUSA GOUVEIA

Acervo: - APEB; Seção Colonial e Provincial
Fonte: Registro de Matrícula de Comerciantes (1854 -1896), Livro 06 - Tribunal de Comércio, p. 1 - 17 /02 /1851 - n. 07

Nome: Antônio José de Sousa Gouveia
Filiação:
Nacionalidade:
Natural de:
Profissão: Negociante
Escolaridade:

Observações:

"Antônio José de Sousa Gouveia apresentou para registro a sua Patente de Negociante matriculado pela extinta Junta do Comércio, na data à margem. "

Acervo: - APEB; Seção Colonial e Provincial

Fonte: Registro de Matrícula de Comerciantes (1854 -1896), Livro 06 - Tribunal de Comércio, p. 1 - 17/02 /1851 - n. 07

Remetente 05: ANTÔNIO ONOFRE DE PINHO

Acervo: ACSCD
Fonte: Pasta 26, documento não numerado
Nome: Antônio Onofre de Pinho
Filiação:
Nacionalidade:
Natural de:
Profissão: Senhor de engenho
Escolaridade:

Observações:

- Na fonte abaixo, encontra-se um abaixo-assinado de proprietários de engenhos e de lavradores, queixando-se do abuso praticado pelos administradores das Casas de Arrecadação do Recôncavo, por terem elevado exorbitantemente o preço das caixas de açúcar. Dentre as assinaturas, encontra-se a de Antônio Onofre de Pinho, proprietário do Engenho do Brejo.

Acervo: - APEB; Seção Colonial e Provincial

Fonte: Indústria Açucareira 1839- 1888, Maço 4595, Caderno 1º - 1839, f. 7 v

Remetente 06: AUGUSTO CALMON

Acervo: - IGHB
Fonte: MENEZES, Jayme de Sá. Família Calmon, *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*, Salvador, ano 16, n.16, p.125-167, 1968.

Nome: Augusto Calmon
Filiação: Antônio Calmon e Francisca Maria dos Prazeres de Sousa Alvim
Nacionalidade: BRASILEIRA
Natural de:
Profissão: Senhor de engenho
Escolaridade:

Observações:

"Luís Félix Calmon de Siqueira, vereador da Casa Imperial, capitão do Terço das Ordenanças, nascido em Santo Amaro, em 1777, onde era proprietário de engenhos de açúcar e de grandes áreas de terras, casou com D. Mariana Teresa de Jesus de Araújo Gomes, filha do capitão-mor Antônio de Araújo Gomes e de D. Ana Joaquina de Araújo, e teve Antônio Calmon, que casou a primeira vez com D. Francisca Maria dos Prazeres de Sousa Alvim e teve um só filho: Augusto Calmon; a segunda vez casou Antônio Calmon com D. Antônia Bezerra de Negreiros Barbalho Muniz Fiúza, filha de João Lopes Muniz Fiúza Barreto de Meneses e de D. Eugênia Teresa de Meneses, não deixou filhos."

Acervo: IGHB

Fonte: MENEZES, Jayme de Sá. Família Calmon, *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*, Salvador, ano 16, n.16, p.125-167, 1968.

- Augusto Calmon era sobrinho-neto de Ana Constança do Coração de Maria.

Acervo: ACSCD

Fonte: Pasta 25, documento 56

Remetente 07: BARÃO DA CAJAÍBA

Acervo: -

Fonte: MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992 . p 625

Nome: Alexandre Gomes de Argolo Ferrão

Filiação: José Joaquim de Teive e Argolo e Maria Joaquina Gomes Ferrão Castelo

Nacionalidade: BRASILEIRA

Natural de: Vila de Mataripe, em São Francisco do Conde – Bahia

Profissão: Senhor de engenho / Militar (Marechal)

Escolaridade:

Observações:

- Nome: Alexandre Gomes de Argolo Ferrão
- Título: Barão da Cajaíba - com grandeza; 25 de março de 1849
- Nascimento: Vila de Mataripe, antiga do Socorro, em São Francisco do Conde - Bahia, em 1800
- Falecimento: Ilha de Cajaíba, em São Francisco do Conde - Bahia, em 10 de março de 1870
- O Barão da Cajaíba era pai do Visconde de Itaparica, cujo nome civil também era Alexandre Gomes de Argolo Ferrão.

Acervo: IGHB

Fonte: BULCÃO SOBRINHO, Antônio de Araújo de Aragão. Titulares bahianos, *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*, Salvador, ano 2, n. 2, p. 26-40, 1946. p. 33.

“Tenente em 1820, foi promovido a major em 1824 e a tenente-coronel em 1826. Em 1852, reformou-se, com a patente de marechal. (...) Este caso tem uma peculiaridade: o Barão de Cajaíba foi o único senhor de engenho que continuou na carreira militar após a Independência e fez de seu filho também um militar. De fato, o pouco prestígio de que gozava a corporação militar entre a década de 1830 e a Guerra do Paraguai fazia com que as elites da Bahia preferissem orientar os filhos para o estudo de direito ou de medicina.”

Acervo:

Fonte: MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992 . p 625

Barão da Cajaíba

- Idade: 70 anos
- Cor: Branca
- Moléstia interna
- Sepultamento: 11/ 5/ 1870
- Estado civil: Viúvo
- Profissão: -
- Sepultado no jazigo da família
- Responsável: Visconde de Itaparica

Acervo: ASCMB

Fonte: Registro de Enterramentos (Livro 1323) (1863 – 1975)

- No APEB, encontra-se a arrecadação (1871 - 01/108/162/ 05 - 33 folhas) de Alexandre Gomes de Argolo Ferrão - Visconde de Itaparica. Essa arrecadação traz em anexo o testamento, indicando-se como testamentários João de Araújo e Argolo Gomes Ferrão (primo e amigo), Clemente de Oliveira Mendes (cunhado e amigo) e Alexandre Gomes Ferrão de Argolo (irmão e amigo) e, como herdeiros, seus irmãos, Alexandre Gomes Ferrão de Argolo e D. Maria Flora, recolhida ao Convento da Soledade.

Acervo: APEB

Remetente 08: BARÃO DE PASSÉ

Acervo: IHGB
Fonte: BULCÃO SOBRINHO, Antônio de Araújo de Aragão. Titulares bahianos, *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*, Salvador, ano 2, n. 2, p. 26-40, 1946.
Nome: Antônio Bernardino da Rocha Pita e Argolo
Filiação: Francisco Antônio de Argolo e Queirós e Antônia Teresa de Sá Pita
Nacionalidade: BRASILEIRA
Natural de: Vila de Mataripe, em São Francisco do Conde – Bahia
Profissão: Senhor de engenho
Escolaridade:

Observações:

- Nome: Antônio Bernardino da Rocha Pita e Argolo
- Título: Conde de Passé; 14 de março de 1860
- Nascimento: Vila de Mataripe, antiga do Socorro, em São Francisco do Conde - Bahia, em 1793
- Falecimento: Vila de Nossa Senhora da Encarnação de Passé, em 08 de fevereiro de 1877

Acervo: IGHB

Fonte: BULCÃO SOBRINHO, Antônio de Araújo de Aragão. Titulares bahianos, *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*, Salvador, ano 2, n. 2, p. 26-40, 1946, p. 37.

Descendência:

- Nome: Francisco Antônio da Rocha Pita e Argolo
- Título: Visconde de Passé; 17 de maio de 1871
- Nascimento: Vila de Nossa Senhora da Encarnação de Passé, em 12 de dezembro de 1831
- Falecimento: Na mesma vila, em 22 de novembro de 1871
- Nome: -
- Título: Baronesa de Cotegipe

Acervo: IGHB

Fonte: BULCÃO SOBRINHO, Antônio de Araújo de Aragão. Titulares bahianos, *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*, Salvador, ano 2, n. 2, p. 26-40, 1946, p. 35.

- Barão de Passé era Irmão da Ordem Terceira de São Francisco.
- Profissão: em 07 de julho de 1844

Acervo: AVOTSSFB

Fonte: Catálogo dos Irmãos Professos da Venerável Ordem Terceira do São Francisco

- O Barão e futuro Conde de Passé era o proprietário do Engenho Freguesia.

Acervo:

Fonte: PINHO, Wanderley. *História de um engenho do Recôncavo: Matoim, Novo, Caboto, Freguesia: 1552-1944*. São Paulo: Ed. Nacional; [Brasília]: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1982. (Brasília; v. 374)

Remetente 09: BARONESA DE SÃO FRANCISCO

Acervo:	IGHB
Fonte:	BULCÃO SOBRINHO, Antônio de Araújo de Aragão. <i>Famílias bahianas</i> . Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1945. 3 v. Vol 1: Bulcão, Pires de Carvalho, Vicente Viana, p. 71.
Nome:	Joaquina Maurícia de São Miguel e Aragão
Filiação:	José Pires de Carvalho e Albuquerque e Leonor Pereira Marinho de Aragão
Nacionalidade:	BRASILEIRA
Natural de:	Salvador – Bahia
Profissão:	Senhora de engenho
Escolaridade:	

Observações:

- Houve três Baronesas de São Francisco, todas brasileiras. A remetente da carta editada é a 1ª Baronesa de São Francisco – Joaquina Maurícia de São Miguel e Aragão –, o que se pode afirmar, cruzando-se os dados sobre a sua filiação com a informação, retirada da sua própria carta, de que é sobrinha de Garcia de Ávila Pereira.

1ª Baronesa de São Francisco

- Nome: Joaquina Maurícia de São Miguel e Aragão
- Nascimento: Salvador
- Batismo: Freguesia da Sé, em 24 de novembro de 1778
- Filiação: José Pires de Carvalho e Albuquerque e Leonor Pereira Marinho de Aragão
- Casamento: em 08 de setembro de 1796, com o capitão-mor Joaquim Inácio de Sequeira Bulcão, 1º Barão de São Francisco (título conferido em 01 de dezembro de 1824 e, com grandeza, em 05 de abril de 1826), Patriarca da Liberdade Baiana, nascido na Freguesia de Nossa Senhora do Monte do Recôncavo, Vila de São Francisco da Barra de Sergipe do Conde, em 14 de junho de 1768, filho de Baltazar da Costa Bulcão e de Maria Joana de Jesus e Aragão, agricultor e senhor de vários engenhos do Recôncavo, falecido em Salvador, em 24 de maio de 1829, e sepultado na Igreja do Convento de São Francisco.
- Falecimento: em sua propriedade Engenho Água, no município de Vila de São Francisco - Bahia, em 17 de outubro de 1862

Acervo: IGHB

Fonte: BULCÃO SOBRINHO, Antônio de Araújo de Aragão. *Famílias bahianas*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1945. 3 v. Vol 1: Bulcão, Pires de Carvalho, Vicente Viana, p. 71.

2ª Baronesa de São Francisco

- Nome: Ana Rita Marinho Cavalcante e Albuquerque
- Nascimento: Vila do Iguape, em Cachoeira, em 30 de janeiro de 1812
- Filiação: Gonçalo Marinho Falcão e Aragão e Maria Ana Rita Duque Estrada de Meneses
- Casamento: em 1825, com o capitão-mor José de Araújo de Aragão Bulcão, 2º Barão de São Francisco (título conferido em 18 de outubro de 1829 e, com grandeza, em 05 de abril de 1830), filho do 1º Barão de São Francisco e herdeiro de seus bens, nascido na Freguesia de Nossa Senhora do Monte do Recôncavo, Vila de São Francisco da Barra de Sergipe do Conde, em 04 de junho de 1798, falecido em Salvador, em 17 de maio de 1865.
- Falecimento: Salvador, em 29 de maio de 1869
- Obs: Nora da 1ª Baronesa de São Francisco

Acervo: IGHB

Fonte: BULCÃO SOBRINHO, Antônio de Araújo de Aragão. *Famílias bahianas*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1945. 3 v. Vol 1: Bulcão, Pires de Carvalho, Vicente Viana, p. 13.

3ª Baronesa de São Francisco

- Nome: Maria José Muniz Viana
- Filiação: Frutuoso Vicente Viana, 2º Barão do Rio de Contas, e Maria Amália Ferrão Muniz Barreto de Azevedo, 2ª Baronesa do Rio de Contas

- Casamento: em 10 de novembro de 1860, com Antônio de Araújo de Aragão Bulcão, bacharel em Direito pela Faculdade de Recife – Pe, em 1854, 3º Barão de São Francisco (título conferido em 24 de março de 1881), nascido na Freguesia de Nossa Senhora do Monte do Recôncavo, cidade de São Francisco do Conde, em 06 de agosto de 1832, e falecido em Salvador, em 8 de junho de 1913.

Acervo: IGHB

Fonte: BULCÃO SOBRINHO, Antônio de Araújo de Aragão. *Famílias bahianas*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1945. 3 v. Vol 1: Bulcão, Pires de Carvalho, Vicente Viana, p. 31.

Remetente 10: BERNARDINO BARBOSA LISBOA

Nome: Bernardino Barbosa Lisboa
Filiação:
Nacionalidade:
Natural de:
Profissão:
Escolaridade:

Remetente 11: EMÍDIO CAVALCANTE DE MELO

Acervo: ACSCD
Fonte: Pasta 25, documentos 64/42, 69/45, 43, 93/60, 95/61, 62, 76
Nome: Emídio Cavalcante de Melo
Filiação:
Nacionalidade:
Natural de:
Profissão: Senhor de engenho / Militar (Capitão, Major)
Escolaridade:

Observações:

- Emídio Cavalcante de Melo era primo de José Joaquim de Melo (32).

Acervo: ACSCD

Fonte: Pasta 25, documentos 69/45, 42/47 e 67/44.

- Emídio Cavalcante de Melo e sua mulher Plucina Rosa Chorante vendem a Manuel José de Almeida a quarta parte de uma morada de casas situadas na Rua do Paço.

Acervo: APEB

Fonte: Escritura; Livro de Notas 251, p. 158.

Remetente 12: FELIZARDO JOSÉ DE FARIA

Acervo: APEB - Seção Judiciária
Fonte: Inventário (1869) 3/1337/1806/ 15 - 90 folhas
Inventariante: Luís Teodoro de Faria Melo (neto)
Nome: Felizardo José de Faria
Filiação: Belquior Peixoto de Faria e Mariana Teresa de Jesus
Nacionalidade: PORTUGUESA
Natural de: Braga
Profissão: Comerciante
Escolaridade:

Observações:

- Nascimento: Braga; era natural de Portugal e cidadão brasileiro
- Batismo: janciro de 1787
- Filiação: Belquior Peixoto de Faria e Mariana Teresa de Jesus
- Chegada ao Brasil: em 1804; Salvador
- Casamento: em 1812, com Joana Perpétua de Faria e Melo (falecida em junho de 1852)

Descendência:

- Maria Carolina de Faria (casada com Cipriano Teodoro Pereira de Melo)
- Silvana Perpétua de Faria (casada com Mariano Alves Pereira de Vasconcelos)
- Falecimento: Salvador, em 06 de outubro de 1864

Bens deixados:

Escravos: Francisco - Benin, sapateiro, 350\$000; Salvador - africano, velho, 100\$000; Maria - do serviço doméstico, 600\$000; Guilhermina - crioula do serviço doméstico, 800\$000.

Casas:

Sobrado com dois quartos, Rua de São Bento 6:500\$000
Casa, Rua de Baixo..... 4:000\$000
Casa, Largo do Cabeça 1:200\$000
Casa, Beco do Mocambinho..... 1:200\$000
Casa, Ladeira do Coqueiro 2:000\$000
Sobrado de um andar, Rua da Forca 3:000\$000

Ações:

Vinte ações, Caixa Hipotecária.....2:000\$000
Vinte ações, Caixa de Reserva Mercantil.....2:000\$000
Vinte ações, Caixa Sociedade Comércio.....2:000\$000

Acervo: APEB - Seção Judiciária
Fonte: Inventário (1869) 3/1337/1806/15 - 90 folhas
Inventariante : Luís Teodoro de Faria Melo (neto)

Remetente 13: FRANCISCO DA SILVA MELO

Acervo: ACSCD
Fonte: Pasta 24, documento 45
Nome: Francisco da Silva Melo
Filiação:
Nacionalidade:
Natural de:
Profissão: Senhor de engenho
Escolaridade:

Remetente 14: FRANCISCO MARIA DE CASTRO

Acervo: ACSCD
Fonte: Pasta 22, documento 64
Nome: Francisco Maria de Castro
Filiação:
Nacionalidade:
Natural de:
Profissão: Advogado
Escolaridade: Superior (Direito - ?)

Remetente 15: FRANCISCO PIRES DE CARVALHO ARAGÃO

Acervo: APEB - Seção Judiciária
Fonte: Inventário (1896-1902) 01/329/628/ 01 - 65 folhas
Inventariante: Ana Pires da Costa (filha)

Nome: Francisco Pires de Carvalho Aragão
Filiação:
Nacionalidade: BRASILEIRA
Natural de:
Profissão:
Escolaridade:

Observações:

- Francisco Pires de Carvalho Aragão era sobrinho de Inácio Pires de Carvalho e Albuquerque (R.17).

Acervo: ACSCD

Fonte: Pasta 25. documento 112/74

FAMÍLIA PIRES DE CARVALHO

"A tradicional família Pires de Carvalho, que é oriunda de São Pedro de Serzedelo, freguesia do Arcebispado de Braga, na província do Minho, em Portugal, teve começo na Bahia em 1660, com a vinda de Domingos Pires de Carvalho, filho legítimo de João Pires de Carvalho e de D. Catarina Francisca, neto pelo lado paterno de Pedro Pires de Carvalho e de D. Catarina Gonçalves e pelo lado materno de Francisco Fernandes e de D. Isabel Francisca, onde casou-se com D. Maria da Silva, nascida na capital da Bahia, filha legítima de Pedro Nogueira e de D. Inês da Silva, neta paterna de Sergio Nogueira e de D. Maria Tomé e neta materna de Fernando Rodrigues da Silva e de D. Isabel Ferrão. Foi Domingos Pires de Carvalho na Capital da Bahia um dos mais abastados negociantes, proprietário de prédios e de vastos terrenos no bairro comercial, dono dos maiores trapiches da cidade e, além de ter sido Capitão de infantaria, Sargento-mor de ordenanças, Coronel do Regimento do distrito do Rio Real, Cotinguiba, em Sergipe, exerceu ainda as funções de Almotacé, de procurador do Senado da Câmara e de Tesoureiro Geral do Estado do Brasil, em cujo cargo fez empréstimos para o provimento da tropa e foi encarregado da reedificação da Casa da Moeda e da Fortaleza de Santo Antônio. Era Familiar do Santo Ofício e benfeitor de várias instituições de caridade, sendo irmão benemérito da venerável Ordem Terceira de São Francisco, sendo Ministro três vezes. Como ministro dispendeu mais de vinte mil cruzados da sua fortuna particular em melhoramentos e benefícios a referida instituição. Coube-lhe em 1º de Janeiro de 1702 colocar a primeira pedra para edificação da Igreja, monumental edifício, cuja fachada veio de Lisboa lavrada em fragmentos numerados e inaugurado a mesma em 22 de Junho de 1703, sendo colocado na sacristia o seu retrato a óleo em tamanho natural. Faleceu na capital da Bahia em 1708, deixando do seu consorcio cinco filhos."

Joana da Silva - Madre Joana da Encarnação (1671 - 1751)

Inês da Silva - Madre Inês de Santa Clara (1672 - 1753)

Inácia da Silva - Madre Inácia de Jesus (1673 - 1701)

Custódia da Silva - Madre Custódia dos Anjos (1676 - 1717)

José Pires de Carvalho (1677 - 1759)

Acervo: IGHB

Fonte: BULCÃO SOBRINHO, Antônio de Araújo de Aragão. *Famílias Bahianas*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1945. Vol 1. p. 65

- Falecimento: em 19 de agosto de 1896, sem testamento
- Total das posses deixadas: 20:695\$765

Herdeiros: seus filhos, cujos quinhões na herança foram:

D. Ana Pires da Costa	8:014\$436
Dr. Francisco Pires de Carvalho e Aragão.....	4:227\$109
D. Maria Pires de Carvalho e Aragão	4:227\$109
D. Júlia Pires de Aragão	1:409\$036
D. Petrolina Pires de Aragão.....	1:409\$036
Achiles Pires de Aragão	1:409\$036

Despesas com o funeral.....3:285\$400

Acervo: APEB – Seção Judiciária

Fonte: Inventário (1896-1902) 01/329/628/01 - 65 folhas
Inventariante: Ana Pires da Costa (filha)

- Francisco Pires de Carvalho Aragão era Irmão da Ordem Terceira de São Francisco.
- Profissão: 20 de setembro de 1844

Acervo: AVOTSSFB

Fonte: Catálogo dos Irmãos Professos da Venerável Ordem Terceira de São Francisco, p. 20 v

Remetente 16: FRUTUOSO DE AZEVEDO PEREIRA

Acervo: ACSCD
Fonte: Pasta 25, documentos 28, 29, 57, 76
Nome: Frutuoso de Azevedo Pereira
Filiação:
Nacionalidade:
Natural de:
Profissão: Senhor de engenho
Escolaridade:

Remetente 17: INÁCIO PIRES DE CARVALHO E ALBUQUERQUE

Acervo: IGHB
Fonte: BULCÃO SOBRINHO, Antônio de Araújo de Aragão. *Famílias bahianas*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1945. 3 v. Vol 1: Bulcão, Pires de Carvalho, Vicente Viana.
Acervo: ACSCD
Fonte: Pasta 22, documento 74

Nome: Inácio Pires de Carvalho e Albuquerque
Filiação: Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque e Catarina Joaquina dos Anjos e Aragão
Nacionalidade: BRASILEIRA
Natural de: Santo Amaro – Bahia
Profissão: Senhor de engenho
Escolaridade:

Observações:

- Nascimento: Santo Amaro
- Batismo: 27 de maio de 1797
- Cavaleiro da Ordem de Cristo
- Casamento: em 20 de setembro de 1813, com sua prima Leonor Augusta da Assunção e Aragão

Descendência:

- Filhos: Ana Augusta Pires de Aragão
Inácio Pires de Carvalho e Albuquerque Júnior (falecido em 1816)
Inácio Pires de Carvalho e Albuquerque Júnior (batizado em 1818 e falecido em 1846)
- Netos: (filhos de Inácio Pires de Carvalho e Albuquerque Júnior, falecido em 1846)
Leonor Augusta Pires de Carvalho
Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque (Barão de Vila Viçosa)
Inácio Pires de Carvalho e Albuquerque Neto (batizado em 1843 e falecido em 1871)
- Falecimento: Santo Amaro, em 19 de dezembro de 1862
- Outros familiares homônimos:
Para além dos dois filhos e do neto, acima referidos, há ainda um outro familiar homônimo do remetente, seu irmão, falecido menor.

Acervo: IGHB

Fonte: BULCÃO SOBRINHO, Antônio de Araújo de Aragão. *Famílias bahianas*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1945. 3 v. Vol 1: Bulcão, Pires de Carvalho, Vicente Viana, p. 91.

- Inácio Pires de Carvalho e Albuquerque era tio de Francisco Pires de Carvalho Aragão (R. 15)

Acervo: ACSCD

Fonte: Pasta 25, documento 112/74

Remetente 18: JOÃO BATISTA PINTO SANCHES

Acervo: APEB
Fonte: Seção Colonial e Provincial. Registro de Matrícula de Comerciantes (1854-1896), Livro 6 – Tribunal de Comércio p. 27 v - 05/10/1857 - n. 310.
Fonte: Seção Judiciária
Inventário (incompleto) (1889) 04/1485/1954/01 - 101 folhas
Inventariante: Amélia Pinto Sanches (filha)
Acervo: ACSCD
Fonte: Pasta 25, documento 114/75

Nome: João Batista Pinto Sanches
Filiação:
Nacionalidade: BRASILEIRA
Natural de:
Profissão: Senhor de engenho/ Administrador / Militar (Tenente-coronel)
Escolaridade:

Observações:

“João Batista Pinto Sanches, cidadão brasileiro, domiciliado na Freguesia de Passé, apresentou para o registro, na data à margem, por seu procurador, Felisberto Celestino de Sampaio, a sua Patente de Administrador do Trapiche Restinga.”

Acervo: APEB - Seção Colonial e Provincial

Fonte: Livro 06 - Tribunal de Comércio. Registro de Matrícula de Comerciantes (1854 -1896), p. 27 v - 05/10/1857 - n. 310

- Casamento: com Maria Rita Bandeira Sanches
- Consta ter o genro, Dr. Caetano Agripiano de Faria Castro, por cabeça de sua mulher, D. Cândida Pinto de Faria Castro, pedido para lavrar o “termo de desistência da herança que lhe possa caber por morte de seu finado sogro, o tenente-coronel João Batista Pinto Sanches.”

Petição, f. 439:

“Ilmo. Sr. Dr. Juiz dos Órfãos,

Dizem a Abbadessa do Convento do Desterro, o Dr. Caetano Agripiano de Faria Castro, a Direção do Banco Mercantil, a Direção da Caixa Econômica, Joaquim José Teixeira Leal, Dr. Francisco José Teixeira e Domingos Roiz de Barros, por seu procurador, abaixo assinado, que, no rateio feito nos autos de inventário de João Batista Pinto Sanches, foram adjudicadas aos Suppes.(?), como credores, as seguintes quantias:

Convento do Desterro	2:870\$590
Dr. Caetano A. de Faria Castro	10:960\$000
Marinhos & C ^a	547\$984
Banco Mercantil	789\$130
Caixa Econômica	686\$200
Joaquim José Teixeira Leal.....	1:668\$874
Dr. Francisco José Teixeira.....	88\$519
Domingos Roiz de Barros.....	49\$718

Somando tudo a quantia de 17:661\$015, e, como se ache depositada esta importância na Tesouraria de Fazenda, segundo consta dos conhecimentos juntos aos autos, se suppes. (?), requerem a V. S^a que se digne mandar passar em seu favor, precatório contra a Tesouraria de Fazenda, a fim de ser recebida a dita quantia por seu procurador, abaixo assinado. Nestes termos,

Pede a V. S^a deferimento

E R Mce. (?)

Bahia, 2 de dezembro de 1889.

Inocência M. d'Araújo Góis”

“Traslado de procuração, lavrado a f. 80 v., do L. 68.

Procuração bastante que faz Maria Cecília do Paraíso, Abadessa do Convento do Desterro.

Saibam quantos este público Instrumento de Procuração bastante virem, que, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e oitenta e nove, aos vinte e sete dias do mês de novembro,

nesta cidade da Bahia, em meu cartório comparece, digo, Bahia e consistorio do Convento do Desterro, onde eu tabelião vim, e, sendo aí presente a outorgante acima declarada, reconhecida própria de mim tabelião, disse que nomeava e constituía por seus bastantes procuradores aos advogados Inocêncio Marques de Araújo Góis e Maximino Dultra de Andrade, especialmente para receber do casal do coronel João Batista Pinto Sanches, as quantias que tocassem ao Convento do Desterro por débito hipotecário e chisographario(?), requerendo quanto for necessário, para o que concede, além dos poderes impressos, que confirma, os de procurador em causa própria (...)

Bahia, 27 de Novembro de 1889.”

Acervo: APEB - Seção Judiciária

Fonte: Inventário (incompleto) (1889) 04/1485/1954/01 - 101 folhas

Inventariante: Amélia Pinto Sanches (filha)

- João Batista Pinto Sanches era Irmão da Ordem Terceira de São Francisco.
- Profissão: 13 de junho de 1881
- Falecimento: em 21 de julho de 1888

Acervo: AVOTSSFB

Fonte: Catálogo dos Irmãos Professos da Venerável Ordem Terceira do São Francisco

Remetente 19: JOÃO CALISTO GOMES DA SILVA

Acervo: ACMS
Fonte: Processo de Genere; 21 GE 18 – 18; 1812; Jaguaripe
Nome: João Calisto Gomes da Silva
Filiação: José Gomes da Silva e Ana Eufrásia da Purificação
Nacionalidade: BRASILEIRA
Natural de: Jaguaripe – Bahia
Profissão: Religioso (Padre)
Escolaridade:

Observações:

- João Calisto Gomes da Silva era natural da Vila de Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe, irmão “inteiro” do padre José Gomes da Silva, filho do sargento-mor José Gomes da Silva, natural de Braga, da Freguesia de Santiago de Aldre[....], Arcebispado de Braga, e de Ana Eufrásia da Purificação.

Acervo: ACMS
Fonte: Processo de Genere; 21 GE 18 – 18; 1812; Jaguaripe

- João Calisto Gomes da Silva era tio de José Gomes da Silva (R. 29).

Acervo: ACSCD
Fonte: Pasta 25, documento 18.

- José Calisto Gomes da Silva era irmão de Maria Feliciano do Espírito Santo, Antônia Isabel da Purificação e Teresa Joaquina de Jesus, religiosas do Convento de Santa Clara do Desterro.

Acervo:
Fonte: NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Patriarcado e Religião: as enclausuradas clarissas do Convento do Desterro da Bahia 1677-1890*. Bahia: Conselho Estadual de Cultura, 1994. p. 420.

Remetente 20: JOÃO DA COSTA CARNEIRO DE MEIRELES

Nome: João da Costa Carneiro de Meireles
Filiação:
Nacionalidade:
Natural de:
Profissão:
Escolaridade:

[Faint, illegible text from the reverse side of the page, appearing as bleed-through.]

Remetente 21: JOÃO GONÇALVES FERREIRA

Acervo: APEB - Seção Judiciária
Fonte: Testamento (1861) 08/3436/0/11 - 06 folhas
Testamenteira: Francisca Bárbara Ferreira (viúva)
Nome: João Gonçalves Ferreira
Filiação:
Nacionalidade: BRASILEIRA
Natural de: Cachoeira - Bahia
Profissão:
Escolaridade:

Observações:

"Católico, apostólico, romano, nascido em Cachoeira, em 27 de julho de 1784, casado com a senhora D. Francisca Bárbara Ferreira, de quem teve "catorze filhos, e, presentemente, tenho oito, sendo dois masculinos, de nomes Doutor Francisco Inácio Ferreira e o Doutor Manuel Jesuíno Ferreira, ambos casados no Rio de Janeiro, e, do sexo feminino, Leopoldina Cândida Ferreira, Francisca Leonor Ferreira, ambas solteiras e em minha companhia, Maria Eufrosina Ferreira, casada com meu irmão José Vicente Gonçalves Tourinho, morador em Santo Amaro, Maria das Mercês, casada com o Doutor Demétrio Ciriaco Tourinho, Rita Constança Ferreira, casada com o Doutor Abraão Bruno da Câmara, Joana Cândida Ferreira, casada com o Doutor Nicolau Afonso de Carvalho, e tendo mais quatro netos, filhos de meu filho já falecido, o Doutor Augusto Cândido Ferreira, de nomes Manuel, Emília, Elisa e Eulália, moradores na cidade de Niterói do Rio de Janeiro, cujos são os representantes do seu pai."

Acervo: APEB - Seção Judiciária
Fonte: Testamento (1861) 08/3436/0/11 - 06 folhas
Testamenteira : Francisca Bárbara Ferreira (viúva)

Junto ao nome, consta, escrito a lápis, "João dos Cocos".

- Bens deixados:
 - Um sobrado, Rua das Verônicas, 25 11:000\$000
 - Um sobrado, Rua das Verônicas, 27 7:000\$ 000
 - Uma casa, Cruzeiro de São Francisco (com processo de hipoteca).....10:000\$000
 - Móveis de jacarandá111\$000
 - Sete escravos (Leocádio, Ordoxo, Fabrício, Rita, Maria, Florentina e Fortunata)...3:950\$000
 - Total.....32:061\$000
- Dívidas..... 5:606\$059
- Sepultamento: Cemitério do Campo Santo.

Acervo: APEB - Seção Judiciária
Fonte: Inventário (1863- 1875) 06/2566/3066/03 - 156 folhas
Inventariante: Francisca Bárbara Ferreira (viúva)

- João Gonçalves Ferreira era Irmão da Ordem Terceira de São Francisco.
- Profissão: 19 de junho de 1836
- Na p. 40, consta que era brasileiro.

Acervo: AVOTSSFB
Fonte: Catálogo de Irmãos da Venerável Ordem Terceira de São Francisco

Remetente 22: JOÃO GUALBERTO MASCARENHAS

Nome: João Gualberto Mascarenhas
Filiação:
Nacionalidade:
Natural de:
Profissão:
Escolaridade:

Remetente 23: JOÃO JOSÉ DE AZEVEDO LIMA

Acervo: APEB
Fonte: Registro de Matrícula de Comerciantes (1854 -1896), Livro 06 - Tribunal de Comércio, p. 49 - 01/09/1864 - n. 539
Acervo: ACSCD
Fonte: Pasta , documentos
Nome: João José de Azevedo Lima
Filiação:
Nacionalidade: BRASILEIRA
Natural de:
Profissão: Senhor de engenho/ Comerciante
Escolaridade:

Observações:

"João José de Azevedo Lima, cidadão brasileiro, domiciliado nesta cidade, com sua casa, digo, com escritório de comissões e descontos, apresentou para o registro, na data à margem, sua Carta de Comerciante, matriculado de grosso trato."

Acervo: APEB - Seção Colonial e Provincial

Fonte: Registro de Matrícula de Comerciantes (1854 -1896), Livro 06 - Tribunal de Comércio, p. 49 - 01/09/1864 - n. 539

Remetente 24: JOÃO LOPES FIÚZA BARRETO DE MENESES BARBALHO

Acervo: ACSCD
Fonte: Pasta 26, documento não numerado
Nome: João Lopes Fiúza Barreto de Meneses Barbalho
Filiação:
Nacionalidade: BRASILEIRA
Natural de:
Profissão: Senhor de engenho
Escolaridade:

Observações:

“Escritura de transação amigável, composição, débito e obrigação que faz João Lopes Fiúza Barreto de Meneses Barbalho com Francisco Martins da Costa e D. Joana Maria de Araújo.”

Acervo: APEB
Fonte: Escritura; Livro de Notas 268, p. 148 v.

Remetente 25: JOÃO PINTO LEITE

Acervo: ASCMB
Fonte: Certidão de Óbito (1863)
Fonte: Registro de Enterramentos Feitos em Carneiros no Cemitério do Campo Santo (1851 – 1863), Livro 1312

Nome: João Pinto Leite
Filiação:
Nacionalidade: PORTUGUESA
Natural de: Porto
Profissão: Negociante
Escolaridade:

Observações:

- Qualidade: Branca
- Nacionalidade: Portuguesa
- Idade: 64 anos
- Estado civil: Viúvo
- Condição: Livre
- Profissão: Negociante
- Moléstia: Hidropisia de peito
- Morada: Coqueiro
- Data do falecimento: 26 de fevereiro de 1863

Acervo: ASCMB

Fonte: Certidão de Óbito (1863)

- Carneiro: 264
- Nome: João Pinto Leite
- Idade: 64 anos
- Cor: Branca
- Moléstia: Hidropisia
- Natural de: Porto
- Estado civil: Viúvo
- Responsável: Antônio Pinto Leite

Acervo: ASCMB

Fonte: Registro de Enterramentos Feitos em Carneiros no Cemitério do Campo Santo (1851 – 1863), Livro 1312

- João Pinto Leite faleceu em Salvador, sem testamento, em 26 de fevereiro de 1863. Era pai de Aurélio Pinto Leite e Margarida Pinto Leite, Sórora Margarida de Maria Santíssima, religiosa professa do Imperial Convento de Santa Clara do Desterro. Negociante, João Pinto Leite, deixou poucos bens: direitos e ações, títulos da dívida, poucos móveis, que foram penhorados por José Gonçalves da Fonte, que movia uma execução contra o inventariado.

Acervo: APEB – Seção Judiciária

Fonte: Inventário (1864) 7/2993/0/7 - 04 folhas (incompleto)

Inventariante: Aurélio Pinto Leite – Bacharel (filho)

“Aos três de julho de mil e oitocentos e trinta e dois, nesta Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia, à rua Direita do Comércio, no oratório aprovado das casas de morada de João Pinto Leite, havendo precedido as licenças necessárias, o padre Benigno José de Carvalho batizou solenemente a Aurélio, nascido a seis de junho último, filho legítimo do dito Leite. Foi padrinho o avô da mesma criança, João de Sá, ora residente na Vila de Alvarenga, no reino de Portugal, por Procuração que apresentou Caetano Pinto Leite, solteiro, irmão (...) do outro Leite, e todos brancos.

Do que, para constar, assinei o assento.

O Cônego Manuel Dendê Bus.

Vigário Colle ° (?)”

Acervo: ACMS

Fonte: Livro de Batismo - Freguesia da Conceição da Praia (1824 - 1834), p. 334

- Aurélio Pinto Leite, filho de João Pinto Leite, era Irmão da Ordem Terceira de São Francisco.
- Profissão: 25 de março de 1862

Acervo: AVOTSSFB

Fonte: Catálogo dos Irmãos Professos da Venerável Ordem Terceira do São Francisco

- João Pinto Leite era irmão de Manuel Pinto Leite (R.40).

Acervo: ACSCD

Resumo e recomposição do livro de entradas das religiosas clarissas
No. 237 – Margarida Pinto Leite (Margarida de Maria Santíssima)

- Arcebispo: D. Romualdo Antônio de Seixas
- Filiação: legítima
- Pai: João Pinto Leite
- Mãe: Ana Josefa de Sá Leite
- Natural: desta cidade
- Batizada: Freguesia da Conceição da Praia
- Ano da entrada: 1860
- Ano da morte: 1878
- Idade da entrada: 31
- Idade da morte: 49
- Tempo de religiosa: 18

Acervo: -

Fonte: NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Patriarcado e religião: as enclausuradas clarissas do Convento do Desterro da Bahia 1677-1890*. Bahia: Conselho Estadual de Cultura, 1994.

Remetente 26: JOAQUIM CARVALHO DA FONSECA

Nome: Joaquim Carvalho da Fonseca
Filiação:
Nacionalidade:
Natural de:
Profissão: Fazendeiro (Fazendas de criar gado)
Escolaridade:

Observações:

- Joaquim Carvalho da Fonseca era Irmão da Santa Casa de Misericórdia.

“Aos vinte cinco dias do mês de março de mil oitocentos e vinte sete anos, nesta cidade da Bahia e consistório da Casa Santa da Misericórdia, em ato de Mesa, compareceu presente Joaquim Carvalho da Fonseca, eleito Irmão desta Santa Casa, e logo pelo irmão provedor lhe foi deferido o juramento dos santos evangelhos, com um livro deles, de cumprir com as obrigações do compromisso, e assim o prometeu. E, para constar, se mandou fazer este termo, em que assinou comigo, escrivão atual da mesa.

Lásaro Manuel Muniz de Medeiros
Joaquim Carvalho da Fonseca.”

À margem, constam as seguintes informações:

- Casamento: com Rosa Maria de Carvalho, também Irmã da Santa Casa de Misericórdia, falecida em 3 de novembro de 1834 (conforme Livro 4º. f. 168 v).
- Falecimento: em 29 de julho de 1846.

Acervo: ASCMB

Fonte: Livro 6º de Termos de Irmãos, p. 298 v

“Joaquim Carvalho da Fonseca. Em 29 de julho de 1846, faleceu este irmão e tem o seu assento no Livro 6º, à f. 298 v. Jaz na Ordem Terceira do Carmo.”

Acervo: ASCMB

Fonte: Livro 4º de Irmãos Falecidos; Livro 1280; 1798 – 1881, p.187 v

“Aos 29 de julho de 1846, faleceu de moléstia interna Joaquim Carvalho da Fonseca, casado com Luísa Zeferina da Silva Carvalho, com idade de 45 anos. Foi sepultado solenemente na Ordem Terceira do Carmo, envolto no hábito da mesma Ordem, do que mandei fazer este assento, que assinei.

o Cônego José Joaquim de Ferreira e Lima
Vigário Colado”

Acervo: ACMS

Fonte: Livro de Óbitos da Paróquia do Pilar; 1834 – 1847, p. 177

“Joaquim Carvalho de Fonseca e sua mulher Luísa Zeferina da Silva Carvalho vendem a Manuel do Nascimento Barbosa duas fazendas de criar gado, denominadas Camisãozinho e Imbuzeiro, situadas no termo da Feira de Santana.”

Acervo: APEB

Fonte: Escritura; Livro de Notas 263, p. 79 v.

Remetente 27: JOAQUIM RODRIGUES NÓBREGA

Acervo: APEB - Seção Judiciária
Fonte: Auto de Qualificação de Homicídio (1859), 39 – 1381 –14
Nome: Joaquim Rodrigues Nóbrega
Filiação: José Antônio Rodrigues Nóbrega e Teresa Maria de Jesus
Nacionalidade: BRASILEIRA
Natural de: Santo Amaro – Bahia
Profissão: -Requerente de causas
Escolaridade:

Observações:

“Auto de Qualificação

Aos três dias do mês de agosto de mil oitocentos e cinqüenta e nove de[?], nesta Fazenda Mato Limpo, em Casa da Audiência do Subdelegado José Félix de Carvalho, aí presente comigo, escrivão de seu cargo abaixo nomeado, compareceu Joaquim Rodrigues Nóbrega, réu neste processo, e o juiz lhe fez as perguntas seguintes:

Qual seu nome?

Respondeu: Joaquim Rodrigues Nóbrega.

De quem era filho?

De José Antônio Rodrigues Nóbrega e Teresa Maria de Jesus.

Que idade tinha?

Cinqüenta e seis anos.

Seu estado?

Casado.

Sua profissão ou modo de vida?

Requerente de causas vitalício.

Sua nacionalidade?

Brasileiro.

O lugar de seu nascimento?

Cidade de Santo Amaro.

Se sabia ler ou escrever?

Que sabia.

E, como mais nada respondeu, nem lhe foi perguntado, mandou o juiz lavrar o presente Auto de Qualificação, que vai assinado pelo mesmo réu, depois de lhe ser lido e o achar conforme, assinado com o juiz, do que tudo dou fé, eu, escrivão Antônio Pedro da Silva, que o escrevi.

XXXXX

Onde reside ou mora?

Em Santo Amaro.

Há quanto tempo aí reside?

Desde que nasceu, à exceção dum ano que morou no Coração de Maria, decorrido entre mil oitocentos e quarenta e dois e mil oitocentos e quarenta e três, em que, casando-se neste mesmo lugar, regressou em mil oitocentos e cinqüenta e dois.”

Acervo: APEB - Seção Judiciária

Fonte: Auto de Qualificação de Homicídio (1859) (Local: Coração de Maria), 39 – 1381 –14, p. 15 e 16.

Remetente 28: JOSÉ CARDOSO PEREIRA DE MELO

Acervo:

Fonte: FARIAS, Gelásio de Abreu, MENEZES, Francisco da Conceição. *Memória histórica do ensino secundário oficial na Bahia 1837 - 1937*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1937.

Acervo:

Fonte: Brasileiros Registrados nos Livros de Matrícula da Universidade de Coimbra (1577 - 1907), *Revista Brasília - Revista do Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras de Coimbra*. Coimbra Ed. Ltda. Vol. 1. 446 p.

Nome: José Cardoso Pereira de Melo

Filiação:

Nacionalidade: BRASILEIRA

Natural de: Bahia

Profissão: Religioso (Cônego) / Bacharel em Filosofia / Professor

Escolaridade: Superior (Coimbra)

Observações:

"Geometria e Trigonometria - provida pelo cônego José Cardoso Pereira de Melo, bacharel em Filosofia, professor por concurso da cadeira de filosofia racional na capital, quando vaga por abandono do seu titular, o padre português José Inácio de Macedo, e nomeado a 1º de julho de 1823; regeu interinamente a cadeira de geometria da capital, quando o titular desta, Dr. José Lino Coutinho, foi nomeado lente do Colégio Médico-Cirúrgico, a 20 de setembro de 1825; teve carta régia de D. João VI para reger todas as cadeiras vagas; foi eleito deputado geral em 1826."

Acervo:

Fonte: FARIAS, Gelásio de Abreu, MENEZES, Francisco da Conceição. *Memória histórica do ensino secundário oficial na Bahia 1837 - 1937*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1937. p 111.

"Geometria e Trigonometria eram ensinadas pelo sacerdote, doutor em Coimbra, de formação hegeliana, cônego José Cardoso Pereira de Melo, titular desta cadeira na capital desde 1823, escolhido para ser o primeiro diretor do Liceu".

Acervo:

Fonte: NUNES, Antonietta de Aguiar. *Educação na Bahia no século XIX: algumas considerações*, *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, n. 93, p. 165-203, jan./ dez. 1997. p. 175-176.

"P(?) S(?) Mdo.(?) No dia 24 de janeiro de 1828

Apresentação de Sua Majestade Imperial

Ao Reverendíssimo Cônego José Cardoso Pereira de Melo para Cônego de Prebenda Inteira da Sé da Bahia. Secretaria da Cod(?) Primacial

"Dom Pedro, pela graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e defensor perpétuo do Império do Brasil, faço saber a vós, Reverendo Cabido da Sé da Bahia, que atendendo às qualidades que concorrem na pessoa de José Cardoso Pereira de Melo, presbítero secular, e aos bons serviços por ele obrados, hei por bem fazer-lhe mercê do canonicato de Prebenda Inteira, que se acha vago dessa Sé, por falecimento do cônego José Joaquim Maciel, o qual servirá como convém ao serviço de Deus e bem da mesma Sé. E vos encomendo que nele o confirmeis e me passeis vossas letras de confirmação na forma costumada, em que se fará expressa menção de como nele o confirmastes por esta minha apresentação. E haverá, com o dito canonicato, o mantimento, pros e precalços (?), que legitimamente lhe pertencem. Esta se cumprirá, sendo passada pela chancelaria das ordens. Rio de Janeiro, treze de agosto de mil oitocentos e vinte e sete, sexto da Independência e do Império.

Imperador _____

Carta pela qual Nossa Majestade Imperial há por bem fazer mercê a José Cardoso Pereira de Melo do canonicato de Prebenda Inteira, que se acha vago na Sé da Bahia, por falecimento de José Joaquim Maciel, como acima se declara.

Para Nossa Majestade Imperial ver."

Acervo: ACMS

Fonte: 130; Ap 1; Doc 49; 1828 - Cônego de Prebenda Inteira

Remetente 29: JOSÉ GOMES DA SILVA

Acervo: APEB - Seção Colonial e Provincial
Fonte: Registro de Matrícula de Comerciantes (1854 -1896), Livro 06 - Tribunal de Comércio, p. 25 - 16/03/1857 - n. 287
Acervo: ACSCD
Fonte: Pasta 25, documentos 19, 30/16
Nome: José Gomes da Silva
Filiação:
Nacionalidade: BRASILEIRA
Natural de:
Profissão: - Senhor de engenho/Comerciante
Escolaridade:

Observações:

"José Gomes da Silva, cidadão brasileiro, domiciliado nesta praça, apresentou para o registro, na data à margem, a sua Carta de Comerciante, matriculado de grosso trato nos ramos de comissões, conta própria e descontos, passada pelo Tribunal do Comércio desta Província."

Acervo: APEB - Seção Colonial e Provincial

Fonte: Registro de Matrícula de Comerciantes (1854 -1896), Livro 06 - Tribunal de Comércio, p. 25 - 16/03/1857 - n. 287

- José Gomes da Silva era sobrinho do padre João Calisto Gomes da Silva (19).

Acervo: ACSCD

Fonte: Pasta 25, documento 19

Remetente 30: JOSÉ JOAQUIM DE MELO

Nome: José Joaquim de Melo

Filiação:

Nacionalidade:

Natural de:

Profissão:

Escolaridade:

Observações:

- José Joaquim de Melo era primo de Emídio Cavalcante de Melo (R. 11).

Acervo: ACSCD

Fonte: Pasta 25, documentos 69/45, 42/47, 67/44

Remetente 31: JOSÉ TEODORO SÁ BARRETO

Acervo: ACSCD
Fonte: Pasta 22, documento 58
Nome: José Teodoro Sá Barreto
Filiação:
Nacionalidade:
Natural de:
Profissão: Senhor de engenho
Escolaridade:

Observações:

"Escritura de transação amigável e composição entre José Teodoro Sá Barreto e José Barbosa de Madureira."

Acervo: APEB - Seção Colonial e Provincial
Fonte: Escritura; Livro de Notas 239, p. 179 v.

Remetente 32: JUSTINA FLORINDA DO AMOR DIVINO

Nome: Justina Florinda do Amor Divino
Filiação:
Nacionalidade:
Natural de:
Profissão:
Escolaridade:

Remetente 33: JUSTINO GUSTAVO DOURADO

Nome: Justino Gustavo Dourado

Filiação:

Nacionalidade:

Natural de:

Profissão:

Escolaridade:

Remetente 34: LEOPOLDINA

Nome:

Filiação:

Nacionalidade:

Natural de:

Profissão:

Escolaridade:

Remetente 35: LUÍS GONZAGA DOS SANTOS LIMA

Nome: Luís Gonzaga dos Santos Lima
Filiação:
Nacionalidade:
Natural de:
Profissão:
Escolaridade:

Observações:

- **Herdeiros:**
Viúva: Lídia Adelaide dos Santos Lima
Filhos:
Luís Gonzaga dos Santos Lima (profissão: "magistério particular", residente à Freguesia da Penha)
Celestina dos Santos Lima
Agripina dos Santos Lima
Manuel dos Santos Lima
Gregório dos Santos Lima
Rosa dos Santos Lima

- **Bens deixados:**
Escrava Luísa1:000\$000
Móveis147\$000
Um sobrado, Rua do Caldeireiro 3:000\$000
Cinco casas, Estrada das Boiadas (total)..... 6:000\$000
Dinheiro1:385\$000
Total11:633\$000

Acervo: APEB - Seção Judiciária

Fonte: Inventário (1869 - 1899) 07/3094/0/03 - 478 folhas (faltam as 06 primeiras)
Inventariante: Lídia Adelaide dos Santos Lima (viúva)

- Luís Gonzaga dos Santos Lima era sobrinho da Madre Ângela Maria de Jesus.

Acervo: ACSCD

Fonte: Pasta 25, documento 77

- Ângela Maria de Jesus, tia de Luís Gonzaga dos Santos Lima, era filha de Bernardo Brandão Arouca e de Teresa de Jesus e natural de Salvador-Ba.
- Bernardo Brandão Arouca era natural do Porto, mestre ferreiro e depois negociante, morador na Praia, na Fonte das Pedras e Irmão Menor da Santa Casa.

Acervo:

Fonte: NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Patriarcado e Religião*: as enclausuradas clarissas do Convento do Desterro da Bahia 1677-1890. Bahia: Conselho Estadual de Cultura, 1994. p. 411 e 480.

Remetente 36: MANUEL DE VARGAS LEAL

Nome: Manuel de Vargas Leal
Filiação: Manuel de Vargas Leal e Maria Francisca Vargas
Nacionalidade:
Natural de:
Profissão: Caldeireiro
Escolaridade:

Observações:

- Falecimento: em 07 de julho de 1899, sem testamento, de arteriosclerose, com setenta e sete anos de idade.
- Sepultamento: Cemitério de Quintas dos Lázaros.
- Residia no Campo dos Mártires, casa n. 177, e possuía uma oficina de Caldeireiro à Rua do Julião.
- Seus filhos, com as respectivas idades na época do inventário:
 - Ana Maria Vargas (52 anos)
 - Rosa Maria Vargas (51 anos)
 - Domingos de Vargas Leal (48 anos)
 - Vitorino de Vargas Leal (46 anos)
 - Manuel de Vargas Leal (43 anos)
 - Maria Francisca de Vargas (37 anos)
- O remetente da carta editada é Manuel de Vargas Leal – pai, e não Manuel de Vargas Leal – filho, o que se pode afirmar a partir da informação, retirada da sua própria carta, datada de 1886, de que já estaria atuando na sua profissão há 46 anos.

• Bens deixados:

Mobiliário em jacarandá, imagem de Cristo, mangas de vidro615\$000
Um sobrado, Campo dos Mártires, 177, e seu terreno.....18:000\$000 e 2:500\$000
Utensílios da oficina8:476\$900

Acervo: APEB - Seção Judiciária APEB

Fonte: Inventário (1899-1901) - 1/336/ 671/07 - 131 folhas (incompleto)

Inventariante: Maria Paulina de Vargas (viúva)

Remetente 37: MANUEL JOSÉ DE ALMEIDA

Acervo: APEB - Seção Colonial e Provincial
Fonte: Testamento (1861) 03/1343/1812/12 - 10 folhas
Testamenteiro: Ricardo Silvério de Carvalho
Fonte: Inventário (1861) 03/1019/1488/07
Inventariante: Ricardo Silvério de Carvalho
Nome: Manuel José de Almeida
Filiação: Manuel d'Almeida e Maria Teresa
Nacionalidade: PORTUGUESA
Natural de:
Profissão: Negociante
Escolaridade:

Observações:

- Natural de: Freguesia de São Martinho da Vila de Souto d'Alva, Bispado de Nívea
- Católico, solteiro e sem filhos
- Irmão confrade:
 - Religiosos de São Francisco
 - Religiosos de Nossa Senhora do Monte do Carmo
 - Santíssimo Sacramento da Freguesia da Rua do Paço (Juiz)
 - Nossa Senhora da Conceição da Praia (Juiz)
- Doações para:
 - Matriz de São Martinho da Vila d'Alva, onde nasceu.....300\$000
 - Hospício dos Capuchinhos de Nossa Senhora da Piedade, em Salvador.....100\$000
 - Santa Casa de Misericórdia de Salvador, para a consignação do seu recolhimento dos Órfãos..200\$000
 - Seminário da Casa Pia dos Órfãos de São Joaquim, de Salvador.....200\$000
 - Colégio dos Órfãos do Santíssimo Coração de Jesus.....200\$000
 - Colégio de Nossa Senhora dos Anjos (pertencente à Confraria de São Vicente de Paulo).....300\$000
 - Colégio da Providência - Sociedade das Senhoras da Caridade.....200\$000
 - Reparos da Capela de Nossa Senhora da Boa Viagem.....200\$000
 - Senhor com Jesus do Bomfim, ereto na sua capela em Itapagipe.....200\$000
- Bens deixados:
 - Para seus afilhados, somas que variam de 100\$00 a 400\$000.
 - Os que possui em Portugal, para os sobrinhos.
 - Alguns objetos de ouro: caixinha de rapé e relógio.

Transcrição da 67^a Verba do Testamento:

“Declaro que, tendo em data de 29 de março de 1858, feito doação, por Escritura Pública, nas Notas do tabelião Rodrigues da Costa, da quantia de dez contos e quatrocentos mil réis, em dezesseis apólices da dívida pública de nº 7, 35 a 41, 314 a 318, 120 e 151, todas no valor nominal de oito contos de réis, e três moradas de casas térreas, sitas na ladeira do Porto do Bomfim, nº 1, 2, 3, todas no valor de dois contos e quatrocentos mil réis, perfazendo as duas adições a sobredita quantia de 10:400\$000, aos menores Fortunato, Manuel, Maria (esta posteriormente falecida), filhos de Fortunato José de Almeida e sua mulher, D. Maria Jesuína da Rocha e Almeida, sob certas condições que da mesma Escritura constam, por me compadecer do abandono e desamparo em que foram deixados esses infelizes e sua mãe, por seu ingrato e louco pai e marido, é agora, de minha vontade, confirmar, como pela presente verba confirmo, nos mesmos termos e com as restrições exaradas na respectiva Escritura de Doação.”

Acervo: APEB - Seção Judiciária

Fonte: Testamento (1861) 03/1343/1812/12 - 10 folhas

- Falecimento: em 29 de janeiro de 1861
- Negociante, deixou os seguintes bens:
 - Escravos, móveis, um sobrado à Rua do Paço (20: 000\$ 000)
 - Dinheiro (1:144\$ 480)
 - Total: 31: 350\$ 000.

Acervo: APEB

Fonte: Inventário (1861) 03/1019/1488/ 07

"Aos vinte e quatro dias do mês de julho de mil oitocentos e trinta e nove anos, nesta cidade da Bahia e Repartição da Polícia, da qual é chefe interino o Doutor Juiz Municipal Evaristo Ferreira de Araújo, compareceu Manuel José d'Almeida, português, solteiro, idade de cinquenta e seis anos, estatura regular, cabelos pintados, olhos castanhos, barba pintada e pouca, o mais tudo regular, veio do Rio de Janeiro em uma barca sueca em mil oitocentos e vinte oito, mora na Freguesia da Rua do Paço, vive de negócio. Fica sujeito a comparecer de seis em seis meses com seu título para ser reformado e fazer constar qualquer mudança de ocupação ou morada. E, para cumprimento ao exposto, assinou o presente termo com o Juiz.
Manuel José de Almeida."

Acervo: APEB

Fonte: Termos de Apresentação dos Estrangeiros (1839) - Livro 5656

- Manuel José de Almeida era Irmão da Santa Casa de Misericórdia.
- Profissão: 23 de agosto de 1852
- Falecimento: 29 de janeiro de 1861

Acervo: ASCMB

Fonte: Relação de Irmãos do Século XIX (Ficha)

Remetente 38: MANUEL JOSÉ DIAS

Acervo: APEB - Seção Judiciária
Fonte: Testamento (1842) 08/3504/0/08 - 06 folhas
Testamenteira: Teresa Maria de Jesus (viúva)

Nome: Manuel José Dias
Filiação: Manuel José Dias e Rosa Maria Gonçalves
Nacionalidade: PORTUGUESA
Natural de: Vila de Barcelos - Braga ou Lisboa
Profissão:
Escolaridade:

Observações:

- Nasceu na Freguesia de São Paio de Fão, termo da Vila de Barcelos, arcebispado de Braga, Portugal. Católico, casado com Teresa Maria de Jesus, natural de Salvador, sem filhos e tendo a mãe como única herdeira.
- Pertencia às seguintes Irmandades :
Ordem Terceira de São Francisco
Santíssimo Sacramento, na Paróquia de São Pedro Velho
Senhor dos Aflitos
Senhor Jesus dos Santos Passos ("onde, inda ao presente, devo a entrada")
- Deixou:
Ao caixeiro Manuel de Carvalho a quantia de um conto e seiscentos mil réis, caso fosse viva sua mãe, e, tendo esta falecido, a quantia de dois contos.
Aos pobres e indigentes um mil réis.
A Maria, Margarida, Ana, Rosária, Joaquim, Francisco suas irmãs e irmãos, em Portugal, cinquenta mil réis e para Teresa e Engrácia, também suas irmãs, cem mil réis.
- Doou a sua herança paterna, no valor de trinta mil réis, aos irmãos.
- Bens deixados:
Escravos e casas
- Devedores:
"Os herdeiros do capitão José Roiz de Oliveira de Jequeriça da quantia que consta da escritura da venda que lhe fiz a Juros da fazenda denominada Caribé, e, no traslado dessa escritura, entre os meus papéis, está declarado, por minha letra, o que recebi por conta. Pertence mais ao meu Casal seiscentos e tantos mil réis em Letras do Tesouro Português sobre a Casa da Fazenda, ou Tesouraria da Ilha da Madeira, a meu favor, e remetidos de Lisboa para aquela Ilha por Domingos José de Almeida Lima a José Maria Berne, em poder de quem ao presente se acham para a recepção delas, quando hajam de ser pagos."
- Dívidas (em letras):
João Rates de Reis, um conto de réis
Manuel Ferreira Morim, um conto e oitenta mil réis
"Joana Maria da França, sua cunhada, irmã materna de sua esposa, "o que constar do seu Formal de partilha."

Acervo: APEB - Seção Judiciária
Fonte: Testamento (1842) 08/3504/0/08 - 06 folhas
Testamenteira: Teresa Maria de Jesus (viúva)

"Manuel José Dias e sua mulher D. Teresa Maria de Jesus vendem a José Rodrigues de Oliveira uma [?] de terras situada à beira do rio Jequiriçá."

Acervo: APEB
Fonte: Escritura; Livro de Notas 216, p. 174.

- Manuel José Dias era Irmão da Ordem Terceira de São Francisco.

"Aos 10 de março de 1827, nesta nossa Igreja da Venerável Ordem Terceira da Penitência de Nosso Seráfico Padre São Francisco desta cidade da Bahia, depois de feitas as diligências necessárias, e sua aprovação por votos secretos, recebeu o santo hábito Manuel José Dias, natural da cidade de Lisboa, das mãos do MRP M Frei José de São Luís, nosso Comissário Visitador, sendo presentes os senhores irmãos de Mesa em ato de Congregação, e, para em todo tempo constar, se mandou fazer este termo, em que assinou o mesmo Reverendíssimo Padre Comissário Visitador e o Senhor Irmão Ministro atual, o capitão Francisco Xavier Leão, comigo, Manuel José de Sousa Coitinho, secretário atual, que subscrevi e assinei.

Manuel José de Sousa Coitinho."

Acervo: AVOTSSFB

Fonte: Livro de Termo dos Irmãos Professos (1796-1877), p. 172 v.

Remetente 39: MANUEL JOSÉ LOPES DE AGUIAR

Acervo: APEB - Seção Judiciária
Fonte: Inventário (1866) 05/1961/2433/08 - 118 folhas
Inventariante: Matildes Sílvia Lopes de Aguiar (viúva)

Nome: Manuel José Lopes de Aguiar
Filiação: Manuel José Lopes e Joaquina Zeferina de Aguiar
Nacionalidade: BRASILEIRA
Natural de: Salvador – Bahia
Profissão: Empregado de Armazém
Escolaridade:

Observações:

- Nascimento: na Freguesia do Pilar
- Batismo: na Freguesia de São Pedro
- Falecimento: em 18 de março de 1866, sem testamento
- Descendência do primeiro casamento, com Cândida Pereira Arouca:
Marcionila Cândida Lopes Arouca
Cândido Lopes Arouca
- Descendência do segundo casamento, com Matildes Sílvia Lopes de Aguiar:
Sílvio Flávio Lopes de Aguiar
Heráclides Floscula Lopes de Aguiar
Alfredo Lopes de Aguiar
Aurélio Lopes de Aguiar
Astrogilda Lopes de Aguiar
- Bens deixados:
Móveis em jacarandá200 \$ 000
1ª avaliação 2ª avaliação
Casas:
Sobrado, Rua do Genipapeiro8:000\$000.....5:000\$000
Casa térrea3:000\$000.....1:200\$000
Casa ocupada com a venda de molhados, Brotas.....1:500\$000.....600\$000
Casa térrea, (¾), Matatu.....3:000\$000.....800\$000
Casa térrea (2/4), Rua 25 de Março, Brotas4:000\$000.....1:000\$000
- Dívidas6:915\$160

Acervo: APEB – Seção Judiciária
Fonte: Inventário (1866) 05/1961/2433/08 - 118 folhas
Inventariante: Matildes Sílvia Lopes de Aguiar (viúva)

- Manuel José Lopes de Aguiar era genro de Matildes de Araújo e Almeida (R. 44).

Acervo: ACSCD
Fonte: Pasta 26, documento não numerado.

Remetente 40: MANUEL PINTO LEITE

Acervo: APEB - Seção Colonial e Provincial
Fonte: Registro de Matrícula de Comerciantes (1854 -1896), Livro 06 - Tribunal de Comércio, p. 17 - 17/04/1855 - n. 216

Nome: Manuel Pinto Leite
Filiação:
Nacionalidade: BRASILEIRA
Natural de:
Profissão: Comerciante
Escolaridade:

Observações:

"Manuel Pinto Leite, cidadão brasileiro, domiciliado nesta praça, com seu negócio de comissões, conta própria e descontos, apresentou, na data à margem, a sua Carta de Comerciante, matriculado de grosso trato nos ditos ramos, passada pelo Tribunal do Comércio desta Província, a fim de ser registrada."

Acervo: APEB - Seção Colonial e Provincial

Fonte: Registro de Matrícula de Comerciantes (1854 -1896), Livro 06 - Tribunal de Comércio, p. 7 - 17/04/1855 - n. 216

- Manuel Pinto Leite era irmão de João Pinto Leite (R. 25).

Acervo: ACSCD

Fonte: Pasta 23, documento 5

"Manuel Pinto Leite e sua mulher D. Ana Carlota Teixeira de Sá vendem a Domingos José da Fonseca uma morada de casas térreas situadas na cidade de Santo Amaro da Purificação."

Acervo: APEB

Fonte: Escritura; Livro de Notas 257, p. 241.

Remetente 41: MARIA DA CONCEIÇÃO

Acervo: ANMNSC
Fonte: Livro 13 , f. 17, 42
Nome: Maria da Conceição
Filiação: Manuel Nunes da Silva e Antônia Maria da Assunção
Nacionalidade: BRASILEIRA
Natural de: Bahia
Profissão: Religiosa
Escolaridade:

Observações:

“Maria da Conceição, filha legítima de Manuel Nunes da Silva e de Antônia Maria da Assunção, era baiana. Tomou o hábito em 8 de dezembro de 1808, com 15 anos. Professou em 17 de dezembro de 1809 e faleceu em 14 de outubro de 1871, com 78 anos e 6 meses, de erisipela.”

Acervo: ANMNSC
Fonte: Livro 13 , f. 17, 42

“Termo do falecimento:

No dia 14 do mês de outubro do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, 1871, pelas 11 horas do dia, faleceu, fortalecida com todos os sacramentos, a Reverenda Madre ex-Abadessa Maria da Conceição, de uma erisipela, tendo de idade 78 anos e 6 meses, de profissão 73 anos, neste Convento, cujo cadáver foi sepultado no coro de baixo, sepultura número 08, tendo-se-lhe feito todos os sufrágios que manda a nossa santa regra deste Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa, onde havia a mesma falecida feito solene profissão. Em fé do que, para constar, lavrou-se este termo, que assinaram as Reverendas Madres Abadessa, Vigária e discretas.

Sóror Antônia Carolina de Amor Divino, Abadessa
Vigária e discretas: Sóror Maria José da Conceição, Vigária”

Acervo: ANMNSC
Fonte: Livro 10, 47 do ANMNSC – Livro de Cópias dos Termos de Falecimentos, f. 16 v.

Remetente 42: MARIA JOAQUINA DE ARAGÃO

Acervo: IGHB
Fonte: BULCÃO SOBRINHO, Antônio de Araújo de Aragão. *Famílias bahianas*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1945. 3 v. Vol 1: Bulcão, Pires de Carvalho, Vicente Viana.
Nome: Maria Joaquina Pires de Aragão
Filiação: Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque e Joana Cavalcante e Albuquerque
Nacionalidade: BRASILEIRA
Natural de: Salvador – Bahia
Profissão: Senhora de engenho
Escolaridade:

Observações:

"Nascida na capital da Bahia, casada em 3 de novembro de 1781 com o capitão-mor João Filipe de Sequeira, filho do capitão-mor Inácio de Sequeira Villas-Boas e de D. Joana Catarina de Meneses e Aragão, e falecida no município de Santo Amaro, na Bahia, em 1º de setembro de 1833, não tendo sucessão."

Acervo: IGHB

Fonte: BULCÃO SOBRINHO, Antônio de Araújo de Aragão. *Famílias bahianas*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1945. 3 v. Vol 1: Bulcão, Pires de Carvalho, Vicente Viana, p. 90.

Remetente 43: MARIA JOAQUINA EPIFÂNIA DE SÃO JOSÉ E ARAGÃO

Acervo: APEB - Seção Judiciária
Fonte: Testamento (1869) 03/1070/1539/01 - 209 folhas
Testamenteiro: Baltasar de Araújo de Aragão Bulcão

Nome: Maria Joaquina Epifânia de São José e Aragão
Filiação: José Pires de Carvalho e Albuquerque e Ana Joaquina de São José e Aragão
Nacionalidade: BRASILEIRA
Natural de: Salvador- Bahia
Profissão: Senhora de engenho
Escolaridade:

Observações:

"Nascida na capital da Bahia, em cuja Freguesia da Sé foi batizada em 13 de junho de 1789, casada em 29 de setembro de 1813 com seu primo Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque Filho, filho do seu tio paterno, o capitão-mor Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, e de sua tia materna, D. Catarina Joaquina dos Anjos e Aragão, e falecida na capital da Bahia, em 31 de dezembro de 1860, não tendo sucessão."

- Nesta fonte, o nome apresentado para a mãe de Maria Joaquina Epifânia de São José e Aragão é Ana Maria de São José e Aragão, não correspondendo, portanto, exatamente ao que está no Testamento.

Acervo: IGHB

Fonte: BULCÃO SOBRINHO, Antônio de Araújo de Aragão. *Famílias bahianas*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1945. 3 v. Vol 1: Bulcão, Pires de Carvalho, Vicente Viana, p. 89.

"Em nome de Deus. Amém.

Eu, Dona Maria Joaquina Epifânia de São José e Aragão, que sou católica romana, e creio em todos os mistérios da Santa Madre Igreja, cuja religião sempre professei desde o batismo, e nela espero viver e morrer, e salvar minha alma, auxiliada com a proteção da Virgem Maria Nossa Senhora, estando, pois, com todas as minhas faculdades intelectuais, que Deus sempre foi servido dar-me, e querendo prevenir os meios conducentes à minha salvação, ordenei fazer o meu testamento pelo modo seguinte.

Verba Primeira

Sou natural da cidade da Bahia, filha legítima do capitão-mor José Pires de Carvalho e Albuquerque, que foi Secretário de Estado, e de sua mulher, Dona Ana Joaquina de São José e Aragão, já falecidos.

Segunda

Fui legitimamente casada à face da Igreja com meu primo, o capitão-mor Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, de cujo matrimônio não tivemos filhos, e por isso livremente posso dispor dos meus bens.

Terceira

Para meus testamenteiros, nomeio, em primeiro lugar, a meu primo, o Senhor Inácio Pires de Carvalho e Albuquerque, em segundo, o meu sobrinho, o Barão de Pirajá, em terceiro lugar, ao Doutor Baltasar de Araújo com minha sobrinha, aos quais rogo queiram aceitar este meu testamento para cumprirem no tempo da lei e, em reconhecimento, deixo de prêmio um conto de réis.

Quarta

Deixo a meu sobrinho Gonçalo Falcão Brandão oito contos de réis e a seus irmãos, o Doutor José Pires Falcão Brandão e o Doutor Pedro Falcão Brandão, um conto de réis a cada um.

Quinta

Deixo a meu afilhado Gonçalo, filho de meu compadre o Barão de São Francisco, dois contos de réis.

Sexta

Deixo a minha sobrinha Dona Maria Francisca Pires, filha de Dona Rosa, um conto de réis.

Sétima

Deixo a minha afilhada Dona Augusta, filha de meu compadre o tenente-coronel Joaquim Antônio de Magalhães Castro, três contos de réis.

Oitava

Deixo a meu afilhado José Caetano da Fonseca a denominada Passagem com dois escravos, Bernardo e Bartolomeu.

Nona

Deixo ao meu afilhado Antônio Salustiano Antunes dois contos.

Décima

Deixo a minha afilhada Virgínia, filha, digo, a afilhada Senhorinha de Parentes, quatrocentos mil réis.

Décima primeira

Deixo a minha afilhada Virgínia, filha de meu compadre José Joaquim Martins, já falecido, quatrocentos mil réis e a outra sua irmã Vestal.

cem mil réis.

Décima segunda

Deixo a minha afilhada, filha de meu compadre João José de Sousa Castro, cem mil réis.

Décima terceira

Deixo ao padre meu capelão Francisco Henrique de Almada três contos de réis e o sobrado em que se acha estabelecido o seu patrimônio em Santo Amaro.

Décima quarta

Deixo à filha de Vitalina quatrocentos mil réis e uma morada de casa, que tenho na rua do Amparo, em Santo Amaro.

Décima quinta

Deixo à Madre Carlota todo rendimento do meu sobrado sito ao largo da Palma na Bahia durante a sua vida, e, por sua morte, passará aos meus herdeiros, e, no caso de que seja preciso de algum conserto, será este feito à custa de meus bens e sem prejuízo dos ditos rendimentos anuais da legatária.

Décima sexta

Os meus herdeiros serão obrigados a concorrer com a despesa que for precisa para a ordenação do menino João Batista, a quem deixo oitocentos mil réis, que serão empregados na compra de uma casa para seu patrimônio.

Décima sétima

Deixo a minha afilhada, filha de minha comadre Dona Rita de Góis Tourinho, dois contos de réis e um conto de réis, à dita minha comadre.

Décima oitava

Deixo aos dois meus afilhados, filhos de meu compadre Antônio José de Sousa Goveia, um conto de réis a cada um e a uma irmã dos ditos, minha camaradinha de nome Camila, quatrocentos mil réis.

Décima nona

Deixo a minha afilhada Dona Maria José, filha de meu compadre Francisco José Corte Imperial, dois contos de réis e um conto de réis, ao dito meu compadre.

Vigésima

Deixo à filha de Joaquim dos Santos, de nome Adriana, quatrocentos mil réis e a sua avó, Francisca de Paula Machado, cinqüenta mil réis.

Vigésima primeira

Deixo a meus sobrinhos Garcia Pires e a sua irmã Dona Catarina seis contos de réis a cada um e minha escrava Jesoína, com seus dois filhos, ao dito meu sobrinho Garcia.

Vigésima segunda

meu afilhado, filho de meu compadre José Antônio de Passos, um conto de réis.

Vigésima terceira

Deixo a minha afilhada Maria, filha de meu compadre Alexandre Tito, quatrocentos mil réis.

Vigésima quarta

Deixo as minhas duas afilhadas Maria e Jesoína, filhas do finado meu compadre Francisco Caetano Pereira, cem mil réis a cada uma.

Vigésima quinta

minha afilhada Joana, filha de meu compadre José de Almeida, cem mil réis.

Vigésima sexta

minha afilhada Teresa de Barroca cinqüenta mil réis.

Vigésima sétima

minha afilhada Maria Joaquina Pires cinqüenta mil réis.

Vigésima oitava

o meu compadre Antônio Joaquim Cidreira quatrocentos mil réis.

Vigésima nona

Deixo a meu afilhado Gregório, filho de meu compadre Manuel de Carvalho, cem mil réis e às três filhas do mesmo meu compadre, cinqüenta mil réis a cada uma e a ele, cem mil réis.

Trigésima

Deixo a meu afilhado, filho de meu irmão compadre Miguel, morador na roça, trinta mil réis

Trigésima primeira

meu afilhado, filho de meu compadre do sítio da Jaqueira, vinte mil réis.

Trigésima segunda

Deixo a meu compadre Manuel Joaquim cem mil réis e outros cem mil réis, a minha afilhada Maria Cecília.

Trigésima terceira

Deixo ao meu feitor do Engenho Sant' Anna, de nome Antônio Martins da Silva, um conto de réis pelos seus bons serviços prestados.

Trigésima quarta

Deixo ao outro meu feitor, Antônio Batista, quatrocentos mil réis e cem mil réis a cada uma de suas três filhas.

Trigésima quinta

Deixo forra a minha escrava Januária cabra, por haver amamentado a meu filho Rodolfo.

Trigésima sexta

Deixo forra a minha escrava Rita e seu filho Pedro, e a ela se dará [sic] cinqüenta mil réis.

Trigésima sétima

Deixo também forra a minha escrava Alexandrina e sua filha Antônia.

Trigésima oitava

Deixo forra a minha escrava Joana velha, e se lhe dará [sic] cinqüenta mil réis.

Trigésima nona

Deixo igualmente forra a minha escrava Isabel, cabra do serviço da casa.

Quadragésima

Deixo forra a minha escrava Joana, também do serviço de casa.

Quadragésima primeira

Deixo forra a minha escrava Simoa, e a esta se dará [sic] cem mil réis.

Quadragésima segunda

Deixo os meus dois escravos Jordão, carregador de cadeira, e Hermelindo, pardo sapateiro, para servirem e acompanharem a minha sobrinha e afilhada Dona Teresa por tempo de dez anos, e, findos, serão forros.

Quadragésima terceira

Deixo forra a minha mulatinha Francisca e entregue à Madre Carlota, onde se acha, para não sair do convento sem ser casada.

Quadragésima quarta

Deixo de esmola para a Santa Casa da Misericórdia da cidade de Santo Amaro cinqüenta mil réis e a Nossa Senhora da Purificação, outros cinqüenta mil réis; a Nossa Senhora dos Humildes, outros cinqüenta mil réis; a Nossa Senhora da Oliveira, outros cinqüenta mil réis e aos presos da cadeia da dita cidade, outra igual quantia de cinqüenta mil réis.

Quadragésima quinta

Declaro que a capela de São João deste meu engenho Moribeca se acha arruinada e, se eu a não reparar em minha vida, como espero, rogo aos meus herdeiros o façam e tenham nela todo o zelo e cuidado.

Quadragésima sexta

Por minha alma e de meu marido se mandará celebrar mil missas, e o meu inteiro será conforme a vontade de meus testamenteiros e como mais cômodo for.

Quadragésima sétima

Declaro que, depois de cumpridas as minhas disposições testamentárias, instituo por herdeiros dos remanescentes de todos os meus bens a minha sobrinha Dona Teresa Cavalcante Pires de Carvalho e Albuquerque, filha de meu irmão, o Visconde da Torre, e aos meus dois sobrinhos Inácio Pires de Carvalho e Albuquerque, netos de minha finada irmã Dona Leonor Augusta d' Assunção e Aragão e de meu primo Inácio Pires de Carvalho e Albuquerque, sendo divididos os mesmos bens em duas partes iguais, uma para a dita minha sobrinha e a outra para os dois meus sobrinhos, podendo aquela ter preferência na propriedade de engenho que escolher para ser encabeçada nela, assim como também será encabeçada na outra propriedade o dito meu sobrinho Antônio Joaquim Pires por ser meu afilhado, e, no caso de que a dita minha herdeira, por algum incidente, não chegue a desfrutar a herança, então a substituirá [sic] suas duas irmãs, e, enquanto aos outros dois meus herdeiros, um substituirá ao outro, no caso de não ter herdeiros legítimos.

Quadragésima oitava

Deixo finalmente ao meu afilhado João Pinto de Sousa Dantas, filho de meu compadre o Doutor Manuel Pinto de Sousa Dantas, a quantia de dois contos de réis.

E, por esta forma, tenho concluído o meu testamento, última e derradeira vontade, que quero se cumpra e guarde como nele se contém e declara, e, por me ser sensível uma tal escrituração, roguei ao tabelião Estanislau José de Almeida este por mim fizesse, assinando-me eu de meu punho com o dito escritor neste Engenho da Moribeca, aos vinte oito de março de mil oitocentos e cinqüenta e oito.

Dona Maria Joaquina Epifânia de São José e Aragão. "

Acervo: APEB - Seção Judiciária

Fonte: Testamento (1869) 03/1070/1539/01 - 209 folhas

Testamenteiro: Baltasar de Araújo de Aragão Bulcão

- Maria Joaquina Epifânia de São José e Aragão era irmã do Visconde da Torre de Gracia d' Ávila (R. 52).

Acervo: ACSCD

Fonte: Pasta 22, documento 43

⁴ No inventário, consta que "o conserto e condecoração da capela fica estipulado em 83:509\$575".

Remetente 44: MATILDES DE ARAÚJO E ALMEIDA

Nome: Matildes de Araújo e Almeida
Filiação:
Nacionalidade:
Natural de:
Profissão:
Escolaridade:

Observações:

- Matildes de Araújo e Almeida era sogra de Manuel José Lopes de Aguiar (R. 39).

Acervo: ACSCD

Fonte: Pasta 26, documento não numerado.

Remetente 45: PEDRO ANTÔNIO VELOSO DA SILVEIRA

Acervo: ASCMB
Fonte: Certidão de Óbito
Nome: Pedro Antônio Veloso da Silveira
Filiação:
Nacionalidade: BRASILEIRA
Natural de: Pernambuco
Profissão: Militar (Coronel)
Escolaridade:

Observações:

- Nome: Pedro Antônio Veloso da Silveira
- Natural de: Pernambuco
- Cor: Branca
- Condição: Livre
- Profissão: Militar - Coronel
- Estado civil: Viúvo
- Idade: 83 anos
- Moléstia: Moléstia do coração
- Data do falecimento: 1º de outubro de 1870

Acervo: ASCMB

Fonte: Certidão de Óbito (1870)

- Carneiro: 98
- Inumação: 1º de outubro de 1870
- Exumação: 23 de março de 1874

Acervo: ASCMB

Fonte: Índice das Sepulturas (Livro 1324) (1862 – 1879)

Remetente 46: PRUDÊNCIO JOSÉ DE SOUSA BRITO COTEGIPE

Acervo:

Fonte: Brasileiros Registrados nos Livros de Matrícula da Universidade de Coimbra (1577 – 1907), *Revista Brasília* - Revista do Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras de Coimbra. Coimbra Ed. Ltda. Vol. 1. 446 p.

Nome: Prudêncio José de Brito Cotegipe

Filiação:

Nacionalidade: BRASILEIRA

Natural de: Bahia

Profissão: Médico

Escolaridade: Superior (Coimbra)

Observações:

- Herdeiros:
 - Viúva: Gracinda Constança da Cunha Brito Cotegipe
 - Filhos: Prudêncio de Brito Cotegipe (médico) e Gracinda de Brito Cotegipe Milanez (filha)
 - Genro: Abdon Filinto Milanez (genro, médico – por sua mulher)
- Residia na casa de sobrado atrás dos Quartéis, Palma, Freguesia de Santa Ana.
- Bens deixados:
 - Casas (aquela em que residia e uma outra, à Rua do Bangala).....400\$000
 - Escravos, prata, ouro, mobília, jóias (brilhantes)
 - Dinheiro na Caixa Econômica.....2:259\$000
 - Total.....11:136\$000

Acervo: APEB - Seção Judiciária

Fonte: Certidão de Óbito (1870) Inventário (1863) 03/1001/1470/07

Inventariante: Gracinda Constança da Cunha Brito Cotegipe (viúva)

- Prudêncio de Brito Cotegipe (filho do remetente)
Formatura: em 20 de dezembro de 1855 - Bahia
- Abdon Filinto Milanez (genro do remetente)
Formatura: em 05 de dezembro de 1857

Acervo: MMB – Universidade Federal da Bahia

Fonte: Registros de Formandos

Remetente 47: RAIMUNDO ALVES DE SOUSA

Acervo: AVOTSSFB
Fonte: Catálogo dos Irmãos desta Venerável Ordem Terceira do São Francisco
Nome: Raimundo Alves de Sousa
Filiação:
Nacionalidade: BRASILEIRA
Natural de:
Profissão:
Escolaridade:

Observações:

- Raimundo Alves de Sousa
- n. 193
- BRASILEIRO
- Profissão: 8 de dezembro de 1833
- Falecimento: 10 de junho de 1853

Acervo: AVOTSSFB

Fonte: Catálogo dos Irmãos desta Venerável Ordem Terceira, p. 84.

- Raimundo Alves de Sousa era irmão da Ordem Terceira de São Francisco.

“Aos 8 de dezembro de 1833, nesta nossa Igreja da Venerável Ordem Terceira da Penitência de Nosso Seráfico Padre São Francisco desta cidade da Bahia, depois de feitas as diligências necessárias, e sua aprovação por votos secretos, recebeu o santo hábito Raimundo Alves de Sousa das mãos do Mto. Rdo. Padre e Definidor Frei Antônio do Paraíso, nosso Vice-Commissário, sendo presentes os Senhores Irmãos de Mesa em ato de Congregação; e, para em todo tempo constar, se mandou fazer este termo, em que assinou o mesmo Reverendíssimo Padre Me. Vice-Commissário, e o nosso Senhor Ministro atual Manuel Cardoso d'Aguiar comigo.

À margem: “O Irmão Raimundo Alves de Sousa, morador à Freguesia da Sé.”

Acervo: AVOTSSFB

Fonte: Livro de Termo dos Irmãos Professos (1796-1877), p. 210.

Remetente 48: RAIMUNDO BARROSO DE SOUSA

Acervo: ACMS
Fonte: Processo de Genere 42 – GE 39. CRD 1865
Romualdo Maria de Seixas Barroso
Nome: Raimundo Barroso de Sousa
Filiação: Manuel Barroso de Basto e Josefa Juliana de Sousa
Nacionalidade: BRASILEIRA
Natural de: Cametá – Pará
Profissão:
Escolaridade:

Observações:

- Raimundo Barroso de Sousa foi batizado em 4 de setembro de 1814, na cidade de Cametá, e casou-se aos 24 anos, em 1838.

“Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor

Aden ° e remt° ao Rem° Cons° Dr. Des° Provisor, o qual procederá nesta habilitação na forma pedida. Bahia, 23 de Março de 1865.

Diz Romualdo de Seixas Barroso, natural desta cidade, aluno do Seminário de Filosofia de São Sulpício(?) em Paris, filho legítimo de Raimundo Barroso de Sousa e Dona Rosa Clara de Seixas Barroso (números 1° e 2°), naturais da cidade de Cametá, Província do Grão-Pará, neto paterno do Coronel Manuel Barroso de Basto e Dona Josefa Juliana de Sousa (números 3° e 4°) e materno de Francisco Justiniano de Seixas e Dona Ângela de Sousa Bittencourt (número 2°), desejando ascender ao Estado Ecc °, e ser promovido a ordens, vem suplicar à Vossa Excelência Reverendíssima se digne de admiti-lo a habilitar-se de Genere, e sendo o Suppe., pelo lado paterno, sobrinho legítimo do Cônego Luís Barroso de Basto (números 6° e 7°) e, pelo materno, do finado Excelentíssimo antecessor de Vossa Excelência Reverendíssima, o Senhor Dom Romualdo Antônio de Seixas, Marquês de Santa Cruz (números 2° e 8°), implora a Vossa Excelência Reverendíssima que, em vista dos mesmos documentos, haja de dispensar a inquirição de testemunhas como nos casos de confraternidade, visto ser difícil achar nesta cidade pessoas que tivessem conhecido seus avós, por isso

Pede à Vossa Excelência Reverendíssima que, pela sua mesma bondade, haja de atender ao Suppe.
E R M”

Acervo: ACMS

Fonte: Processo de Genere 42 – GE 39. CRD 1865
Romualdo Maria de Seixas Barroso

- Falecimento: em 25 de janeiro de 1866, sem testamento.
- Filhos legítimos:
Josefina de Seixas Barroso, casada com Aprígio Monteiro de Carvalho
Romualdo de Seixas Barroso, com 18 anos
- Bens deixados:
Escravos: Manuel - 100\$000; João - 700\$000; Joana - 600\$000; Francisco - 550\$000; Fé - 900\$000;
Catarina - 800\$000
Móveis (cadeiras, cômoda, estante, mesa, guarda-roupa)74 \$ 000
- A inventariante vendeu os bens para pagar as dívidas com o funeral, médicos, botica e duas “execuções da Fazenda”.
- Quando da execução do Inventário, o herdeiro menor, Romualdo de Seixas Barroso, estava na Europa.

Acervo: APEB; Seção Judiciária

Fonte: Inventário (1866) 05/2118/2587/03 - 61 folhas
Inventariante: Rosa Clara de Seixas Barroso (viúva) Pasta 23, documento 5

- D. Romualdo Antônio de Seixas, Marquês de Santa Cruz e 17° arcebispo da Bahia e primaz do Brasil, era tio por parte de mãe de Romualdo de Seixas Barroso e o influenciou a abraçar a vida religiosa.

Acervo:

Fonte: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. V. 7, p. 161-162.

"Ilustríssimo Reverendíssimo Senhor,

Diz o Padre Dr. Romualdo Maria de Seixas Barroso, apresentado na Igreja Paroquial de Nossa Senhora dos Mares desta capital, pela Carta Imperial de 27 de março do corrente ano, que, desejando merecer a honra de ser por Vossa Excelência Reverendíssima Colado, vem pedir a Vossa Excelência digne-se marcar o dia, lugar e hora, em que possa ter lugar o ato de colação.

Pelo que, agradecido em extremo, mais uma vez beija o suplicante o sagrado anel.

R. M.

Bahia, 19 de junho de 1872.

Dr. Romualdo Maria de Seixas Barroso

Carta Imperial de 27 de março de 1872."

Acervo: ACMS - Romualdo Maria de Seixas Barroso

Fonte: 1872 - Nossa Senhora dos Mares 138 - COL 2 - 43

Remetente 49: SALVADOR ESTEVÃO BARBOSA

Acervo: ACMS
Fonte: Livro de Óbitos da Paróquia de São Pedro Velho (1838 - 1848)
Nome: Salvador Estevão Barbosa
Filiação: Pedro Barbosa Leal e Ana Francisca do Sacramento
Nacionalidade: BRASILEIRA
Natural de: Salvador - Bahia
Profissão:
Escolaridade:

Observações:

"Aos vinte de setembro de mil oitocentos e quarenta e um, faleceu nesta Freguesia de São Pedro, com os sacramentos, idade de cinquenta e oito anos, de moléstia interna, Salvador Estevão Barbosa, viúvo de Joana Maria Barbosa, natural desta cidade, filho legítimo de Pedro Barbosa Leal e Ana Francisca do Sacramento. Foi amortalhado em hábito preto, sepultado na Igreja da Santa Casa da Misericórdia, sendo por mim encomendado com pluvial, sacristão e oito sacerdotes, do que fiz este assento e assinei.
O Vigário Lourenço da S^a Mag es. (?) Cardoso.

À margem: "Salvador Estevão Barbosa, viúvo. Irmão do Santíssimo Sacramento, n. 196."

Acervo: ACMS

Fonte: Livro de Óbitos da Paróquia de São Pedro Velho (1838 - 1848)

- Salvador Estevão Barbosa era Irmão da Santa Casa de Misericórdia.

"Termo do Irmão Salvador Estevão Barbosa

Aos dezesseis dias do mês de agosto de 1831, nesta cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos, e Secretaria da Casa da Santa Misericórdia, onde eu, escrivão atual da Mesa me achava, apareceu presente Salvador Estevão Barbosa, viúvo, e por ele me foi apresentado um seu requerimento com despacho da Mesa de quatorze do dito mês e ano, em Santa Casa, para o que prestou o juramento de cumprir com as obrigações do compromisso, em firmeza do que assinou o presente termo comigo, escrivão atual.

José Carlos Pavão Lins
Salvador Estevão Barbosa"

À margem : "Em 20 de setembro 1841, faleceu este Irmão; às 14, mandaram fazer seus sufrágios, como consta do Livro 4º, p. 78."

Acervo: ASCMB

Fonte: Livro 6º de Termos de Irmãos, p. 370

Remetente 50: TOMÁS GOMES DE AZEVEDO

Nome: Tomás Gomes de Azevedo
Filiação:
Nacionalidade:
Natural de:
Profissão:
Escolaridade:

Remetente 51: VISCONDE DA PEDRA BRANCA

Acervo:	IGHB
Fonte:	BULCÃO SOBRINHO, Antônio de Araújo de Aragão. Titulares bahianos, <i>Revista do Instituto Genealógico da Bahia</i> , Salvador, ano 2, n. 2, p. 26-40, 1946.
Acervo:	
Fonte:	MATTOSO, Katia M. de Queirós. <i>Bahia, século XIX: uma província no Império</i> . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 285.
Nome:	Domingos Borges de Barros
Filiação:	Francisco Borges de Barros e Luísa Clara de Santa Rita
Nacionalidade:	BRASILEIRA
Natural de:	Vila do Rio Fundo, em Santo Amaro – Bahia
Profissão:	Senhor de Engenho/ Político / Bacharel em Filosofia / Professor
Escolaridade:	Superior (Coimbra)

Observações:

- Nome: Domingos Borges de Barros
- Título: Visconde da Pedra Branca - com grandeza; 18 de outubro de 1829
- Nascimento: Vila do Rio Fundo, na cidade de Santo Amaro, em 10 de outubro de 1779
- Falecimento: Salvador, em 20 de março de 1855

Acervo: IGBH

Fonte: BULCÃO SOBRINHO, Antônio de Araújo de Aragão. Titulares bahianos, *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*, Salvador, ano 2, n. 2, p. 26-40, 1946. p. 36.

“Nascido em 1779, na paróquia de São Pedro do Rio Fundo, no distrito açucareiro de Santo Amaro do Recôncavo, filho do coronel Francisco de Barros, riquíssimo senhor de engenho, e de Luísa Clara de Santa Rita, Domingos estudou filosofia em Coimbra. O nome de sua mãe me leva a pensar que o sangue africano tenha vindo por esse lado (os Borges de Barros da geração de Domingos eram “brancos da terra”). Bacharel, ele voltou a Salvador em 1804, tornando-se diretor do Passeio Público da cidade e, depois, professor de agricultura. Em 1814, aos 35 anos, casou-se com uma riquíssima viúva, Maria do Carmo Gouveia Portugal, nascida em 1795, filha de Pedro Alexandrino de Sousa Portugal. Deste casamento nasceu, em 1816, Luísa Margarida Portugal Borges de Barros, que se casou, em 1837, com Jean Horace Joseph Eugène, Conde de Barral, Marquês de Montferrat, Marquês de La Batie d’Arvillars, que conheceu durante uma longa estadia na França. A Condessa de Barral foi uma personagem muito importante na Corte de dom Pedro II, à qual se integrou em 1854 como preceptora das princesas reais Isabel e Leopoldina. Unida ao imperador por uma ‘amizade amorosa’, essa mulher finíssima e dotada de inteligência notável deixou uma correspondência fascinante. Mas voltemos a seu pai que, de 1815 a 1821, fora eleito e reeleito vereador. Nesse ano, foi enviado às Cortes de Lisboa, entre os representantes da Capitania da Bahia. Ao voltar ao Brasil, elegeu-se para a Constituinte de 1823. Suas posições cheias de prudência foram recompensadas por dom Pedro I, que o nomeou enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na França, onde permaneceu de 1823 a 1828, quando se tornou senador, já com o título (recebido em 1825) de Barão da Pedra Branca. Morreu em 1855, deixando, a sua filha e a um bastardo, vários engenhos. Coberto de títulos e de honras, Domingos era figura de destaque no Império, dignatário da Ordem da Rosa, Grã-Cruz da Ordem de Cristo e Veador da Casa Imperial. Ele foi um dos raros da velha guarda ‘coimbrana’ que enfrentaram em 1826 o sufrágio de seus concidadãos, mas não exerceu o mandato por ter sido escolhido senador (1829).”

Acervo:

Fonte: MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 285.

- Francisco Borges de Barros, pai do Visconde da Pedra Branca, era tenente-coronel, juiz ordinário da Vila de Santo Amaro, Irmão maior da Santa Casa de Misericórdia e senhor de engenho.
- Rosa Teresa do Salvador e Maria Francisca de Jesus, irmãs do Visconde da Pedra Branca, eram religiosas do Convento de Santa Clara do Desterro.

Acervo:

Fonte: NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Patriarcado e religião: as enclausuradas clarissas do Convento do Desterro da Bahia 1677-1890*. Bahia: Conselho Estadual de Cultura, 1994. p. 413 e 486.

“Ao fazer algumas comparações entre o Português do Brasil e o Português de Portugal num texto escrito para o *Atlas Emográfico do Globo*, de Adrien Balbi (1824 –1825), Domingos Borges de Barros, Visconde da Pedra Branca, deu início à “questão da língua brasileira.”

Acervo:

Fonte: CASTILHO, Ataliba Teixeira de. O português do Brasil. In : ILARI, Rodolfo. *Linguística românica*. São Paulo: Ática, 1992. p. 237.

"Não menos complexa é a personalidade de Domingos Borges Barros (1779 – 1855), considerado em política, juntamente com José Bonifácio, um dos co-autores da Independência brasileira, e em literatura, um dos precursores do Romantismo, se não o primeiro autêntico romântico brasileiro. De ilustre família da Bahia, ele segue na mocidade o *iter* cultural de todo colonial bem-nascido. Licencia-se em Coimbra, viaja pela Europa e, de volta ao Brasil, colabora no *Patriota*: antecâmara revolucionária de uma carreira política que, através da diplomacia (a ele se deve o reconhecimento francês da Independência brasileira) e da prática parlamentar, será coroada em 1825 com o título de barão; em 1826, com o de visconde da Pedra Branca; e em 1833 com a cadeira de senador. Passa os últimos anos retirado no seu latifúndio baiano, entregue a atividades flandrópicas. A carreira literária – quase totalmente situável no período de 1807-1814 – também para ele se inicia com traduções (Safo, Virgílio, Voltaire, Metastásio): aqui Barros lança mão de uma poesia de base arcádica em que a direta inspiração baiana intervém para colorir e personalizar a temática de escola. Por seu lado, a ligação com os arcades "pré-românticos" portugueses como Filinto Elísio imprime torneados lamartinianos à sua musa, ocupada, como depois toda a poesia romântica brasileira, com o tema da solidão. Posterior a 1814, além de poesias de circunstância de nenhum interesse, há somente o poemeto "Os túmulos": dois cantos, o primeiro dos quais editado em Paris no ano de 1825; edição completa, da Bahia, em 1850. Este pranto-elegia sobre o filho morto será contraditoriamente julgado pela crítica: a mais importante manifestação pré-romântica, para Afrânio Coutinho; uma tediosa nênia classicizante, para Antonio Candido, de cuja autorizada opinião não pensa dissociar-se quem escreve estas linhas. Mas ele é, contudo, o verdadeiro canal através do qual a poesia à Young entra no circuito cultural brasileiro."

Acervo:

Fonte: STEGAGNO-PICCHIO, Luciana. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. p. 163-164.

"Em 1812, a Carta Régia de 25 de junho determinava o estabelecimento de um Curso de Agricultura na cidade da Bahia para instrução pública dos habitantes dessa capitania e que servirá de norma aos el que rei se propunha estabelecer em todas as outras capitanias dos seus estados. Nomeava diretor do Jardim Botânico que já houve por bem estabelecer na cidade da Bahia e professor de Agricultura a Domingos Borges de Barros, que estudara em Coimbra"(...)

Acervo: IGHB

Fonte: NUNES, Antonietta de Aguiar. *Educação na Bahia no século XIX: algumas considerações*, *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, n. 93, p. 165-203, jan./ dez. 1997. p. 167.

Remetente 52: VISCONDE DA TORRE DE GARCIA D'ÁVILA

Acervo: IGHB
Fonte: BULCÃO SOBRINHO, Antônio de Araújo de Aragão. Titulares bahianos, *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*, Salvador, ano 2, n. 2, p. 26-40, 1946.

Nome: Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque
Filiação: José Pires de Carvalho e Albuquerque e Ana Maria de São José e Aragão
Nacionalidade: BRASILEIRA
Natural de: Salvador – Bahia
Profissão: Senhor de engenho / Político / Militar
Escolaridade:

Observações:

- Nome: Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque
- Título: Visconde da Torre de Garcia d'Ávila - com grandeza; 18 de junho de 1841
- Nascimento: Salvador
- Batismo: Freguesia da Sé, em 12 de fevereiro de 1785
- Falecimento: Salvador, 05 de dezembro de 1852

Acervo: IGHB

Fonte: BULCÃO SOBRINHO, Antônio de Araújo de Aragão. Titulares bahianos, *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*, Salvador, ano 2, n. 2, p. 26-40, 1946. p. 36.

“Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, Barão da Torre de Garcia de Ávila por decreto Imperial de 1º de dezembro de 1822, primeiro título concedido pelo Imperador D. Pedro I e único assinado no dia da sua coroação. Visconde do mesmo título, com grandeza, pelo Decreto Imperial de 12 de outubro de 1826. Nascido na capital da Bahia, em cuja Freguesia da Sé foi batizado em 12 de fevereiro de 1785. Secretário do Estado e Guerra do Brasil, por herança de seu pai em 1808, renunciou o referido cargo em favor de seu irmão Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, depois Barão de Jaguaripe. Teve grande realce na memorável campanha da Independência do Brasil, à qual prestou os maiores e os mais relevantes serviços, organizando e comandando na “Torre de Garcia de Ávila” a base de operações do exército libertador, obtendo por esse motivo a medalha de ouro da Independência da Bahia. Membro do Conselho Geral da Província da Bahia de 1828 a 1830, Coronel do Regimento de Milícias das Marinhas da Torre, Grande do Império, Gentil homem da Imperial Câmara, Oficial e Comendador da Ordem Imperial do Cruzeiro. Foi o último senhor e administrador do morgado da lendária “Casa da Torre de Garcia de Ávila”, em virtude de sua extinção pela Lei de 6 de outubro de 1866. Casado em 28 de maio de 1834 com sua sobrinha D. Ana Maria de São José e Aragão, filha de seu irmão Brigadeiro Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, Visconde de Pirajá, e de D. Maria Luísa Queirós de Teive e Argolo, Viscondessa do mesmo título; faleceu na capital da Bahia em 5 de dezembro de 1852.”

- Descendência:
 - Domingos Antônio Pires de Carvalho e Albuquerque (1838 – 1889), Bacharel em Direito pela Escola de Recife
 - Garcia Dias Pires de Carvalho e Albuquerque (1840 – 1917), Bacharel em Direito pela Escola de Recife

Acervo: IGHB

Fonte: BULCÃO SOBRINHO, Antônio de Araújo de Aragão. *Famílias bahianas*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1945. 3 v. Vol 1: Bulcão, Pires de Carvalho, Vicente Viana, p. 74 - 76.

“Aos vinte oito dias de maio, de mil oitocentos e trinta e quatro, de manhã, no oratório do Engenho Rosário, da Freguesia de Nossa Senhora da Purificação da Vila de Santo Amaro, com permissão do Reverendo Vigário dela, em virtude da licença imperial e dispensas de Sua Excelência Reverendíssima, que tudo fica em meu poder, jurando primeiramente em minhas mãos não terem impedimento algum, na minha presença e das testemunhas, o Visconde de Pirajá, pai da nubente, o Barão de Jaguaripe, Paulo de Argolo e Teive, Joaquim Bernardino Falcão, Rodrigo Antônio de Teive e Argolo, Pedro Gomes Ferreira, Feliciano da Silva, José Osório da Fonceca de Pina Leitão, Dona Maria Francisca da Conceição e Aragão e Dona Maria Luísa Pires e Argolo Queirós, mãe da nubente, se casaram solenemente, em face da Igreja, por palavras de presente, o Visconde da Torre de Garcia d'Ávila, Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, com cinquenta anos de idade, e Dona Ana Maria de São José e Aragão, com dezenove anos de idade, filha legítima dos sobreditos Visconde de Pirajá e Dona Maria Luísa Pires de Argolo Queirós; no mesmo rito, receberam as bênçãos nupciais, segundo o rito e cerimoniais da Santa Igreja Romana, do que, para constar, fiz este termo, que assinei.

O Vigário Manuel José da Silva Freire. ”

Acervo: ACMS

Fonte: Livro de Casamentos de São Francisco do Conde (1802 – 1901), p. 87 v.

- José Pires de Carvalho e Albuquerque e Isabel Joaquina de Aragão eram avós do Visconde da Torre de Garcia d'Ávila.

Acervo: ACSCD

Fonte: Pasta 22, documento 75

- Visconde da Torre de Gracia d'Ávila era irmão de Maria Joaquina Epifânia de São José e Aragão (R. 43).

Acervo: ACSCD

Fonte: Pasta 22, documento 43

Remetente 53: VISCONDE DO RIO VERMELHO

Acervo:	IGHB
Fonte:	BULCÃO SOBRINHO, Antônio de Araújo de Aragão. Titulares bahianos, <i>Revista do Instituto Genealógico da Bahia</i> , Salvador, ano 2, n. 2, p. 26-40, 1946.
Acervo:	
Fonte:	MATTOSO, Katia M. de Queirós. <i>Bahia, século XIX: uma província no Império</i> . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
Nome:	Manuel Inácio da Cunha Meneses
Filiação:	Manuel da Cunha Meneses e Perpétua Gertrudes de Meneses Sarmiento
Nacionalidade:	BRASILEIRA
Natural de:	Salvador – Bahia
Profissão:	Político
Escolaridade:	

Observações:

- Nome : Manuel Inácio da Cunha Meneses
- Título: Visconde do Rio Vermelho; 17 de dezembro de 1830
- Nascimento : Salvador, em 13 de setembro de 1779.
- Falecimento: Salvador, 16 de janeiro de 1850

Acervo: IGBH

Fonte: BULCÃO SOBRINHO, Antônio de Araújo de Aragão. Titulares bahianos, *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*, Salvador, ano 2, n. 2, p. 26-40, 1946. p.35.

- Ao investigar a origem social e as profissões dos 44 vereadores eleitos em Salvador entre 1840 e 1872, diz Mattoso:

“É interessante frisar que só um desses vereadores era de origem nobre: José Félix da Cunha Meneses (1813-1870), cujo pai, Manuel Inácio da Cunha Meneses (1779-1850), desempenhara um papel importantíssimo na época das guerras da Independência. Nascido no ano em que seu pai voltou a Portugal, Manuel Inácio era filho de Manuel da Cunha Meneses, governador e capitão-geral da Bahia (1774-1780) e terceiro Conde de Lumiares, e de Perpétua Gertrudes de Meneses Sarmiento. O jovem Manuel Inácio acompanhou seu tio, Francisco da Cunha Meneses, quando este último retornou a Portugal em 1805, depois de cumprir um mandato de três anos como governador-geral da Bahia (1802-1805). Seu biógrafo conta como, apesar do fausto e dos divertimentos da vida lisboeta, Manuel Inácio preferiu voltar à Bahia, renunciando à herança deixada por seu tutor, o marechal José Rodrigues Pinheiro. Não foi, registre-se, uma atitude de completo desprendimento. Nosso Manuel Inácio fizera uma das maiores fortunas de Salvador, graças – ainda segundo o biógrafo – ao monopólio de óleo de baleia (esse monopólio foi abolido em 1820 e Manuel Inácio só voltou à Bahia em 1810!). Nada disso impediu que ele se tornasse um dos vultos importantes desse período: vereador em 1812, 1813 e 1823, membro da Junta de Governo Provisório em 1823, negociador dos conflitos entre Portugal e dom Pedro, membro do Conselho da Província, senador, comandante-em-chefe da Guarda Nacional, seu *cursus honorum* era exemplar. Quando de sua morte, em 1850, seu filho herdou tanto a fortuna material quanto a fortuna política do pai, mas teve uma carreira relativamente medíocre, pois só conseguiu ser vereador e comandante-em-chefe da Guarda Nacional. Recebeu, mesmo assim, várias distinções honoríficas do imperador: fidalgo cavaleiro da Casa Imperial, oficial da Ordem da Rosa e comendador das ordens de Cristo, Imperial do Cruzeiro e Militar de Aviz. Em 1854, dom Pedro II só lhe concedeu o título de barão, apesar de ele pleitear o de visconde, como seu pai.”

- As informações quanto ao grau de instrução do Visconde do Rio Vermelho são contraditórias, conforme o demonstram os trechos destacados em negrito nas duas citações abaixo:

“Para completar os dados sobre os parlamentares baianos, precisamos mencionar uma casta ainda mais fechada: a dos senadores. Para um político brasileiro do período imperial, a nomeação vitalícia para o Senado era suprema recompensa.(...) Todos os senadores eram “ministeriáveis”, e o próprio recrutamento senatorial – recompensa para experiências administrativas anteriores – era feito com essa perspectiva. (...) Os escolhidos gostavam de usar o título de “senador da nação”, rejeitando assim, muito nitidamente, a idéia de que permanecessem vinculados a uma província de origem. (...) No caso da Bahia, no entanto, nunca houve senador de fora. Entre 1826 e 1889, quando se deram as nomeações para o Senado, houve 26 senadores pela Província, todos baianos (houve, isso sim baianos nomeados para representar outras províncias). E, com uma exceção, todos os nomeados eram verdadeiros notáveis, oriundos das famílias mais

abastadas, com uma instrução superior adquirida em Coimbra (mais de metade) ou em escolas superiores brasileiras. **Só Inácio Manuel [sic] da Cunha Meneses, Visconde do Rio Vermelho (1779-1850) não tinha curso superior**, mas era filho de um antigo governador e capitão-geral da Bahia, Manuel da Cunha Meneses, terceiro Conde de Lumiares, e tinha sido personagem muito importante nas guerras pela Independência.”

“Os quinze senadores [dos baianos nomeados entre 1826 e 1889] formados em Coimbra eram: Clemente Ferreira França (1775-1827), Marquês de Nazaré (1826), conservador; José Joaquim Carneiro de Campos (1768-1836), Marquês de Caravelas (1826), liberal; Francisco Carneiro de Campos (1776-1842), conservador; Luís Joaquim Duque Estrada Furtado de Mendonça (?-1834), conservador; **Manuel Inácio da Cunha Meneses (1779-1850), Visconde do Rio Vermelho (1830), conservador**; Domingos Borges de Barros (1779-1855), Visconde da Pedra Branca (1829), conservador; Manuel dos Santos Martins Vellasques (1792-1862), conservador; Cassiano Espiridião de Melo e Matos (1797-1857), conservador; Francisco de Sousa Paraíso (1793-1843), conservador; Manuel Antônio Galvão (1791-1850), liberal; Francisco Gonçalves Martins (1807-1872), Visconde de São Lourenço (1860), conservador; Manuel Vieira Tosta (1807-1896), Marquês de Muritiba (1888), conservador; Francisco Gê Acaiaba de Montezuma (1794-1870), Visconde de Jequitinhonha (1854), liberal.”

Acervo:

Fonte: MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 256-257, 281 e 682 (nota 11).

- Nos Livros de Matrícula da Universidade de Coimbra, não há registro de matrícula de Manuel Inácio da Cunha Meneses.

Acervo:

Fonte: Brasileiros Registrados nos Livros de Matrícula da Universidade de Coimbra (1577 – 1907). *Revista Brasília – Revista do Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras de Coimbra*. Coimbra Ed. Ltda. Vol. 1. 446 p.

Remetente 54: ZACARIAS DE GÓIS E VASCONCELOS

Acervo:

Fonte: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. V. 7, p. 407

Nome: Zacarias de Góis e Vasconcelos

Filiação: Antônio Bernardo de Vasconcelos e ?

Nacionalidade: BRASILEIRA

Natural de: Valença – Bahia

Profissão: Advogado / Político / Professor

Escolaridade: Superior (Olinda)

Observações:

- Nasceu em Valença, província da Bahia e doutorou-se em Direito pela Academia de Olinda. Foi professor jubilado pela mesma Academia. Senador do Império, do Conselho do Imperador, comendador da Ordem da Rosa, Grã-Cruz de 2ª Classe de São Gregório Magno de Roma, sócio do Instituto Histórico da Bahia. Presidiu as Províncias de Sergipe, Piauí e Paraná. Faleceu no Rio de Janeiro, em 28 de dezembro de 1877.

Acervo:

Fonte: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. V. 7: p. 407-410.

“O segundo [dos três senadores baianos que passaram do Partido Conservador ao Partido Liberal] foi Zacarias [de] Góis e Vasconcelos (1818-1877), conhecido com Conselheiro Zacarias. Professor na Faculdade de Direito de Recife (1840-1845), deputado provincial da Bahia (1844-1845, 1846-1847 e 1852-1853), deputado geral da Bahia (1850-1852, 1853-1856), também foi presidente das províncias do Piauí (1845-1847) e de Sergipe (1847-1849), antes de se tornar ministro da Marinha (1852) e presidente do Conselho dos Ministros (1862, 1864, 1866). Foi nomeado senador em 1864.”

Acervo:

Fonte: MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 682 (nota 12)

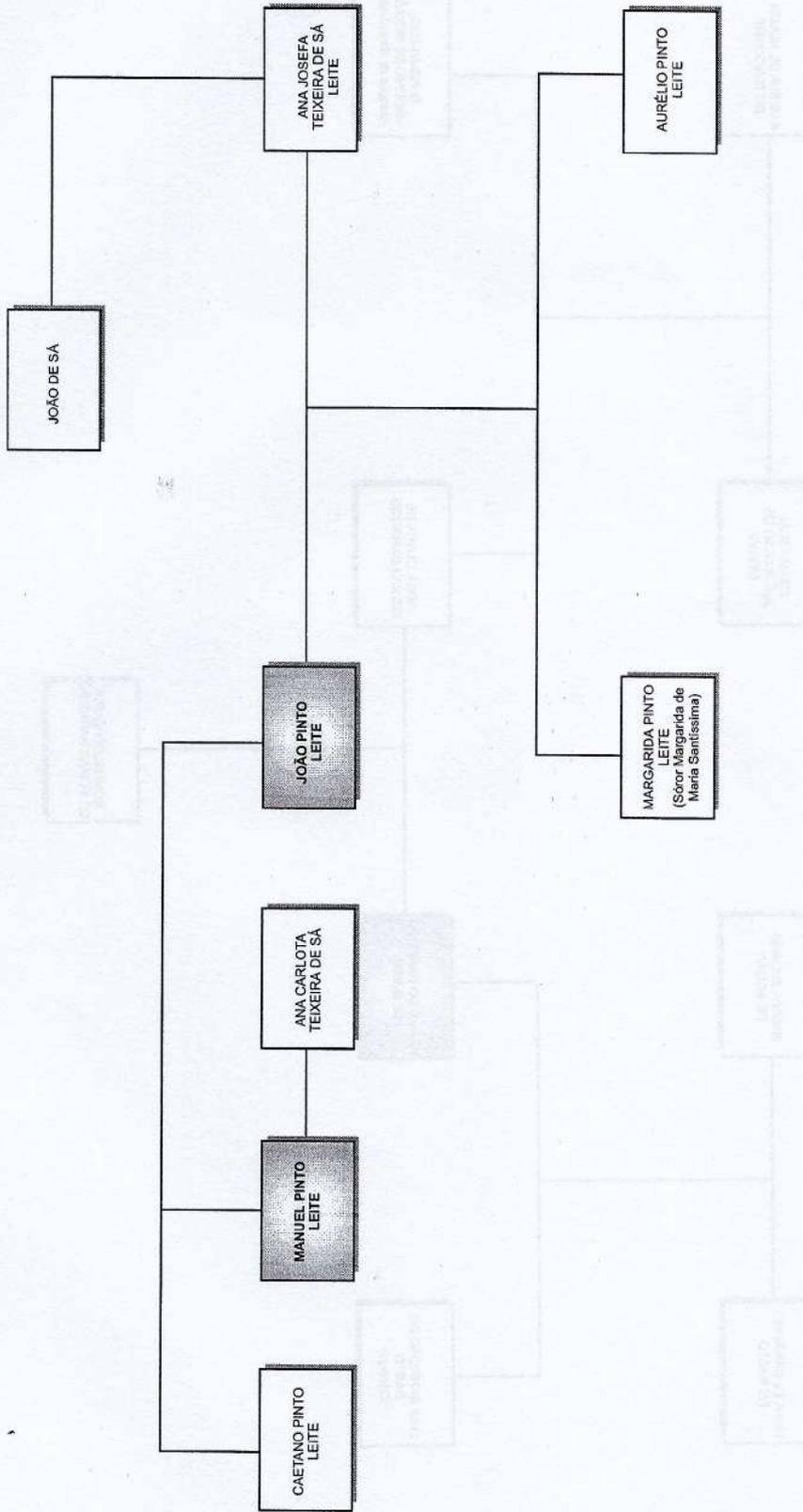
“1844, no Relatório do fim do ano letivo, o diretor dá as seguintes informações sobre os lentes: O Dr. Zacarias, moço só na idade e no gosto natural de brilhar. Pelo seu abalizado talento, pela clareza e facilidade de sua expressão (certo prova da clareza de sua inteligência), pela dignidade das suas maneiras e comportamento, pelos seus princípios excelentes a todos os respeitos e, enfim, pela sua aplicação e assiduidade, merece o primeiro lugar. Não tardará que ele seja um ornamento do Brasil inteiro.”

Acervo:

Fonte: BEVILÁQUA, Clóvis. *História da Faculdade de Direito do Recife*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1927. p. 84.

Árvore genealógica 3:

Fonte: Cf. Fichas de identificação dos remetentes João Pinto Leite (R. 25) e Manuel Pinto Leite (R. 40)



Árvore genealógica 4:

Fonte: Processo de Geneza - 42 - GE 39, CRD (1865) - Romualdo
Mairia de Seixas Barroso

